

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

**CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

LUCINALDO DA SILVA BLANDTT

Dissertação de Mestrado

**TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO USO DO MANGUEZAL
E A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**

Belém, Pará, 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LUCINALDO DA SILVA BLANDTT

Dissertação de Mestrado

**TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO USO DO MANGUEZAL
E A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza

Belém, Pará, 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LUCINALDO DA SILVA BLANDTT

Dissertação de Mestrado

TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO USO DO MANGUEZAL
E A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre. Orientador: Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza

Data da defesa : 30 / 04/ 2002

Conceito: **EXCELENTE**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Souza (orientador)
Prof^a. Dr^a. Marion Luise Elisabeth Glaser (examinador externo)
Prof^a. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (examinador da casa)
Prof^a. Dr^a. Ney Cristina Monteiro Oliveira (examinador suplente)

Belém, Pará, 2002.

A todas as crianças e adolescentes, em especial a
Matheus Eduardo e Sofia Gabriella, meus filhos.

A memória de *Braz Lino Costa de Brito*,
um apaixonado pela cidadania de crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Ao doutor Orlando Nobre, por possibilitar a realização desse trabalho através de fundamentais orientações, que definiram os rumos da pesquisa.

A doutora Marion Glaser, por acreditar no meu potencial e investir no meu trabalho, sendo influenciadora direta na construção dessa dissertação.

A Rosa Maria Saraiva, Karen Diele, Tatiana Silva Santiago, Francisco Dyanês Rocha Cunha, Rosete Silva Oliveira, Darlan Simith, Heinfried Pohl, Stélio Ângelo Costa de Brito e Joelson Costa, Dina Maria Alves Sarmento, amigos de trabalho no Programa MADAM, que de forma direta ou indireta contribuíram na construção dessa dissertação.

Ao BMBF e ao CNPq, instituições financiadoras desse trabalho.

A toda a equipe NEAF, professores, coordenadores, servidores e alunos, que muito se dedicaram e incentivaram para a construção dessa dissertação.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(Artigo 227 da Constituição Federal do Brasil, 1988).

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	p.
Lista de Siglas	
Resumo/Abstract	
INTRODUÇÃO	02
1. Manguê e as dimensões do trabalho.....	04
2. Sobrevivência e participação.....	11
3. Educação e desenvolvimento, trabalho e trabalho infanto-juvenil.....	13
4. Trabalho infanto-juvenil e a legislação brasileira.....	18
5. Educação e escolarização.....	22
6. A viabilidade social e os aspectos metodológicos.....	23
 Capítulo I	29
TRABALHO INFANTO-JUVENIL, A REPRODUÇÃO FAMILIAR E A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
1.1 Trabalho infanto-juvenil e a educação fundamental.....	33
1.2 Notas teóricas da realidade do trabalho infanto-juvenil no Brasil.....	32
1.3 A reprodução familiar e a educação de crianças e adolescentes.....	40
1.4 Políticas de desenvolvimento, trabalho infanto-juvenil e a educação fundamental....	42
1.4.a Políticas públicas e a educação fundamental.....	42
1. Pronera.....	44
2. Municipalização: descentralização do sistema.....	44
3. Escola Ativa.....	49
4. Programa Bolsa Escola do Governo Federal.....	51
5. Programas de Renda Mínima e de Bolsa Escola na versão de algumas prefeituras municipais.....	54
6. Nucleação	62
7. Pedagogia da Alternância e as Casas Famílias Rurais.....	69
8. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e a educação.....	73

1.4.b. Políticas Públicas e o trabalho infanto-juvenil.....	77
1. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.....	77
 Capítulo II.....	 81
VISÕES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO PARA OS POVOS DO MANGUE	
 2.1 Dimensões de trabalho a partir da sobrevivência em áreas manguezal.....	 81
2.2 Características das dimensões do trabalho em áreas manguezal.....	86
2.2.1 Agricultura em áreas manguezal.....	87
2.2.1.a Sistema de produção agrícola pousio de curta duração em área manguezal.....	91
2.2.1.b Sistema de produção agrícola integrado com a adubação orgânica e a tração animal em área manguezal.....	92
2.2.2 Extrativismo em área manguezal.....	93
2.2.3. Pesca em áreas manguezal.....	98
2.3 A Educação em áreas manguezal.....	101
 Capítulo III.....	 106
O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO USO DO MANGUEZAL E A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
 3.1 Breve comentário sobre o trabalho infanto-juvenil na zona urbana de Bragança.....	 106
3.2 As dimensões do trabalho infantil na área manguezal.....	109
3.3 O trabalho infanto-juvenil e a educação fundamental na área manguezal.....	117
3.4 Trabalho infanto-juvenil na área manguezal.....	122
3.5 Pobreza e trabalho infanto-juvenil na área manguezal.....	121
 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	 128
 1. Perspectivas e a realidade na área manguezal.....	 128
2. Bases para a construção de possíveis cenários para Bragança e a realidade de crianças e adolescentes (2002-2025)	129
2.1 Condicionantes dos possíveis Cenários Mundiais.....	129

2.2 Condicionantes dos possíveis Cenários Brasileiros.....	130
2.3 Condicionantes dos possíveis Cenários para a Amazônia.....	131
2.4 Possíveis Cenários para Bragança – 2025.....	134
2.4.a Cenário 1: <i>‘deixa como está para ver como é que fica’</i>	137
2.4.b Cenário 2: <i>‘e se alguém pensasse na cidadania sustentável’</i>	139
2.5 Considerações Finais.....	143
Glossário.....	148
Referência Bibliográfica.....	153
Bibliografia.....	164

Anexos

- Projeto de Dissertação
- Cronograma Financeiro e Temporal
- Roteiro de Entrevista
- Projeto PETI Bragança

Lista de Ilustração

LISTA DE FIGURAS

	p.
MAPA 01 Área de estudo.....	03
MAPA 02 Pólos de desenvolvimento da Amazônia.....	132
ORGANOGRAMA 01 Processo metodológico.....	27
ORGANOGRAMA 02 Ciclo da pobreza.....	127
GRÁFICO 01 Trabalhadores domésticos de 10 a 14 anos por sexo no Brasil (%), 1995.....	36
GRÁFICO 02 Trabalhadores domésticos de 15 a 17 anos por sexo no Brasil (%), 1995.....	37
GRÁFICO 03 Crianças e adolescentes ocupadas por horas trabalhadas no Brasil, (10 a 14 anos), 1995.....	41
GRÁFICO 04 Crianças e adolescentes ocupadas por horas trabalhadas no Brasil (15 a 17 anos), 1995.....	41
GRÁFICO 05 Porcentagem de crianças trabalhando entre 07 a 14 anos na área manguezal.....	111
GRÁFICO 06 Porcentagem de adolescentes trabalhando entre 15 e 17 anos na área manguezal.....	111
GRÁFICO 07 Situação quanto a remuneração do trabalho de crianças entre 07 a 14 anos..	116
GRÁFICO 08 Situação quanto a remuneração do trabalho de adolescentes entre 15 e 17 anos.....	117
GRÁFICO 09 Tempo de trabalho por dia entre as crianças de 07 a 14 anos na área manguezal.....	120
GRÁFICO 10 Tempo de trabalho por dia entre os adolescentes de 15 a 17 anos na área manguezal.....	121
FOTO 01 Criança nos aspectos culturais de inter-relação com o trabalho no manguezal.....	04
FOTO 02 Criança em escola fundamental da área manguezal.....	39

FOTO 03 Criança no mangue seco.....	58
FOTO 04 Menina e o fogo no lixo.....	60
FOTO 05 Trabalho infantil na pesca.....	78
FOTO 06 Pobreza na área manguezal.....	105
FOTO 07 Trabalho infantil na pesca.....	113
FOTO 08 Pobreza na área manguezal.....	124
FOTO 09 Porto de Bragança.....	136
FOTO 10 Rodovia Bragança-Ajuruteua.....	140

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 Pessoas de 5 a 9 anos ocupadas em atividade agrícola e não agrícola por número de horas trabalhadas, semanalmente no trabalho principal.....	38
TABELA 02 Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por ramos de atividade e grupos de idade.....	38
TABELA 03 Diagnóstico dos focos do trabalho da criança e do adolescente no Brasil.....	40
TABELA 04 Vantagens do programa em relação à família beneficiária.....	59
TABELA 05 Vantagens do Programa Bolsa-escola para o estado e a sociedade em geral....	60
TABELA 06 Expectativas que o Bolsa-Escola poderá promover em longo prazo.....	61
TABELA 07 Principais produtos comercializados da agricultura em Bragança, ano 2001...90	90
TABELA 08 Ocupações e fontes de renda entre faixas etárias (percentagem das pessoas dentro da faixa etária).....	110
TABELA 09 Ocupações e fontes de sobrevivência para crianças e adolescentes (percentagem dentro da faixa etária).....	112
TABELA 10 Ocupações e fontes de sobrevivência para crianças e adolescentes divididos por gênero (descrição de atividades).....	114
TABELA 11 Relação das escolas pesquisadas e os locais de estudo, 2001.....	118
TABELA 12 Formação dos professores entrevistados que trabalham no ensino Fundamental (1ª a 4ª série) na área manguezal, 2001.....	118

Lista de Siglas

AFDC – Aid for Families with Dependent Children

ALCA – Área de Livre Comércio entre as Américas

AM – Amplitude Modulada

ARCAFAR – Associação Regional das Casas Família Rural

BEMFAM – Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar

BMBF – Ministério da Educação, Ciência, Pesquisa e Tecnologia – Alemanha

BR - Brasil

CDL – Clube dos Diretores Lojistas

CEPAL – Centro de Pesquisa para América Latina

CFR – Casas Famílias Rural

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONACAFARB – Confederação Nacional das Casas Famílias Rural do Brasil

CONED – Congresso Nacional de Educação

CPRM – Centro de Pesquisa dos Recursos Minerais

CPMF – Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira

CTCA – Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EFA – Escola Família Agrícola

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FANEP – Federação dos Agricultores do Nordeste Paraense

FGTS – Fundo de Gestão do Trabalho Social

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola

FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

GEL – Barco Geleira

HA - Hectares

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMF – Imposto Cobrado sobre a Movimentação Financeira

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MADAM – Manejo e Dinâmica de Áreas de Manguezal

MAFDS – Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MEB – Movimento de Educação de Base

MERCOSUL – Mercado do Cone Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego

NEAF – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG's – Organizações Não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PA - Pará

PD/A – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PEA – População Economicamente Ativa

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGAI – Programa de Gestão Ambiental Integrada

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar

PNE – Plano Nacional de Educação

PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRORENDA – Programa de Geração de Renda

RH – Recursos Humanos

RESEX – Reservas Extrativistas

RS – Rio Grande do Sul

R\$ - Reais

SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social

SECTAM – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SENAC – Serviço Nacional de Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional do Trabalho

SM – Salário Mínimo

SESI – Serviço Nacional da Indústria

SERB – Sistema Educativo Radiofônico de Bragança

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TABA – Transporte Aéreos Regionais da Bacia Amazônica

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

US\$ - Dólares

Resumo

BLANDTT, Lucinaldo da Silva. **Trabalho infanto-juvenil no uso do manguezal e a educação fundamental**. Orientador: Dr. Orlando Nobre. Belém, Pará: UFPA/CA/NEAF/CNPq; EMBRAPA/CPATU; MADAM/Uni-Bremen/BMBF, 2002. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável).

O trabalho infantil não representa uma categoria importante para a formação da renda na área manguezal. Apenas a agricultura, o beneficiamento do caranguejo e a pesca comercial se configuram como atividades rentáveis para crianças em idade de seis a quatorze anos, pois se dedicam a atividades de trabalho voltadas para a subsistência familiar. As crianças são incentivadas pelos familiares ao trabalho a partir dos quatro anos de idade, porém, somente aos sete anos, para o trabalho dedicado aos meninos e aos cinco para o trabalho dedicado às meninas, é que o trabalho infantil vai assumir importância para a sobrevivência familiar. O recrutamento para o trabalho não acontece, até os quatorze anos, diretamente entre os agentes mercantis e as crianças. Quem lhes incube de participar do processo de exploração da força de trabalho são seus entes familiares. Para os adolescentes, o trabalho remunerado representa uma forma de recrutamento indispensável para o auto-sustento. Para 40% das crianças é um grande empecilho para os estudos, pois se ocupam em atividades sem remuneração, nos três horários, respectivamente de ensino do dia, dificultando a frequência à escola. Para crianças e adolescentes, em sua situação sócio-econômica e educacional, em que estão inseridos na área manguezal de Bragança, a participação, através da transdisciplinaridade, enquanto elemento efetivador da sustentabilidade, seria uma alternativa para se penetrar o ciclo de pobreza a qual estão condenados a participar e que sua família vem perpetuando de geração a geração.

Palavras Chaves: trabalho infanto-juvenil, educação, área manguezal.

Abstract

BLANDTT, Lucinaldo da Silva. **Child-labour in the exploitation of mangroves and basic education.** Supervisor: Dr. Orlando Nobre. Belém, Pará: UFPA/CA/NEAF/CNPq; EMBRAPA/CPATU; MADAM/Uni-Bremen/BMBF, 2002. Master dissertation in “Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável”.

Work of 6 to 14 years old children is important for the survival of their families, however, it does not contribute to the monetary family income that based upon commercial fisheries, crab processing and agriculture. From an age of 4 years onwards children are encouraged to work by their parents. However, only 7 years old boys and 5 years old girls contribute significantly to the subsistence of their families. From an age of 14 years parents push their children to earn money by selling products to local agents. For teenagers remunerated work is indispensable for self support. 40% of the children between 7 and 14 years work instead of going to school which is a big obstacle for their education. The socio-economic and educational situation of children and teenagers living in the Bragança area may be improved by the process of participation and transdisciplinarity, as an effective sustainability element, as it may allow them to escape from the poverty cycle that their families are part of far generations.

Keywords: children and teenager work, education, mangroves

INTRODUÇÃO

Vários estudos de sociólogos, educadores, antropólogos e economistas têm abordado a questão da realidade do trabalho na área manguezal do município de Bragança, o que se traduz em uma vasta produção de obras com temáticas similares¹. Estaremos preocupados em avançar no debate sobre a realidade do trabalho na área manguezal, considerando os estudos já desenvolvidos, de forma a afunilar o debate para a questão do trabalho de crianças e adolescentes e a educação fundamental.

O presente estudo, *‘trabalho infanto-juvenil no uso do manguezal e a educação fundamental’*, procura fugir da perspectiva de repetição das discussões na realidade de estudo, indicada pela possibilidade de entender as raízes da problemática do trabalho rural na área manguezal². O referido trabalho buscou considerar os vários estudos³ desenvolvidos sobre a realidade em questão, perfazendo uma análise crítica destes, ao tomar o trabalho infanto-juvenil como uma das conseqüências do processo gerador da pobreza do trabalhador da área de manguezal. Dessa forma os objetivos norteadores dessa pesquisa são:

1. Perceber como o trabalho de crianças e adolescentes representa um dos principais sustentáculos para gerar renda e manter a reprodução familiar na área de manguezal;
2. Identificar a relação entre o trabalho de crianças e adolescentes e o insucesso da escola fundamental que aprofunda um ciclo permanente de pobreza na área de manguezal;
3. Verificar as determinações do trabalho de crianças e adolescentes nos mecanismos de submissão e exploração do capital comercial para manutenção histórica da pobreza no manguezal.

A importância dessa pesquisa está na procura de poder desvelar a realidade em questão num sentido mais amplo, donde espera-se indicar que a partir do trabalho infanto-

¹ Alves (1998), Barros (1997a), Berger et all (1999), Blandtt (1999), Cabral (1998), Cabral (1999), Cunha (2000), Furtado; Glaser (1997), Glaser et all(1996), Glaser (1997), Glaser (1998), Glaser (1999), Glaser; Grasso (1999 a), Glaser; Grasso (1999b), Glaser et all (2000), Martins (1998), Oliveira (1998), Oliveira (2000), Paixão (1997), Ramos (1999), Ribeiro (1998), Rocha (1999), Santos (1992), Silva (1997).

² Cabe ressaltar, que para essa pesquisa consideramos área manguezal, a faixa litorânea, compreendida entre os espaços do ecossistema manguezal e as áreas adjacentes, formadas, ora por regiões de campos naturais, ora por faixas de praias, ora por faixas de terra firme, onde se localizam as produções da agricultura familiar.

³ Ver nota 01

juvenil, o trabalhador rural se insere numa lógica de dependência do sistema comercial⁴, articulando-se ao mesmo tempo com a procura para entender os problemas que a escola no meio rural vem enfrentando como índices de evasão e repetência superiores a média nacional, 25% para o Brasil (INEP citado por BRASIL, 2001: p. 47), e 34% no manguezal, identificado a partir de uma pesquisa por amostragem (BLANDTT, 1999: p. 87).

Este estudo foi realizado no âmbito da área manguezal do município de Bragança, Nordeste do Pará, que de acordo com os estudos ambientais do MADAM (GLASER, 1996: p 3), é considerada uma das mais preservadas do país, mesmo sendo uma das localizações mais antigas da colonização européia na Amazônia brasileira.

Mapa 01 - Área de estudo



Fonte: CPRM – Belém PA, 1995

● Cidades e principais vilas

● Pequenos povoados

⁴ Ver mais sobre sistemas de exploração comercial em Blandtt (1999), Martins (1998), Ribeiro (1998). 3

Para essa localização da pesquisa, existem vários estudos realizados e/ou em desenvolvimento (ver nota 01). Através desses dados, aprofundados com a pesquisa de campo, procuramos conhecer a importância da participação de crianças e adolescentes na força de trabalho para verificar a intensificação no período posterior a 1985, quando um programa municipal viabilizou a construção de estradas e vicinais, fazendo a ligação entre as comunidades do manguezal e a cidade de Bragança, que facilitou o escoamento da produção nessas comunidades, e assim, aumentando a procura por mão-de-obra, preferencialmente de baixo custo.

1. Mangue e as dimensões de trabalho

Os manguezais constituem um tipo específico de floresta tropical ou subtropical úmida. São ecossistemas ecótonos⁵, na transição continente e mar, formado nas áreas dos estuários e desembocaduras dos rios, com variações constantes de inundações decorrentes da ação das marés e dos rios, que formam bacias hidrográficas homogêneas entre águas doces, salobras e salinas, que cria a oportunidade para a produtividade primária, justificando o seu papel na cadeia trófica, enquanto áreas privilegiadas de reserva ecológica, berçário, meio nutritivo, centro de multiplicação de numerosas espécies de animais e vegetais importantes para o ciclo haliêutico (MADAM, 1995: p 9).



FOTO 01 – Área manguezal (Schoreis, 1997)

⁵ Termo importado da Biologia, que significa transição entre áreas de diferentes ecossistemas, no caso a transição entre os ecossistemas mar, manguezal e terra firme.

As florestas de manguezal compreendem 15 milhões de hectares do planeta, e no Brasil cobrem 1,4 milhões, 10% do total mundial⁶ (RICKLETS; LATHAM, citado por ATLAS, 1998: p. 12), dos quais cerca de 270.000 (19,3% do total brasileiro), ocupam as costas marítimas do Pará (SENNA, citado por ROCHA 1999: p 32), compreendendo a parte norte e nordeste da faixa de transição da ilha do Marajó com o oceano Atlântico e da faixa litorânea entre os municípios de Viseu e Vigia, da foz do rio Amazonas a do Gurupi.

O manguezal de Bragança (ver foto 01), compreende uma área aproximada de 120 km² (RIBEIRO, 1998: p. 16), formado pelas bacias do rio Caeté e rio Taperaçu localizado no centro do litoral do Salgado, na Micro-região Bragantina, que abrange a ponta do Maiaú até o Caeté (40 km de extensão) e desde o planalto costeiro da floresta Amazônica no município de Bragança até a faixa oceânica da costa Norte do Brasil (BARBOSA; PINTO, citado por RIBEIRO 1998: p.21).

Um dos indicadores da importância do manguezal bragantino refere-se ao fato de estar localizado no ecossistema Amazônico. Evidências arqueológicas, tais como amostras de carvão de fogueiras, cujas datações por C14 atestam a presença do homem nessa região num período que varia de 3.000 a 1.600 a.C. (MADAM, 1995: p. 102). Isso significa dizer que o processo de manejo ambiental dessa localização tem raízes na pré-história quando grupos sambaqueiros de fase Mina consumiam basicamente peixes, moluscos e crustáceos (MADAM, 1995: p. 103). A Micro-região bragantina é uma das mais antigas utilizada para o povoamento na Amazônia, destacando o contato com franceses, holandeses, portugueses e espanhóis, por volta do século XVI (PROST, 1998: p. 39-54).

Quando da chegada dos conquistadores europeus, a região Amazônica com mais de quatro milhões de quilômetros quadrados (REIS, 1982: p. 43), já constituía-se em dois ambientes naturais: a *terra-firme* e a *várzea*. A área de *terra-firme*, ou seja, a terra geralmente não inundada pelas águas fluviais, com altitude de 10 a 100 metros acima do nível do mar, abrange, segundo Reis (1982: p. 49), aproximadamente 98% da planície amazônica. No ecossistema denominado *várzea*, ou seja, região sujeita a inundações fluviais anuais, encontra-se presente na planície aluvional ou o leito maior dos rios amazônicos, cujas larguras mais comuns variam entre 15 a 50 km (REIS, 1982: p. 83), a região ocupada pela *várzea*, compreende aproximadamente 1,5 % da planície amazônica.

⁶ Segundo Atlas do Meio Ambiente da EMBRAPA o mais extenso do mundo (1998: p. 54)

(HOORNAERT citado por PORRO, 1992: p.11 a 48). Comparando os dois ambientes naturais, o ecossistema da *várzea* favoreceu a concentração demográfica das populações indígenas ao longo das margens do rio Amazonas, cujas aldeias eram caracterizadas por suas grandes dimensões, contrastando com o povoamento mais rarefeito da *terra-firme* (HOORNAERT citado por PORRO, 1992: p.17 a 23).

Não é a toa, portanto, que ao longo da rede hidrográfica do vale amazônico ocorreu a penetração e fixação do conquistador português e, conseqüentemente, a dizimação das populações indígenas (FILHO, 1999: p. 11). No decorrer desse processo de colonização portuguesa, já em fins do século XVIII os nativos da região da *várzea* haviam praticamente desaparecido, enquanto formava-se um novo povoamento na área, a partir de índios descidos dos médios e altos cursos dos rios, de colonos lusos e de mestiços (VIANNA, 1992: p. 185-280).

A fundação e colonização de Bragança, também retrata essa mesma conjuntura. A área em que se localiza hoje o município era habitada pelos índios *apotiangas* da nação Tupinambás, onde existiam várias tribos que povoavam as margens do rio Caeté, por isso também eram conhecidos como índios Caeteuras (ARQUIVO, 1880: p. 354). Segundo Enciclopédia (1957: p. 311-316), foram os franceses da expedição de *Lavardière* os primeiros europeus a conhecerem a terra dos índios Caeteuras em oito de julho de 1613. Porém, em 1616, a expedição portuguesa comandada por Pedro Teixeira, a qual levava a notícia a Jerônimo de Albuquerque, no Maranhão, da fundação de Belém, passou pelas terras onde hoje se situa o município de Bragança (ARQUIVO, 1898: p.765-766).

Segundo dados de Arquivo (1701: p.34), o espanhol Álvaro de Sousa recebeu da corte de Madri, as terras doadas por Felipe III da Espanha, por carta em 09 de fevereiro de 1622, entre Tury-açu e Caeté, com 20 léguas ao fundo para o continente, onde procurou desenvolver sua capitania, fundando ao lado direito do rio Caeté, o povoado com o nome de Sousa do Caeté, o qual constituiu a origem do município. Após 7 anos de sua fundação, a área foi abandonada e transferida para a situação atual da cidade de Bragança, localizada a 3 km acima de Sousa do Caeté e à margem esquerda daquele mesmo rio, ao lado de uma aldeia indígena.

Desde o início da colonização portuguesa na região, no século XVII, a Amazônia esteve inserida no sistema mercantilista europeu, na condição de fonte de acumulação para

os capitais metropolitanos, assim, toda produção local era direcionada aos interesses da Coroa (PROST, 1998: p. 105). Durante o primeiro século da ocupação portuguesa, utilizou-se do trabalho servil do índio para atividades produtivas como a extração de drogas do sertão, principal item de exportação para a metrópole por mais de um século.

Em meados do século XVIII, o padrão de acumulação fundado no simples extrativismo e exploração do indígena não mais respondia aos interesses dos mercadores. Em função disso, as atividades produtivas foram reorganizadas pela introdução de produtos agrícolas e escravos negros. Nesse contexto, a região bragantina tornou-se o principal produtor e fornecedor de gêneros alimentícios, principalmente a farinha de mandioca, provendo a maior parte do abastecimento de Belém. Os colonos açorianos⁷ se engajaram na produção de alimentos constituindo um campesinato incipiente concentrado em alguns pontos da região (CONSELHO, 2001: p. 65). Para facilitar as comunicações com Belém, foi melhorado um caminho terrestre já existente entre o rio Caeté e o rio Guamá, de onde poderia se chegar a Belém de barco. Além da produção agrícola, o porto de Bragança era importante ponto de comércio entre o Pará e Maranhão (ARQUIVO 1935: p. 459).

Na primeira metade do século XIX, a Vila de Bragança era o segundo maior núcleo populacional do Estado do Pará. Na segunda metade desse mesmo século, o avanço da industrialização européia fez crescer a importância de uma matéria-prima tipicamente amazônica: a borracha. Para abastecer a população que se dedicava aos seringais, a roça da mandioca de Bragança foi muito importante nesse contexto (FILHO, 1999: p. 34).

A expansão da demanda no período foi de tal monta que a produção agrícola em torno de Bragança era insuficiente para respondê-la, conjugadas com as dificuldades de comunicação e transporte entre Belém e Bragança, que era bastante difícil, pois o percurso entre as duas localidades levava de 6 a 8 dias. Nos relatórios do Arquivo (1910: p. 211), entre 1875 e 1908, o governo provincial financiou a construção da Estrada de Ferro de Bragança⁸. Entretanto a instabilidade e a fragilidade da economia regional, dependente dos fluxos de exportação da borracha refletiram-se na própria construção da estrada que durou 27 anos (1875 a 1908) para cobrir pouco mais de 200 km. Quando a estrada foi concluída o ciclo da borracha começava a declinar. Com o declínio da borracha, na segunda década do

⁷ Ver mais sobre os colonos açorianos em Filho, 1999: p. 294.

⁸ Ver mais sobre a Estrada de Ferro Bragança-Belém em MATOS, 1992: p. 34.

século XX, o governo estadual tinha crescentes dificuldades em manter os núcleos agrícolas. Aliado aos ciclos periódicos da seca e às condições precárias da colônia, os migrantes abandonavam a região.

A estrada de ferro teve uma atuação importante no desenvolvimento de Bragança e suas redondezas. A estrada viabilizou a construção de pequenos núcleos populacionais em sua margem, como os de Capanema, Castanhal e Santa Isabel, embora tenha influenciado pouco na produção agrícola. Com a desativação da ferrovia em 1966, provoca o fim da época áurea de Bragança (ARQUIVO 1970: p. 549).

Para Prost (1998: p. 55), a região bragantina passou por um declínio populacional por várias décadas, sendo a população ainda composta por pequenos produtores de culturas alimentícias como a mandioca, milho e arroz para auto-consumo e para abastecer a capital. Os núcleos da bragantina refletiram a estagnação geral que caracterizou a região com a decadência da borracha.

Mesmo com essa situação a cidade de Bragança ainda guardou um certo dinamismo pois manteve-se, até então, como um centro abastecedor da baixada maranhense⁹. No entanto a construção das rodovias federais (BR 316 Belém-São Luiz e a BR 010 Belém-Brasília), a partir da década de 50 marginalizou Bragança das principais vias e essa perdeu também seu papel de abastecedora da baixada maranhense.

Esse processo começa a ser superado com a implementação do programa municipal de abertura de estradas e vicinais que ligam Bragança às várias comunidades inclusive da área manguezal, que há séculos dependiam apenas dos rios e furos como único meio de integração sócio-econômica. A partir da década de 60, o manguezal, destacando as atividades extrativistas, passa a ter significativo valor econômico para a sobrevivência das populações residentes nas suas proximidades.

A realidade dos trabalhadores na área manguezal caracteriza-se pelo fato da busca da sobrevivência. A noção de trabalho que sustentará a pesquisa está relacionada com a subsistência. O trabalho, no sentido clássico de seu entendimento¹⁰, sugere íntima relação com a força produtiva e a sobrevivência, a partir da condição dos deserdados do sistema

⁹ Baixada maranhense é uma área compreendida na divisa dos Estados do Maranhão e do Pará, onde estão localizadas importantes cidades como Bragança, Capanema (lado do Pará), Carutapera e Santa Inês (lado do Maranhão).

econômico, principalmente daqueles de regiões pobres, como a Amazônia brasileira, em que o trabalho tem assumido relação com os sistemas de exploração comercial.

Os processos de trabalho nessas regiões têm inclinação a dependência dos trabalhadores com relação ao sistema de mercado, como por exemplo na história da Amazônia brasileira, em que há a prevalência do sistema de aviamento¹¹ nas relações comerciais.

O aviamento foi a instituição que se consolidou a partir do contato da sociedade amazônica com um sistema altamente monetarizado, qual o capitalismo industrial europeu, especificamente no início da colonização na região norte do Brasil. O aviamento, numa tendência geral, tem as seguintes características: a) base de recursos naturais abundante e de difícil acesso; b) atraso nas técnicas de produção; c) índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo; d) presença de lideranças mercantis locais; e) ligação dessas lideranças com mercado monetarizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito; f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área (MIYASAKI citado por PROST, 1998: p. 3-4). Na área manguezal da bragantina, é possível, ainda identificar relações semelhantes entre os produtores (extrativistas animais, pescadores e agricultores familiares), com agentes mercantis, caracterizando um sistema de dependência e atrelamento a regras de trabalho ditados pelos donos de pequeno capital de giro.

O trabalho na área manguezal em Bragança, indiscutivelmente inserido na mesma questão de trabalho da Amazônia brasileira, reflete as condições subumanas donde a maior parcela da população está retratada. Prost (1998: p. 35-42), numa análise histórica percebe a importância da agricultura na sub-região da área manguezal, donde as populações humanas, em seu cotidiano, utilizam a agricultura para a sobrevivência familiar, destacando o uso tradicional¹², com indícios dos índios Tubinambás da família caeteura¹³, do tabaco, feijão e mandioca. Para Camargo (citado por CONSELHO, 2001: p. 32), na conjuntura atual, a agricultura ainda é um mecanismo de subsistência para aquela localização, sendo fundamental como meio de obtenção de renda familiar. Porém, a

¹⁰ Ver Marx, O Capital, 1975: p. 443 e seguintes.

¹¹ Ver mais sobre o sistema de aviamento com Prost (1998: p. 17)

¹² *Uso tradicional*, termo nessa dissertação significa as formas de uso remetidas aos primeiros colonos da área de estudo, relação mais próxima do homem com a natureza.

¹³ ver mais sobre os índios caeteuras, Armando Bordallo, citado por Oliveira (2000: p. 43).

agricultura admite limites naturais para o uso, explícitos especificamente quanto ao espaço, haja vistos que, as parcelas de terras produtivas são reduzidas exatamente pela presença do manguezal, que funciona como barreira natural à expansão agrícola, de certa forma, favorece a inexistência da concentração de terras e do aparecimento dos grandes latifundiários.

Para as pesquisas sócio-econômicas do MADAM¹⁴, a agricultura desempenha um papel central nas regiões costeiras no Estado do Pará e também em Bragança, representa uma das maiores fontes de renda na área (para 10% das famílias locais se constitui na maior fonte de renda), sendo identificados 58 produtos cultivados em *comunidades manguezais*. Entre esses produtos, os agricultores identificaram como mais importantes para a renda familiar: a mandioca (52%), e o feijão (28%) seguidos por tabaco (6%) murucí, banana, e coco (3% cada), cupuaçu (2%) e pimenta, manga e limão (1% cada). Além disso, em pelo menos uma das vilas da região do manguezal do Caeté (Acarajó), foi observada a tendência de desmatamento do manguezal para cultivo de arroz. Atualmente, os *arrozais* no manguezal se encontram em declínio de área, provavelmente por razões sociais e ecológicas (SANTOS, 1992: p. 32-37).

As atividades pesqueiras¹⁵ representam importantes destaques na composição da renda do trabalhador. A pesca acontece nos rios, furos e no mar e condiciona o trabalho de duas formas: artesanal e profissional. A primeira, referente ao trabalho para a sobrevivência, resguarda certa autonomia para efetivação da atividade, com uso de recursos escassos, através de *canoas*, pequenas *redes*, *zangarias*, *fuzarcas*, *currais* etc., com destaque para a ausência do trabalho assalariado; a outra diz respeito à atividade com remuneração contratada, com fins de sobrevivência na relação empregado-empregador, utilizando-se de barcos motorizados com potencial para armazenamento da produção por vários dias (GLASER; GRASSO, 1999b: p. 7).

Para Glaser e Grasso (1999b: p. 16), existem 36 espécies de peixe capturadas pelos pescadores na área rural de Bragança. As espécies consideradas de maior importância econômica pelos pescadores são capturadas no manguezal para o autoconsumo e vendidas nas comunidades. Mesmo que freqüentemente estes não sejam vendidos, os peixes se

¹⁴ Ver nota 01.

constituem na principal fonte de proteína para as camadas mais pobres da população rural. *Os pescadores de mangue* possuem várias fontes de renda, no entanto, suas famílias são mais pobres que as famílias que trabalham com a pesca costeira ou pesca de alto mar. A maioria dos pescadores tem outras fontes de renda. É comum os coletores de caranguejo serem também pescadores de subsistência, até mesmo pescadores comerciais ou agricultores.

Ainda merece relevância as ocupações do trabalho referentes as atividades do uso do manguezal, que destacam a produção\comercialização do caranguejo. As pesquisas sócio-econômicas do MADAM¹⁶, identificaram dois grandes sistemas de produção do caranguejo na região: um mais antigo, vindo desde a colonização, onde o caranguejo é capturado e vendido vivo e outro introduzido mais recentemente (na comunidade de Caratateua em 1975, [BLANDTT, 1999: p. 45]), onde o caranguejo é *capturado, morto, esquartejado, cozido, catado* com a retirada da carne que é ensacada para venda. *O tirador de caranguejo*, como é chamado localmente o trabalhador extrativista desse animal, desenvolve suas atividades para a comercialização, geralmente sexta e sábado, o que se justifica pela procura dos mercadores, também conhecidos como atravessadores ou marreteiros, para abastecer as cidades, destacando-se Belém.

Um aspecto relevante é que o recurso caranguejo destaca-se como o produto mais importante para a sobrevivência econômica de 42% dos trabalhadores rurais da área de manguezal de Bragança (GLASER et al, 1996: p. 5), existindo a dependência entre coletores de caranguejo e os patrões que são os marreteiros e os donos de barcos e caminhões. Esta dependência permite aos patrões determinar os preços para os produtos, resultando no acúmulo dos lucros do caranguejo para os comerciantes. Os trabalhadores não tendo muita chance de obter bom preço, aumentam a produção como a única opção para incrementar a sua renda (BLANDTT, 1999: p. 43).

2. Sobrevivência e participação

A sobrevivência é um dos elementos que definem o trabalho no uso do manguezal. Apesar da diversidade de possibilidades este ainda se submetem a exploração sócio-

¹⁵ Ver mais sobre atividades piscosas em áreas manguezal em Cabral, 1998.

¹⁶ Ver nota 01

econômica. A consequência mais nefasta está na perda da liberdade de comercializar livremente, pois vive-se atrelado a conjunturas externas.

Quando nos reportamos à discussão da sobrevivência na área de manguezal, aparentemente, dada a diversidade das possibilidades de trabalho, pensa-se em condições de vida equitativa e satisfatórias para as populações que vivem naquela parcela de terra. Porém para Barros (1997a: p. 32), o que se verifica é uma contradição quanto a questão sócio-econômica, pois atrelados a redes de exploração, os trabalhadores participam de sistemas de dependência, donde, geração após geração, permanecem submissos àquelas redes, tornando-se cada vez mais miseráveis no contexto histórico-cultural. Concomitantemente, aqueles exploradores, cada mais vez abastecem suas reservas, perpetuando as desigualdades, legitimadas pelo trabalho destinado à sobrevivência. Dessa forma, conformam a população explorada em sua condição de excluídos das possibilidades de ascensão social (DIAS, 1992: p. 36-75).

A questão da participação enquanto alça para o desenvolvimento não é um debate recente. Em 1975, no Seminário de Planejamento na Educação Rural, realizado pela UNESCO (BORDENAVE; WERTHEIN, 1985: p. 68), já recomendava-se a participação da comunidade no planejamento das decisões que a afetam. Sustentava-se que a participação na tomada de decisão promoveria a iniciativa e a inovação, ajudaria a mobilizar recursos destinados ao local e contribuiria para a redução das tensões sociais.

Ainda sobre a questão, a CEPAL (citado por BORDENAVE; WERTHEIN 1985: p. 43-45), tece considerações sobre este tema:

“Para a implementação da política social de desenvolvimento regional... reconheceu-se a necessidade de que a população participe ativa e conscientemente das decisões que irão definir o modelo da futura sociedade”. A participação popular visa a: I incorporar a capacidade criativa e as atitudes positivas dos setores populares, que constituem um recurso insubstituível na dinâmica do desenvolvimento; II obter a cooperação consciente e ativa dos indivíduos e da coletividade nos diferentes esforços programados; e III reduzir as hábitos que, em certas fases do subdesenvolvimento, alguns grupos tendem a oferecer ao processo de mudança social. Na discussão sobre a participação popular e a formulação de planos, fez-se uma nítida distinção entre implementação, no sentido da mera expressão de opiniões sem que se tenha responsabilidade na implementação, e a Participação, como aceitação da responsabilidade acarretada pela integração na formulação de planos para ser real e efetiva, deve ser responsável, em oposição da pseudo participação cerimonial em comitês ou conselhos ineficientes cujas decisões acabam sendo desvirtuadas ou simplesmente ignoradas..”

Fica enfatizado, então, a importância da iniciativa da população a que se destinam os serviços em qualquer empreendimento de mudança, independentemente de que as

mudanças sejam dimensionadas ou não no contexto de uma ampla política de desenvolvimento local, regional e nacional.

3. Educação e desenvolvimento, trabalho e trabalho infanto-juvenil

Do ponto de vista conceptual, pode-se distinguir três tipos de situações concretas, em que a educação está relacionada com o desenvolvimento e a participação. No primeiro, a educação se integra no processo de desenvolvimento, sem que se consiga obter a participação da comunidade¹⁷. No segundo, consegue-se, obter a participação da comunidade, sem que no entanto, esta se integre num processo de desenvolvimento¹⁸, neste caso, as iniciativas enfatizam os esforços no sentido de obter uma participação da comunidade da educação como objetivo prioritário, partindo talvez do princípio de se procurar melhorar o nível educativo, sem que esse próprio se encontre integrado em programas de desenvolvimento rural. No terceiro, os esforços educativos se integram no processo de desenvolvimento e se consegue obter a participação comunitária em planos de desenvolvimento local, regional e nacional.

Há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora do lugar no almejado projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento que vê o Brasil apenas como mais um mercado emergente predominantemente urbano, camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção. Nessa lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para essas pessoas, a não ser do tipo compensatória à sua própria condição de inferioridade (MOLINA et al 1999: p. 56).

Nos documentos oficiais sobre educação no Brasil¹⁹, a população rural aparece apenas como um dado. São números citados de uma população esquecida. São apenas quantidades ou, no máximo, referências marginais e secundárias. É como se a diferenciação entre o rural e o urbano não fizesse mais sentido, uma vez que a morte do

¹⁷ Algumas experiências que se inscrevem nessa linha são, no México, as *Escuelas Tecnológicas Agropecuarias*, os *Centros de Integración Social*, as *Brigadas de Desarrollo y Mejoramiento Indígena*; em Cuba a *Escuela Secundária Básica del Campo* e, no Peru, o *Proyeto Especial Integrado sobre la Función de la Educación en el Desarrollo Rural*, citado por Werthein e Bordenave (1985: p. 39).

¹⁸ Por exemplo, as Casas Familiares do Senegal e os Núcleos no Peru, citado por Werthein e Bordenave (1985: p. 36).

¹⁹ INEP (citado por BRASIL 2001: p. 98), Paramentos Curriculares Nacional (1997: 12 p.)

primeiro já estaria anunciada. É preciso entender em que contexto essa compreensão vem sendo formulada e quais os equívocos dessa lógica.

Nossa pretensão é a partir de outras perspectivas, indicar um esboço mais complexo da realidade em questão, apresentando assim, um panorama mais próximo dos desafios da educação no meio rural. Começaremos identificando quais são os principais problemas da educação no meio rural hoje. O primeiro deles, já acima aventado, é a própria escassez de dados e análises sobre esse tema, o que já identifica o tipo de tratamento que a questão tem merecido, tanto pelos órgãos governamentais como pelos estudiosos²⁰. Mas, mesmo sem acesso a muitos dados e estudos científicos, não é difícil fazer um primeiro diagnóstico preliminar, na medida que uma observação da realidade, combinada com algumas informações disponíveis²¹, permite configurar percepções alternativas aos dados oficiais.

Quanto ao analfabetismo os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE [citado por BRASIL, 2001: p. 32-38]), apontam que 32,7% da população do meio rural no Brasil, que tem acima de quinze anos, é analfabeta. Na área manguezal de Bragança, um estudo realizado por amostragem, indica que esse número é elevado para 42,2% da população nessa mesma faixa etária (BLANDTT, 1999: p. 89-93). Para o ensino Fundamental no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001: p. 23-29), não constam dados específicos sobre a exclusão social no meio rural. Segundo o Plano Nacional de Educação (BRASIL 2001: 12-15 p.), são aproximadamente 2,7 milhões de crianças na faixa etária de sete a quatorze anos que estão fora da escola no Brasil. Para o ensino Médio estima-se que 50% da população brasileira na faixa etária própria (quinze aos dezesseis anos) estejam fora da escola. Por sua vez, a matrícula do ensino Médio no meio rural representa apenas 1,1% do total dessas matrículas e o número de escolas não passa de 3,2%. Já para a Educação Infantil foi um avanço a inclusão dessa demanda no meio rural a

²⁰ Como aponta a pesquisadora Maria de Nazareth Wanderley citada por Molina et al. (1999: p. 92-93), é surpreendente como os cientistas sociais brasileiros abandonaram o estudo do rural, a partir do início dos anos 70: “muitos estudiosos se desinteressam pelos estudos do ‘rural’, como se ele tivesse perdido toda a consistência histórica e social, como se o fim do ‘rural’ fosse resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade”. No Encontro Preparatório à Conferência Nacional realizado no RS, a professora Malvina Dorneles citada por Molina et al. (1999: p. 101-109), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresentou dados preliminares de um levantamento que está fazendo nos programas de pós-graduação brasileiros nos últimos doze anos: segundo ela, somente 2% das pesquisas dizem respeito a questão do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente de educação escolar no meio rural.

²¹ Vamos utilizar especialmente os dados que aparecem no Plano Nacional de Educação do Governo Federal (Brasil, 2001), Glaser (2000), e a proposta de Plano Nacional do II Coned, 1997 (citado por MOLINA et al., 1999: p. 54)

partir de 1996 com um acréscimo de 25,6% das matrículas de educação Infantil no meio rural.

De modo geral, a escola no meio rural está relegada ao abandono, recebendo por isso, em muitos Estados, a denominação de escolas isoladas. Como predomina a concepção unilateral da relação cidade-campo, existem alguns projetos em prefeituras, que buscam superar o problema trazendo as crianças do rural em longos trajetos com muitas horas de viagem²² por estradas precárias, com finalidade de reduzir custos, e colocam-nas em classes separadas das crianças da cidade, reforçando, dessa forma a dicotomia ainda presente no imaginário da sociedade. Ou então são colocadas na mesma sala, onde são chamadas de *atrasadas* pelos colegas, ou mesmo por alguns de seus professores (NETO, 1999: p. 34-39).

Num resumo das discussões do Plano Nacional de Educação feitas no CONED - Congresso Nacional de Educação, citado por MOLINA et al. (1999: p. 30-63), indica os principais problemas da educação rural como a falta de infra-estrutura necessária e de docentes qualificados, falta de apoio a iniciativas de renovação pedagógica, currículo e calendário escolar indiferentes à realidade do campo. Alheia a um projeto de desenvolvimento, estimula o abandono do campo por apresentar o urbano como superior, moderno e atraente, trabalhando pela sua própria destruição, sendo desarticuladora do deslocamento dos estudantes para estudar na cidade, especialmente por não organizar alternativas de avanço das séries em escolas do próprio meio rural.

Na área manguezal, a situação da escola se embrica com o trabalho para a sobrevivência familiar, mas diretamente, quanto a interferência que a escola tem sobre o trabalho, com mutuas. É preciso compreender, no entanto, que a relação entre trabalho e educação é suscetível de ser compreendida das mais diversas maneiras. Dado que é possível que o uso dos termos como trabalho e educação serem polissêmicos, convém defini-los com maior precisão e tal como serão utilizados na análise que efetuaremos desta relação.

A definição de trabalho tem sido muito utilizado na literatura filosófica e histórico sociológica. Em geral, conceituado como uma atividade específica da espécie humana, de

²² Em Bragança, a média de tempo gasto pelos alunos que vem da área de manguezal para a cidade é aproximadamente de 2 a 3 horas, praticamente um turno roubado dessas crianças e adolescentes (Santana, 1997: p. 45).

onde advém a noção do seu caráter humanizador na relação que se estabelece entre homem e natureza. Parte-se do pressuposto de que, no intercâmbio homem-natureza, o trabalho do homem o distingue dos outros animais ao produzir seus meios de existência (MARX, 1975: p. 796, Vol. 1).

Do ponto de vista científico, é na teoria marxista que encontramos a elaboração mais precisa da categoria trabalho. Marx situa a relação homem natureza no interior de um determinado modo de produção, estabelecendo entre trabalho e este uma estreita dependência. De um lado, o trabalho constitui e mantém o modo de produção; por outro lado, o modo de produção determina as formas válidas de trabalho. Essa compreensão possibilita pensar a produção como um processo histórico, conseqüentemente a atividade de trabalho como uma categoria histórica (GIANOTTI, 1966: p. 123).

Partamos agora para uma definição sobre educação, que consideramos como todo processo de formação e aprendizagem que implique a aquisição de conhecimentos, valores, saberes, experiências ou atitudes, que pode ser realizado tanto no meio acadêmico e escolar como no conjunto das relações sociais, de modo sistemático ou assistemático.

Finalmente, não estamos preocupados em discutir uma concepção integrada entre trabalho produtivo e o pressuposto fundamental para a construção de processo educativo diretamente ligado à qualificação específica para um determinado tipo de trabalho (escolas para formar eletricitista ou vaqueiro), mas sim resgatar o fato de que o trabalho produtivo é um valor que se encontra integrado com o estudo. A aceção de Vera (citada por BORDENAVE; WERTHEIN, 1985: p. 76), encaminha nesse horizonte, ao colocar a necessidade de pôr fim ao divórcio na educação, entre teoria e prática, estudo e trabalho, trabalho manual e trabalho intelectual, e para isso preconiza a fusão destas atividades em escolas de trabalho educativo. Quando transferimos tal discussão para a realidade educacional e do trabalho na área de manguezal, nos deparamos com a questão do trabalho infante-juvenil.

Diante dos aspectos do trabalho na área manguezal do município de Bragança (agricultura, pesca e extrativismo), o trabalho de crianças e adolescentes destaca-se como um dos importantes componentes da mão-de-obra familiar. Nas circunstâncias que se colocam atualmente, não contar com essa mão-de-obra ocasionaria grandes dificuldades para a reprodução das famílias.

Para esta pesquisa, o trabalho infanto-juvenil, é um termo genérico, utilizado para designar aqueles que diante de sua realidade social, desenvolvem atividades de trabalho, embora o corpo de leis os proíbam, por serem menores de idade e, no contexto das necessidades econômicas, os quais estão inseridas, desempenham papel fundamental para a geração de renda e a reprodução familiar. Trabalho infantil, nesta pesquisa e apoiado nas discussões ulteriores, se estabelece por aqueles indivíduos que estão incluídos na faixa etária de 7 a 14 anos e o trabalho juvenil designado por aqueles que estão inclusos na faixa etária de 15 a 17 anos de ambos os gêneros.

A questão do trabalho infantil é complexa. O problema está associado, embora não fica restrito, à pobreza, à desigualdade e à exclusão social existentes no Brasil, mas incorpora ainda outras dimensões de natureza cultural, econômica e de organização social da produção que respondem também pelo seu agravamento. Há, de forma regionalmente diferenciada no país, uma cultura de valorização do trabalho que insere crianças na força de trabalho com o objetivo de retirá-las do ócio e da possível delinquência. Por outro lado, existem fatores vinculados a formas tradicionais e familiares de organização econômica, em especial na pequena produção agrícola, que mobilizam o trabalho infantil. Ademais, as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho urbano influenciam sobretudo a participação das crianças na força de trabalho que, a despeito dos direitos que lhes asseguram o ordenamento jurídico, elas continuam à margem da rede de proteção, quer na esfera dos direitos humanos, quer na esfera social e do trabalho. Neves considera o trabalho de crianças e adolescentes como,

“uma forma de recrutamento e segmentação vigente em mercados de trabalho que se sustentam no aviltamento do trabalhador infanto-juvenil. A questão central que subjaz ao seu uso é exatamente a Constituição (ainda intocável) perversa de formas violentas de exploração da força de trabalho. Todo o investimento moral e político que condena o trabalho infantil tem colocado a salvo o controle do desrespeito ao corpo de leis trabalhistas, conquistas de todos os membros da sociedade pelo que elas representam em reconhecimento de condições básicas da vida”

(Neves, 1999: p. 27).

Trabalho infantil é um problema social crônico, que aflige ampla parcela da humanidade. Quando a criança trabalha – muitas vezes em circunstâncias que comprometem sua saúde e esperança de vida – pode não haver outra saída: é porque os pais contam com os braços dos filhos para sobreviverem. E se o trabalho apenas consegue assegurar a comida para a sobrevivência, a educação é luxo inacessível e o futuro para

essas crianças e adolescentes pode ficar comprometido.

Muitas vezes a comprovação de trabalho infantil é difícil. O empregador geralmente não contrata a criança, mas empreita seus pais para realizar uma tarefa, que pode ser no plantio, na colheita, no beneficiamento da massa do caranguejo, na extração da lenha etc. Obrigados a cumprir quotas de produção, esses pais põem toda a família a trabalhar em casa, onde não é árduo a observação.

O trabalho infanto-juvenil assume, assim, duas questões básicas na área manguezal referentes a perspectiva sócio-econômica: quanto às perdas sociais, indicadas pelo abandono total ou parcial da escola, ocasionado pela escolha do trabalho, gerando mais pessoas analfabetas, fadadas ao envolvimento no sistema comercial de dependência, gerando mais pobreza; e quanto às perdas econômicas, reveladas pela queda da produtividade familiar, ocasionadas pela ausência das crianças e jovens em atividades que compõem a renda familiar no manguezal (SANTANA, 1997: p. 3)

Glaser (2000: p. 5-8), indicou na área manguezal de Bragança, que o trabalho infanto-juvenil existe em todas as categorias ocupacionais (como pesca, produção do caranguejo, agricultura, comércio), compreendendo um ciclo vicioso entre pobreza, insucesso escolar e trabalho.

4. Trabalho infanto-juvenil e a legislação brasileira

O corpo de leis do Brasil que se referem a problemática infanto-juvenil, destacando além da própria Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA - Lei nº 8.069/90 de 13 de Julho de 1990, condenam a situação de trabalho, porém não conseguem introduzir as condições que proporcionem sua equibilidade tornando-se em muitos casos *letra morta*. A atenção com o trabalho infanto-juvenil se insere num quadro mais amplo que é a preocupação com a infância e adolescência. Parte-se do pressuposto de que as crianças e os adolescentes de hoje são sujeitos de direito (civil e político) e que devem ter condições asseguradas para que se tornem cidadãos íntegros, com possibilidades para o exercício pleno de suas potencialidades.

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, a preocupação com a infância começou a ser colocada de forma mais insistente e clara em termos de que ela representa para o

desenvolvimento sócio-econômico da sociedade; isto é, seus problemas em termos de suas necessidades de saúde, alimentação e educação passaram a fazer parte dos planos gerais de desenvolvimento sócio-econômico. Criou-se o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que tem incrementado esse tipo de preocupação. O crescimento e as ramificações do trabalho da Unicef nos países em via de desenvolvimento levaram a inclusão de interesses da infância nos planos de desenvolvimento desses países (CÂMARA citado por ANTUNIASSI, 1983: p. 67-91).

De modo geral, a maioria dos países desenvolvidos economicamente conta com uma legislação regulamentadora do trabalho infanto-juvenil, que objetiva impedir que a atividade de trabalho se realize de forma prejudicial, seja ao desenvolvimento físico seja ao desenvolvimento mental. Para a sociedade brasileira, a partir da Constituição de 1934, foi fixado em 14 anos o limite de idade para ingresso na força de trabalho, limite esse mantido pelas Constituições de 1937 e 1946. A Constituição de 1967 baixou tal limite para 12 anos, fato que provocou alguns protestos, principalmente de educadores e juristas preocupados com o problema do trabalho de crianças, os legisladores justificaram a queda do limite de idade para seu ingresso na força de trabalho como uma adequação desse limite de idade ao fim da escolarização obrigatória, que na época era de cinco anos, isto é, dos sete aos doze anos. Posteriormente, a escolarização obrigatória foi estendida para oito anos (sete aos quatorze ou quinze anos). A lei continuava colocando 12 anos como a idade limite para o ingresso na força de trabalho. Porém como a escolaridade obrigatória foi estendida até os 15 anos, está seria a idade considerada adequada para o ingresso do indivíduo na força de trabalho, em nossa sociedade (NEVES, 1999: p. 23-24).

Na conjuntura atual, a Constituição de 1988 e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - estabelecem a proibição de qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Quanto ao ECA, funciona como instrumento jurídico em que as crianças e adolescentes deverão receber proteção integral compatível a sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, com direitos especiais e emergentes que lhes garantam prioridade absoluta de acesso às políticas sociais básicas como saúde, educação, habitação, lazer e outras consideradas direito de todos e dever do Estado, da família e da Sociedade.

A atuação do Ministério Público do Trabalho na erradicação do trabalho infantil segue, os dispositivos da Constituição da República, artigos 7º, inciso XXXIII e 227,

§ 3º, incisos I e II, e o artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que impõem a idade mínima de 16 anos (Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98) para que a criança ingresse no mundo do trabalho.

A política institucional voltada para a erradicação do trabalho infantil tem gerado a assinatura de *Termos de Ajuste de Conduta* com diversas empresas urbanas e empregadores rurais retirando a criança do trabalho, sobretudo aquele agravado pelo ambiente insalubre, perigoso e penoso (exemplo das carvoarias do Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais; pedreiras de Goiás; salinas do Piauí e sisal da Bahia).

O Ministério Público do Trabalho coordena e tem assento nos Fóruns Nacional e Regionais para Erradicação do Trabalho Infantil, situação que lhe permite conhecer a implantação de projetos comunitários e avaliar a legalidade das situações ali apresentadas. Por outro lado, promove palestras e seminários, em parceria com órgãos governamentais, entidades patronais e sindicais, e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de sensibilizar não só estes parceiros sociais mas, também, os profissionais do direito e a sociedade em geral para o problema do trabalho infantil.

Trabalhando como empregado, o adolescente tem direito à Carteira de Trabalho assinada, ao recebimento de salário, aos períodos de repouso semanal remunerado, às férias, ao recolhimento do FGTS e aos direitos previdenciários assegurados.

É possível o adolescente trabalhar como aprendiz, sendo a aprendizagem realizada pelo SENAC, SENAI, SENAR e SENAT, ou realizada na própria empresa, desde que sob a supervisão daqueles órgãos. Para isto é necessário:

- . contrato escrito com anuência do responsável legal pelo adolescente;
- . anotação do contrato de aprendizagem na CTPS (arts.29 CLT), pelo empregador;
- . registro do contrato de aprendizagem no Ministério do Trabalho, no prazo de 30 (trinta) dias;
- . conclusão pelo adolescente da 4ª série ou que possua conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional;
- . o contrato terá duração correspondente ao do curso, ou seja, o tempo necessário à aprendizagem, não podendo ultrapassar de três anos;

Então, o propósito de tornar sustentável o trabalho educativo previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 68), deve ter apoio de Municípios, de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e, com medidas conjuntas com as Delegacias Regionais do Trabalho, que regularizam Entidades Assistências com vistas à profissionalização do adolescente. Esta profissionalização deve se dá através de um processo metódico em que se alternem tarefas progressivamente mais complexas e que conduzam à aquisição de um ofício.

A única possibilidade de trabalho para o adolescente, sem vínculo de emprego, é a condição de estagiário. Esta forma de aprendizado é regida pelo Lei no. 6.494/77, alterada pela Lei no. 8.859/94, que deverá ter os seguintes requisitos:

- . que o adolescente esteja cursando o profissionalizante de Ensino Médio ou Pós Médio e/ou escolas de educação especial, do ensino público e particular;
- . que o estágio se realize em setores das empresas privadas ou órgãos da Administração Pública, que efetivamente possibilitem a complementação do ensino, mediante a compatibilidade entre as matérias teóricas exigidas pelo curso freqüentado e as atividades exercidas.
- . que o estágio venha a ser planejado, executado, acompanhado e avaliado, segundo os currículos, programas e calendários escolares, pela instituição de ensino;
- . formalização de um termo de compromisso entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória da instituição de ensino;
- . que haja compatibilidade entre a jornada de atividade do estágio (parte prática) e o horário escolar (parte teórica), recomendando-se que não ultrapasse a 4 horas diárias, visando priorizar a freqüência à escola diurna;
- . carga horária, duração e jornada de estágio curricular não inferior a um semestre letivo;
- . realização pelas instituições de ensino ou em conjunto com os agentes de integração de seguro de acidentes pessoais.

Toda criança possui plena dignidade como ser humano. É esta uma verdade inquestionável, aceita e positivada universalmente, inscrita no texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989 pela ONU – Organização das Nações Unidas, que reconhece a todas as pessoas com menos de 18 anos de idade, os direitos humanos fundamentais, como a vida, a liberdade, a saúde, a assistência, a educação e a proteção.

Por isso, é criminosa a visão da criança como um “homem incompleto”, uma “miniatura de ser humano” ou um “ser inacabado”, fundamento torpe utilizado para justificar o abuso e a opressão que a história tem marcadamente registrado.

Então, a criança, de qualquer raça, classe, cor, sexo, origem social, religião ou etnia, é um ser humano íntegro, com a peculiaridade de se encontrar numa fase de desenvolvimento que enseja proteção especial em todas as áreas de sua vivência (física, familiar, moral, educacional, psicológica e social).

O Brasil tem assumido compromissos formais decorrentes da assinatura de tratados de extensão internacional, obrigando-se, também por força da Constituição e de leis específicas (como é exemplo maior o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), a dar prioridade e solução às questões voltadas para a garantia dos direitos fundamentais em relação à criança.

5. Educação e escolarização

Cabe ainda destacar a diferença entendida nesse trabalho entre educação e escolarização, no sentido sociológico e de acordo com os documentos oficiais no Brasil.

Buscando uma compreensão que possa envolver o estudo da relação do trabalho de crianças e adolescentes na área de manguezal com a formação destes, é necessário deixar claro que não estamos preocupados apenas em fazer comparações com os números de evasão e repetência nos picos das atividades de trabalho, mas iniciarmos uma discussão no tocante a inter-relação trabalho e formação, pobreza e geração da pobreza.

Para tanto, entendemos como escolarização os processos sistematizados em saberes formativos, com objetivos e interesses específicos para a constituição e permanência da sociedade vigente, resguardando uma gama de ideologias motivada pela classe dominante. A escolarização tem relação direta com as escolas, instituições que viabilizam o ensino e a aprendizagem, que valorizam o saber formal (sistematização), o saber apreendido, que deve ser um recurso de e para a sua distribuição. Tal entendimento, de certa forma, reflete a concepção de educação expressa na atual Constituição Federal do Brasil, que rege, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo

para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Capítulo III, Artigo 205 da Constituição do BRASIL, 1988: p. 131)

Para essa dissertação, educação é uma acepção maior, um processo mediante o imaginário das pessoas que tem estreito contato com a cultura de cada povo, são estratégias de conhecimentos formativos, saberes, condutas e condições de vida. Então não há educação, e sim educações, distintas para cada época e lugar, para cada povo. Para Brandão (1981: p. 10):

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida (...). A educação é, como outras uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade (...).

Então, discutir trabalho infanto-juvenil e a educação fundamental, significa buscar compreensões de como o trabalho, enraizado num contexto histórico, perpetua as condições sociais de geração e gerações. Significa buscar, ainda, o entendimento da situação de como se processa a pobreza na relação do trabalho com a educação das pessoas na área de manguezal em que os grupos humanos aprendem a transferência da pobreza, iniciada através do trabalho de crianças e adolescentes à submissão do sistema comercial e pela necessidade de sobreviver.

6. A viabilidade social e os aspectos metodológicos

A viabilidade social dessa pesquisa, busca fornecer uma análise ampliada da questão, o que possibilitou uma verificação dos vários projetos de intervenção²³ que estão instalando-se na área de estudo (Resex, PD\A, PGAI, Acqua-fórum, Peti etc.), que não consideram a importância da escola enquanto indicador do desenvolvimento equitativo e sustentável²⁴. A inovação na discussão, poderá influenciar nos rumos das políticas públicas e da ação dos movimentos sociais, ou seja, as ações de intervenção na área poderão ser sujeitas ao embate do trabalho de crianças e adolescentes e a incorporar a dinâmica da escola no meio rural, possibilitando uma nova perspectiva educacional e no desenvolvimento local²⁵.

²³ Ver mais sobre projetos de intervenção, Sunkel (citado por CEPAL, 1969: p. 54-55).

²⁴ Ver mais sobre escola e desenvolvimento, Gramsci (citado por NOSELLA, 1992: p. 34-56).

²⁵ Ver mais sobre respeito à realidade escolar, Freire (1997: p. 34).

Na perspectiva da construção da dissertação, a partir das observações sobre a literatura consultada, a descrição dos dados e as conclusões que procuraremos atingir, estão apresentadas em três capítulos, antecedidos de algumas considerações introdutórias sobre o trabalho infanto-juvenil e sua legislação, bem como do conceito de trabalho, as quais nos introduzem na discussão do assunto e informarão os pressupostos teóricos a partir dos quais os dados serão analisados.

No capítulo 1, *O trabalho infanto-juvenil, a reprodução familiar e educação fundamental*, foi feita uma revisão bibliográfica sobre as relações de produção para reprodução familiar, o trabalho infanto-juvenil e a escolarização nos estudos sociológicos sobre o meio rural no Brasil, buscando-se compreender a relação do trabalho de crianças e adolescentes com os modelos de desenvolvimento praticados no Brasil.

No capítulo 2, *Visões de Trabalho, Educação e os Processos de Produção de acordo com os Povos do Mangue*²⁶, foi feita uma caracterização da população trabalhadora na área de manguezal de Bragança, dimensionando a participação de crianças e adolescentes no total da força de trabalho familiar, bem como, a identificação dos principais sistemas de produção/comercialização no extrativismo, na pesca e na agricultura, posteriormente perfazendo uma análise das dimensões da educação na área manguezal, e daí perceber a possível articulação entre os dois fenômenos, a partir da lógica implementada pelos agentes mercadores da profunda dependência dos trabalhadores rurais com o comércio local.

No capítulo 3, *Trabalho infanto-juvenil no uso do manguezal e a educação fundamental*, ao incorporar o conjunto de informações coletadas no trabalho de campo, preocupou-se em identificar as raízes tradicionais do analfabetismo e do trabalho infanto-juvenil, buscando verificar a relação de causa e efeito da pobreza no meio rural.

²⁶ Termo forjado neste trabalho para caracterizar as pessoas que vivem, dependem e trabalham em área manguezal.

Por fim as *Conclusões e Perspectivas*, mostram um ensaio de aproximações conclusivas, não tendo a pretensão de propor soluções para a realidade de estudo, mas sim indicar dois cenários hipotéticos para os próximos 25 anos quanto às possíveis perspectivas para a realidade, fazendo minuciosa leitura de contexto a partir das estruturas que se apresentam para a localização de estudo:

- **1º cenário: *deixa como está para vê como é que fica!*** – nesse primeiro cenário buscou-se prospectar as conseqüências de ações dos organismos estatais e congêneres, atualmente implementados ou em implementação, indicando assim, os desdobramentos e as tendências a partir dos projetos que vem sendo instalados na área de estudo com destaque aos programas mais específicos e àqueles mais gerais como o Bolsa escola federal, Aquac-fórum, PETI etc.
- **2º cenário: *e se alguém pensasse na cidadania sustentável!?*** – no segundo cenário, buscou-se a possibilidade de desenhar uma situação que visualize uma potencial participação dos segmentos sociais organizados a partir de seus próprios mecanismos, contando ainda com o apoio de entidades, instituições, ong's etc., bem como a configuração de políticas públicas, e em especial da área da educação, capazes de auxiliar em dinâmicas alternativas que apontem para novas dimensões do desenvolvimento, onde o Estado possa desempenhar o papel de mobilizador dos agentes sociais através da participação e da transdisciplinaridade.

A construção epistemológica desse trabalho de pesquisa estará referendada pelas discussões de Educação e Educação Rural, Antropologia das Comunidades, Sociologia Rural, entre outras. O problema dessa pesquisa reflete as determinações mais significativas da articulação existente entre o trabalho de crianças e adolescentes, que é um dos sustentáculos da reprodução das famílias no manguezal e o insucesso ou abandono do ensino fundamental, esclarecendo que caminhos a sociedade tem articulado no sentido de contribuir para a superação dessas situações.

O presente trabalho constou de um esforço para uma elaboração teórico metodológica que constou num primeiro momento, de um levantamento bibliográfico, acerca de referências que enfocavam a temática em questão e que possibilitassem a

compreensão dos paradigmas que sustentam o estudo.

Após cuidadoso planejamento e a devida determinação das dimensões que foram analisadas, definiu-se a população dessa pesquisa, composta por um grupo social, formada por famílias residentes ou domiciliadas nas proximidades da área manguezal e que se utilizam desse bem natural para sua sobrevivência sócio-econômica na Amazônia brasileira, litoral do Nordeste Paraense. A amostra foi determinada a partir da parcela daquela população que tem maior envolvimento sócio-econômico, dentro das dimensões de trabalho considerado nesse estudo (extrativismo, agricultura e pesca), sendo escolhidos três povoados que refletem a realidade rural descrita no problema desse projeto de pesquisa, configurando: Caratateua, Tamatateua e Acarajó. O resultado da amostragem indicou a seleção de quinze famílias em cada povoado de estudo, distribuídas em três *zonas específicas*²⁷ para acompanhamento do cotidiano, que indicam a variação das dimensões do trabalho em cada local de estudo: Caratateua, área do Una (atividades agrícolas), área da Pedreira (atividades extrativistas) e Centro (atividades de pesca); Tamatateua, área da Enseada Funda (atividades extrativistas), área do Atalaia (atividades de pesca) e área da Fazenda (atividades agrícolas); Acarajó, área do Acarajó Grande (atividades agrícolas), área do Acarajozinho (atividades extrativistas) e na área do Porto (atividades de pesca).

Os instrumentos utilizados para a pesquisa foram a observação sistematizada, que foi operacionalizada em toda a área de estudo e diretamente com as famílias definidas para a amostragem, em períodos de convivências no cotidiano familiar, e no ambiente escolar, dentro das dimensões do trabalho (somando 62 dias de convivência no período da pesquisa), considerando as concepções de Lüdke e André (1986: p. 54), quando afirmam que a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado; permite chegar mais perto da “perspectiva dos sujeitos” permite a coleta de dados em situações em que é impossível outras formas de comunicação. Foram realizadas mais de 200 entrevistas semi-estruturadas (ver anexo 01), para os sujeitos envolvidos na pesquisa, destacando-se trabalhadores rurais pais de filhos\alunos trabalhadores rurais (62 entrevistas), professores de ensino fundamental da rede municipal e estadual de educação (28 entrevistas), crianças e adolescentes trabalhadores rurais freqüentadores ou evadidos da

²⁷ Sobre as zonas específicas ver para Caratateua, Oliveira (2000: p. 23-56); no Acarajó, Santos (1992: p. 32-35); e em Tamatateua, Ramos (1999: p.34-35).

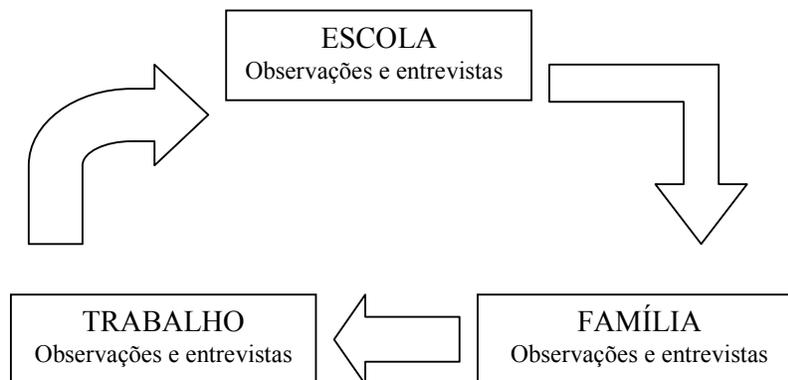
escola fundamental (93 entrevistas), agentes mercantis (16 entrevistas), entre outros. O que para Triviños (1987: p. 32-33), esse tipo de entrevista pode caracterizar-se por ser,

(...) um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados. E é (...) aquela que parte de certos questionários básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogações, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.”

Os dados quantitativos recolhidos em campo foram tratados através de análises estatísticas do sistema MICROSOFT, especialmente em programas do ACCESS para WINDOWS e em procedimentos de estatística descritiva através de planilhas, tabelas e gráficos construídos no programa EXCEL, e examinados a partir de comparações e cruzamento para a realização de correções, dessa forma, resguardando a possibilidade de erros, que pudesse alterar os resultados da pesquisa.

Os primeiros contatos foram feitos com os professores (escolas), os quais indicam os alunos com problemas de evasão e repetência. Daí um novo contato foi feito com os pais desses alunos (família), buscando entender a lógica da sobrevivência familiar (trabalho). Esse processo metodológico pode ser representando no seguinte organograma:

ORGANOGRAMA 01 – Processo metodológico



Por fim, foi feita análise e discussão dos dados obtidos, que constou da seleção do que é interessante para responder a questão de estudo. A interpretação dos dados consistiu em expressar o significado do material, que se apresenta em termos dos propósitos do estudo. O trabalho passou por ilações que a lógica lhe permitir e aconselhar, procederá às

comparações pertinentes e, na base dos resultados alcançados, enunciará novos princípios e fazendo as generalizações apropriadas. A análise deste conteúdo de pesquisa considerou as concepções de Bardin (1997: p. 234), compreendendo a análise de conteúdo como um registro de documentos, que passará por uma pré-análise, posteriormente pela codificação, flutuação e categorização, constando de um desenvolvimento de operações sucessivas, num plano de análise mecânica e sistemática, daí decorrem interpretações.

CAPÍTULO I

O trabalho infanto-juvenil, a reprodução familiar e a educação fundamental.

Nesse primeiro capítulo, buscaremos uma revisão de discussões quanto ao debate sobre o trabalho de crianças e adolescentes e a educação fundamental, considerando os vários ângulos da questão, no tocante do tripé social, econômico e legal, mostrando as atenções que tem merecido a questão nas políticas públicas e para os movimentos sociais.

1.1 O trabalho infantil e a educação fundamental.

A *Convenção Internacional dos Direitos da Criança*, proclamada pelas Nações Unidas, em 1989, estatui a educação como um direito, determinando que a mesma será gratuita e compulsória ‘pelo menos no grau primário’. Na Convenção, também se destacam a igualdade e condições no exercício do direito à educação e a necessidade de estimular a frequência às escolas, a redução da evasão escolar e o desenvolvimento do ensino secundário. Um ano após a Convenção, a *Declaração Mundial de Educação para Todos* firmou o compromisso de universalizar o acesso à educação, promover a equidade, concentrar a atenção na aprendizagem e ampliar os meios e o raio de ação da educação básica. O Brasil que ratificou a Convenção e imediatamente comprometeu-se com suas metas, havendo decidido em sua Constituição, promulgada em 1988, não mais considerar a educação como um direito programático, que o Estado cumpre se e quando pode. Rompendo essa tradição, estabeleceu o ensino obrigatório e gratuito como um direito do cidadão, que pode cobrá-lo do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) reflete os dispositivos constitucionais relativos ao acesso, à qualidade e à equidade, sobretudo do ensino compulsório, que embora se restringindo hoje ao fundamental, deve ser progressivamente estendido ao nível médio.

Esse conjunto de compromissos e normas reflete o reconhecimento da crescente importância econômica e social da educação. Se a informação e a formação proporcionadas pelo processo educacional são, há muito, valorizadas como essenciais à cidadania e, portanto, à participação democrática, outros papéis foram posteriormente criados e exigidos da educação.

Do ponto de vista econômico, há evidências que a educação – particularmente o ensino fundamental – contribui significativamente para elevar a produtividade dos

trabalhadores e para distribuir a renda. Não se conhece nenhum país que tenha arrancado para o desenvolvimento sem que a sua população tenha alcançado um nível satisfatório de acesso e sucesso na educação básica. Os processos econômicos contemporâneos enfatizam, ainda mais, a necessidade de conhecimento para assegurar competitividade econômica aos países, no panorama que se torna cada vez mais complexos.

Nesse nível de entendimento, o desenvolvimento apoia-se em vários alicerces, e a educação passa a ser um de seus indicadores essenciais. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a educação, enquanto necessidade social, esbarra-se na necessidade econômica do trabalho de crianças e adolescentes, pelo sentido de sobrevivência. Essa discussão entre trabalho infanto-juvenil, enquanto necessidade econômica e a educação como indispensável instrumento social para o desenvolvimento, e seu embate, no âmbito da realidade urbana ou rural, tem destaque no meio acadêmico, pois diz respeito a uma problemática geratriz, dela surgem vários outros problemas no seio social.

De acordo com estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Unicef (1998: 23-55 p.), cerca de 250 milhões de crianças, entre 5 e 14 anos, trabalham atualmente no mundo. Desse total, 120 milhões em tempo integral. Na América Latina e Caribe são 30 milhões e, no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 3,8 milhões - a agricultura absorve 55,1% dessa mão-de-obra.

O Unicef agrupa o trabalho infantil em seis tipos principais:

1. Os serviços domésticos - de todas as crianças trabalhadoras, aquelas que trabalham no serviço doméstico são as mais vulneráveis e as mais difíceis de proteger.
2. O trabalho infantil forçado - ocorre, principalmente, na Ásia Meridional, embora haja registros também em outras regiões. Neste sistema, crianças são entregues por seus pais a proprietários de fábricas como forma de resgate de pequenos empréstimos.
3. Exploração sexual comercial - não há dados confiáveis, mas estima-se que um milhão de meninas em todo o mundo sejam objetos de exploração sexual.
3. Indústria e agricultura - em algumas áreas, as crianças representam um terço da força

de trabalho e estão envolvidas em mais de 40% dos acidentes de trabalho registrados.

5. O trabalho de rua - cruel e perigoso, ameaça o desenvolvimento físico e psicológico e, muitas vezes, a própria vida das crianças. Não são crianças de rua, são crianças na rua, que voltam sempre para suas casas.

6. Trabalho para sua própria família - é o trabalho mais comum. Embora desenvolva a consciência da importância de seu trabalho para ajudar a família, frequentemente exige muito dela, impedindo-a de frequentar a escola e prejudicando seu desenvolvimento pleno.

Sintetizando os resultados do Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) podemos afirmar as seguintes características, que, em conjunto ou isoladamente, tornam o trabalho precoce prejudicial ao desenvolvimento educacional e biopsicossocial das crianças: I) aquele realizado em tempo integral, em idade muito jovem; II) o de longas jornadas; III) o que conduza a situações de estresse físico, social ou psicológico ou que seja prejudicial ao pleno desenvolvimento psicossocial; IV) o exercido nas ruas em condições de risco para a saúde e a integridade física e moral das crianças; V) aquele incompatível com a frequência à escola; VI) o que exija responsabilidades excessivas para a idade; VII) o que comprometa e ameace a dignidade e a auto-estima da criança, em particular quando relacionado com trabalho forçado e com exploração sexual; e VIII) trabalhos sub-remunerados (UNICEF, 1998: 102-154 p.).

Em outubro de 1997, foi realizada em Oslo (Noruega), a Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil, reunindo 40 países, organizada pela OIT e Unicef. Os resultados da Conferência, no entanto, ficaram muito aquém do que se esperava, com a maioria dos países se recusando a assinar uma proposta do Unicef proibindo o trabalho infantil.

Em matéria de exploração do trabalho das crianças, a Ásia está em primeiro lugar, concentrando a maior porcentagem, 61%, o Butão tem o maior índice de trabalho infantil do mundo, 55,1%. Em seguida vem a África com 32%, e a América Latina com 7% da mão-de-obra infantil mundial. Na América Latina, o Haiti é o campeão com 25,5% da população infantil trabalhando. Em seguida, vem a Guatemala com 16,2%, o Brasil com

16,1% e a Bolívia com 14,4%. A Argentina tem um dos menores índices, 4,5%²⁸ (UNICEF 1998: p. 49).

O trabalho infantil é proibido no Brasil. Ainda assim, mais de 3 milhões de crianças e adolescentes menores de 14 anos, em vez de participar de atividades de socialização, de brincadeiras e de ter tempo para o estudo, passam o dia trabalhando para garantir seu sustento ou de sua família. Trabalham na agricultura, nas carvoarias, pedreiras, canaviais, fábricas de calçados, oficinas mecânicas, no tráfico de drogas, nos lixões, na prostituição etc. pedindo dinheiro nos semáforos e esquinas, o que traz conseqüências danosas para o seu desenvolvimento físico e psicológico.

Esta situação é, em parte, decorrente da baixa renda de muitas famílias, para as quais o trabalho infantil é uma questão de sobrevivência. Os empregadores, por sua vez, aproveitam-se da mão-de-obra infantil, que se submete a salários mais baixos. Os organismos sindicais se omitem por se tratar de setores não-organizados da economia. E, muitas vezes os próprios pais ou responsáveis consideram o trabalho preferível à escolarização por ser mais "educativo e rentável"²⁹.

Além disso, nem sempre o poder público está suficientemente empenhado no controle e aplicação das leis que proíbem o trabalho infantil, nem busca eliminar as causas estruturais dos desequilíbrios econômicos e sociais que forcem crianças e adolescentes a trabalhar.

As informações coletadas na pesquisa de campo dessa dissertação, segundo as entrevistas, nos dizem que a população da área manguezal, em geral, é indiferente à situação e vê o trabalho infantil como a única chance de sobrevivência para os mais pobres. Muitos acreditam que colocar crianças e adolescentes de baixa renda para trabalhar é disciplinador, ajudando a evitar a “vadiagem” e a criminalidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe totalmente o trabalho da criança menor de 14 anos e o permite aos adolescentes entre 14 e 17 anos, desde que na qualidade de aprendiz, e sem prejudicar a escolarização. Nas observações de campo dessa pesquisa, o que se percebeu é que, à medida que a criança e o adolescente começam a trabalhar,

²⁸ Atualmente a Argentina passa por sérios problemas econômicos e políticos, não podemos afirmar se esse dado ainda corresponde a realidade daquele país.

abandonam a escola. O trabalho é apontado como a principal causa, além da jornada prolongada, as distâncias entre o trabalho, moradia e escola e a má qualidade do ensino, do insucesso da escola fundamental na área manguezal.

Nos grandes centros urbanos, o trabalho precoce e sob condições desumanas acaba aumentando as condutas anti-sociais de adultos contra crianças e adolescentes, além de incentivar a prostituição infantil e a participação na rede do narcotráfico. A jornada completa de oito horas diárias de trabalho é incompatível com o processo de escolarização, que é um direito de crianças e adolescentes, além de ser prejudicial ao seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor. A aprendizagem profissional não deve substituir a escolarização fundamental, que, inclusive, forma trabalhadores mais aptos a se inserirem no mundo formal de trabalho (UNICEF 1998: p. 89)..

Além da exploração econômica, as crianças e adolescentes trabalhadores da zona rural são submetidos a condições de trabalho extremamente danosas ao desenvolvimento e à saúde. É comum encontrar crianças a partir de 7 anos trabalhando em lavouras contaminadas por agrotóxicos. Estas crianças também são obrigadas a carregar peso, a usar equipamentos perigosos e a trabalhar em posições corporais inadequadas, o que prejudica indelevelmente o seu crescimento e desenvolvimento físico.

1.2 Notas teóricas da realidade do trabalho infanto-juvenil no Brasil.

O fenômeno do trabalho infanto-juvenil é muito antigo na sociedade brasileira. Segundo o Unicef (1998: p 12), em 1920, já se encontra registro de cerca de 30 mil menores de idade, contingente nada desprezível e equivalente a 13% da força de trabalho na indústria.

Encontramos em Cerveni e Fausto (1991: p. 34) a afirmação que em 1950 esse número cresce em ritmo intenso, atingindo 180 mil trabalhadores. Foi em função da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que impunha restrições ao trabalho infantil - limite de idade mínima de 14 anos para o ingresso no mercado de trabalho, entre outras – que começou a haver uma redução da participação de crianças no mundo do trabalho.

²⁹ Educativo e rentável, compreendido para os informantes dessa pesquisa como uma forma de socialização com os mercados de trabalho, moralizando-se e responsabilizando-se perante aquele.

As primeiras obras que abordam a temática do trabalho infanto-juvenil no Brasil, datam da década de 50, destacando Caldeira, *Menores no Meio Rural*, que discute o trabalho e a escolarização no meio rural. A partir de uma pesquisa pioneira que descreve as atividades de trabalho de crianças e adolescentes no meio rural, o autor mostra as contradições que se estabelecem entre o trabalho e a escolarização para os trabalhadores rurais no contexto da sociedade.

Os principais resultados indicados por Caldeira (1960: 45-78 p.), para a época, foram considerados, tanto no meio acadêmico como no meio social, alarmantes. Destacando: a presença da mão-de-obra infanto-juvenil foi notada em todas as fases do ciclo produtivo; com relação a idade em que crianças e adolescentes começam a trabalhar, foi observado que variava em função da natureza da atividade, dos hábitos locais e do grau de necessidade econômica da família; 11 anos é a idade média quando as crianças começam a trabalhar, variando entre 06 a 15 anos; o sexo masculino infanto-juvenil é mais destacado na agricultura; trabalho e escola se apresentam como elementos inconciliáveis pela impossibilidade prática de separar o ano letivo do agrícola. Essas considerações, em termos generalizantes, apesar de datadas da década de 50, ainda são comuns para a realidade do trabalho de crianças e adolescentes nas mais variadas atividades em que estão inseridos e distribuídos pelas regiões brasileiras.

Muitas outras pesquisas foram desenvolvidas acerca do trabalho infanto-juvenil da década de 50 à década de 90³⁰. Indicando variações quanto a lugar, tempo e conjuntura trouxeram à tona análises do trabalho de crianças e adolescentes. O problema que a literatura sobre o meio rural coloca para o estudo da mão-de-obra infantil diz respeito à análise das condições de sua existência e à verificação da forma como se realiza a evolução de sua participação no total da força de trabalho, tendo em vista as transformações pelas quais está passando as atividades do meio rural com o avanço da tecnificação e da participação do trabalho assalariado. Isso significa procurar apreender qual o significado que adquire a mão-de-obra infanto-juvenil nas alterações das relações capital-trabalho, no âmbito do trabalho no meio rural.

³⁰ Podemos destacar: Antuniassi (1983), Caldeira (1960), Cândido (1971), Heredia e Garcia (1979), Moura (1978), Neves (1999), Passetti (1996), Petty (1985), Pierson (1966), Queiroz (1973), Queiroz (1983), Ribeiro (1997), Santana (1997), entre outros.

A literatura sobre os determinantes da participação de crianças na força de trabalho indica cinco evidências principais: I) a participação das crianças na força de trabalho – entendida como a proporção de menores de uma certa idade que estão ocupados ou procurando trabalho em relação ao total das crianças daquela mesma faixa etária – cresce com a idade e é maior entre os meninos do que entre as meninas; II) essa participação é maior entre aqueles de cor negra ou parda; III) a participação das crianças decresce com o nível de renda das famílias onde estão inseridas; IV) a taxa de participação de menores é mais elevada na área rural do que na urbana; V) finalmente, no caso do Brasil urbano-metropolitano, as taxas de participação são mais elevadas no Sul e no Sudeste do que no Norte e no Nordeste (ANTUSIASSI 1983: 34 p.).

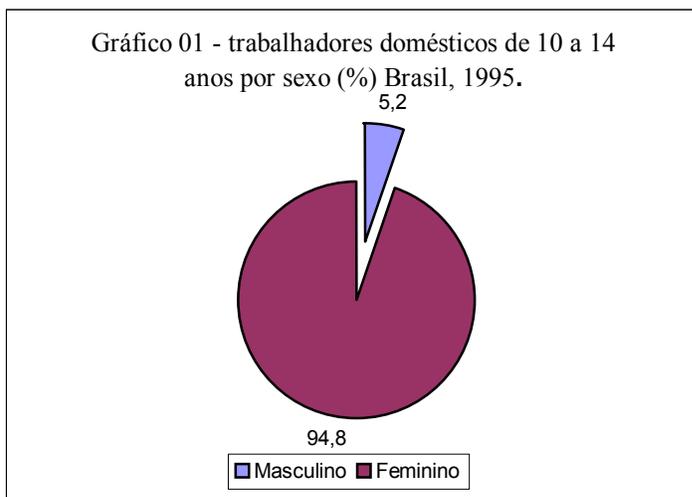
A mão-de-obra infanto-juvenil, seja incorporada através da unidade familiar, seja no trabalho assalariado, parece inserir-se no processo de trabalho de maneira a reforçar o padrão de acumulação capitalista. Torna-se importante, portanto conhecer qual a sua contribuição na reprodução dessas relações de trabalho.

De acordo com relatórios do Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD\IBGE, citado por UNICEF, 1998: 57-59 p.), durante a década de 80, a taxa de atividade das crianças sofreu pequenas flutuações atingindo, em 1990, 17%, ou seja, um nível ligeiramente inferior aos 18% do início da década³¹. A taxa de atividade dos adolescentes apresentou um pequeno crescimento, passando de 48% para 50% entre 1981 e 1990. A taxa de atividade rural é bem mais elevada que a urbana. Em 1990, atingia 11% para a população urbana de crianças e 32% para a rural. Para os adolescentes a taxa era de 45% para a urbana e 63% para a rural.

O trabalho de crianças e adolescentes está intimamente relacionado com a reprodução familiar, constituindo-se em uma importante dimensão que não pode ser secundarizada em qualquer levantamento analítico sobre a situação, associando sua taxa de atividade com a renda de sua família. Nos relatórios do PNAD\IBGE (citados por UNICEF, 1998: 63-66 p), em 1990 a taxa do grupo de crianças que vivia em famílias consideradas pobres (até 1/2 salário mínimo *per capita*) era de 23%, enquanto para aquelas com rendimento familiar *per capita* acima de 2 SM a taxa baixava para 5%, este diferencial permanecia elevado para os adolescentes. A taxa de atividade dos mais pobres

(até 1\2 SM *per capita*) atingia 54%, enquanto a dos não-pobres (acima de 2 SM), caía para 30%.

Numa análise da situação do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, atualmente, e de acordo com Miller (1998: p 56-98), as condições em que ocorre o trabalho infanto-juvenil são muito precárias, trabalham muito, ganham pouco e raramente tem proteção da legislação trabalhista. O referido autor chama a atenção para o excessivo número de horas trabalhadas pelos adolescentes – 77% - onde a jornada era superior a 40 horas semanais, em 1990, e 81% tinham rendimento mensal de até 1 salário mínimo. Os baixos salários são conseqüências da pouca qualificação e das ocupações desempenhadas. Do contingente de crianças e adolescentes trabalhadores, 46% tinham menos de 4 anos de instrução e 48% assumiam ocupações não-qualificadas na agricultura ou trabalhavam como empregados domésticos, situação predominante de inserção das meninas no mundo do trabalho.



Fonte: PNAD\IBGE citado por UNICEF 1998: 23 p.

Em 1990, a ocupação de doméstica (gráfico 01 e 02) empregava no país quase 35% das meninas de 10 a 17 anos, com um salário médio de apenas 0,6% do salário mínimo - SM. Durante toda a década de 80, esta ocupação manteve o primeiro lugar no *ranking* das

³¹ De acordo com o IBGE, a taxa de atividade é quociente entre o PEA (número de pessoas trabalhando ou procurando emprego) e o número total de pessoas na faixa etária considerada.

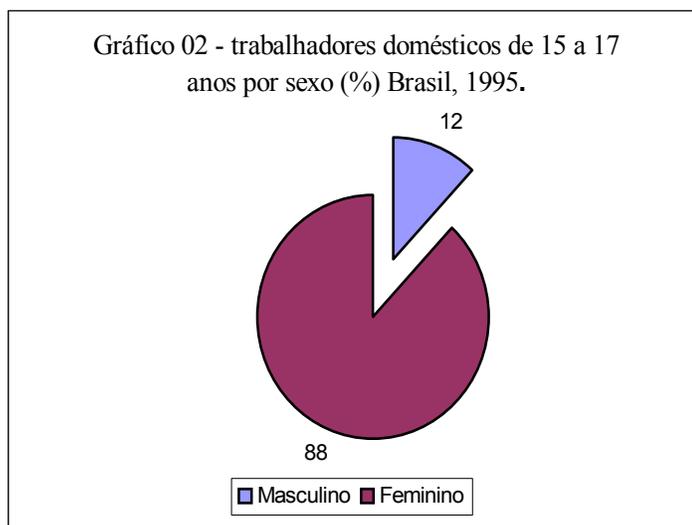
ocupações entre as crianças e adolescentes do sexo feminino (DAL-ROSSO; REZENDE, 1986: p. 123-126).

Sobre o trabalho doméstico, o relatório *Situação Mundial da Infância* UNICEF: 1998, no todo), afirma que:

‘de todas as crianças trabalhadoras, aquelas que trabalham no serviço doméstico são as mais vulneráveis e as mais exploradas – além de serem as mais difíceis de proteger. Frequentemente são mal remuneradas ou não recebem qualquer remuneração; a duração e as condições de trabalho, muitas vezes, dependem inteiramente dos caprichos de seus empregadores, que não levam em conta seus direitos legais; são privadas de acesso à escola, de brincadeiras e atividades sociais e de apoio emocional por parte da família e dos amigos. E ainda mais grave, estão expostos a abusos físicos e sexuais’.

(Relatório Situação Mundial da Infância, UNICEF, Brasília, 1998: 34 p.)

O Trabalho Infantil é um crescente fenômeno mundial, principalmente nos países em desenvolvimento. As influências negativas do trabalho infantil na saúde, educação, comportamento e bem estar, acarretam grande impacto no futuro das crianças, como trabalhadores e cidadãos. Entre 10 e 17 anos, no Brasil, trabalham cerca de 9 milhões de crianças. Estes dados endossam a relevância do problema em todo o país (DAL-ROSSO; REZENDE, 1986: p. 120-125).



Fonte: PNAD\IBGE citado por UNICEF 1998: 23 p.

Tabela 01 - Pessoas de 5 a 9 anos ocupadas em atividade agrícola e não agrícola por número de horas trabalhadas, semanalmente, no trabalho principal.

	Total	%	Agrícola	Não agrícola
Brasil	522.185	100,00	423.679	98.506
Até 14 horas	226.790	43,43	190.795	35.995
15 a 39 horas	255.679	48,96	205.627	50.052
40 a 44 horas	11.135	2,13	6.763	4.372
45 a 48 horas	3.834	0,73	3.042	792
49 horas e mais	6.246	1,20	5.145	1.101
Sem declaração	18.501	3,54	12.307	6.194

Fonte: IBGE - PNAD citado por UNICEF 1998: 45 p.

Verifica-se que a maioria encontra-se na atividade agrícola e, que a jornada de trabalho semanal é superior a 15 horas. E, de acordo com o IBGE (citado por Unicef, 1998: 56 p.), em 1992, 18% não receberam nenhum rendimento. No Brasil existiam, em 1995, 16,3 milhões de crianças entre 5 e 9 anos (Unicef, 1998: 26 p.).

Tabela 02 - Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por ramos de atividade e grupos de idade:

Total	10/14 anos	15/17 anos
	6.578.524	8.844.352
Agrícola	3.896.500	3.141.844
Indústria de transformação	411.072	1.069.436
Indústria de constr. Civil	136.056	392.744
Comércio de mercadorias	798.864	1.258.274
Prestação de serviços	1.071.108	2.059.054
Outras atividades	267.924	923.000
Agrícola (%)	59,23	35,52
Indústria de transformação (%)	6,25	12,09
Indústria de construção civil (%)	2,02	4,44
Comércio de mercadorias (%)	12,14	14,23
Prestação de serviços (%)	16,28	23,28
Outras atividades (%)	4,07	10,44

Fonte: IBGE - PNAD citado por UNICEF, 1998: 123 p.

Verifica-se que há maior incidência de trabalhadores de 15 a 17 anos (que

corresponde a 50% do total existente nesta faixa etária no Brasil). Entretanto, na faixa etária de 10/14 anos, a maioria encontra-se na atividade agrícola. É importante ressaltar que são quase 16 milhões de trabalhadores na faixa etária de 10 a 17 anos.

Os números mostram a importância do trabalho de crianças e adolescentes na agricultura, que comparada com as atividades urbanas, destacadas na tabela, evidencia que a situação de crianças e adolescentes é muito penoso e agravante nas áreas rurais. Por meio de situações onde, além da fator econômico, o fator cultural é um elemento importante, haja vistos que algumas famílias não consideram a importância da educação para o desenvolvimento social (coletivo e individual).

Em nenhuma das atividades relacionadas a seguir, a lei é cumprida. A criança e o adolescente são explorados, na grande maioria das atividades. As situações que aparecem em quase todas as atividades são excesso de jornada de trabalho, inexistência de vínculo empregatício, falta de equipamento de proteção individual, grande esforço físico, baixa ou nenhuma remuneração, trabalho penoso, atividade insalubre, alimentação inadequada, falta de condições sanitárias e transporte perigoso até o local do trabalho.



FOTO 02 – *Presença de criança nos aspectos culturais de inter-relação com o trabalho no manguezal (Saraiva, 1999)*

Tabela 03 - Diagnóstico dos focos do trabalho da criança e do adolescente no Brasil

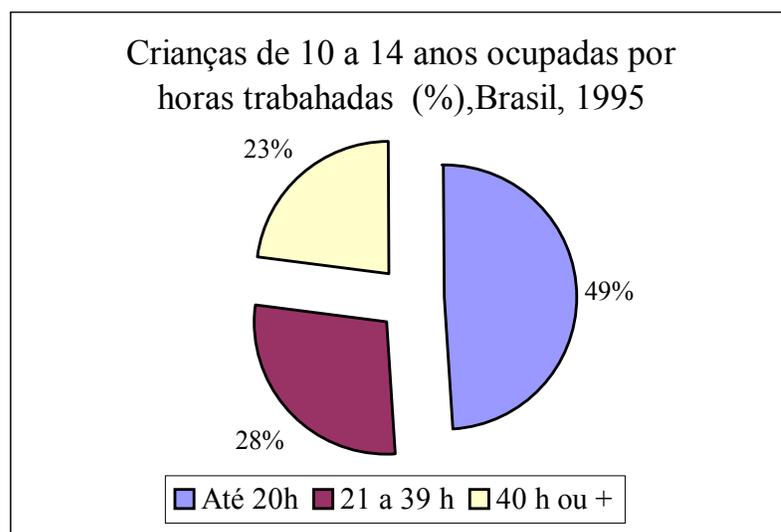
REGIÃO	ATIVIDADES
NORTE	Milho, açougue, panificação, sorveteria, algodão, cacau, café, metalurgia, hortifrutigranjeiro, madeireira, engraxate, oficina mecânica, serraria, indústria moveleira, ambulante, extrativismo, cereais, posto de gasolina, supermercado, venda de jornal, quebra de concreto, leiteria, laranja, carvoaria, olaria, extração vegetal, castanha-do-pará, programas assistenciais.
NORDESTE	Laranja, catador de lixo, programas assistenciais, salinas, venda de jornal, cerâmica, sisal, pedreira, cana-de-açúcar, oficina mecânica, uva, tecelagem, fumo.
CENTRO-OESTE	Oficina mecânica, melancia, confecção, alho, panfletagem, programas assistenciais, catador de lixo, mandioca, pedreira, tomate, banana, seringais, goiaba, carvoaria, olaria, cana-de-açúcar, abacaxi, olericultura, algodão, erva-mate, feijão, milho, sementes de pastagens, indústria moveleira, venda de jornal, café, madeira.
SUDESTE	Alho, fabricação de louças, de caixotes, pedreiras, oficina mecânica, avicultura, tomate, milho, transporte de lenha, confecção, algodão, amendoim, batata, arroz, café, pesca, indústria plástica, olaria, venda de jornal, goiaba, feijão, cana-de-açúcar, beneficiamento de mármore, extração de resina.
SUL	Laranja, cerâmica, programas assistenciais, extração de pedras, cana-de-açúcar, venda de jornal, maçã, alho, construção civil, serviço em cristaleira, fábricas, avicultura, fumo, extração de ametistas, madeireira, curtume, supermercados, extração de acácia, indústria moveleira, criação do bicho da seda, mandioca.

Fonte: PNAD\IBGE citado por UNICEF 1998: 23 p.

1.3. A reprodução familiar e a educação de crianças e adolescentes

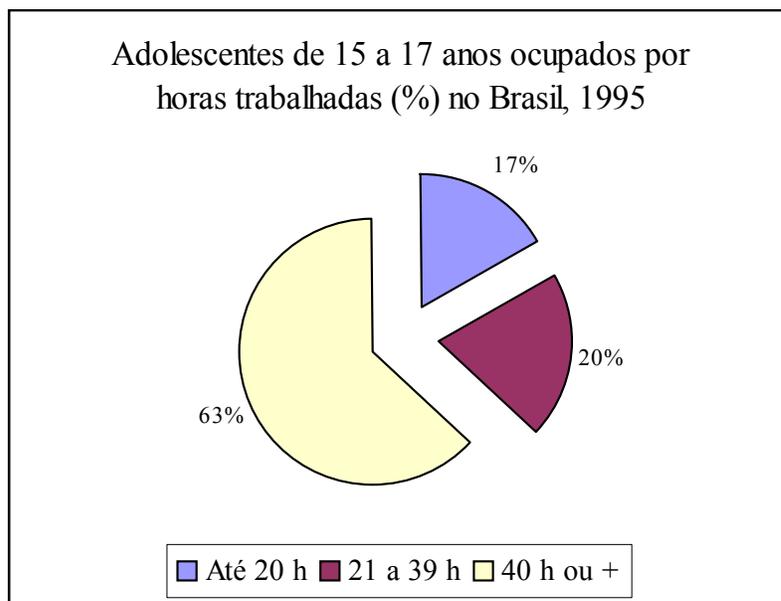
Um das graves conseqüências do trabalho infanto-juvenil é o abandono da escola pelos jovens trabalhadores. Isto ocorre em grande parte, pela impossibilidade de conciliar os horários de trabalho e estudo (ver foto 02). Este fato fica claro quando verificadas as longas jornadas de trabalho a que são submetidos tais trabalhadores. Para Dal-Rosso; Rezende (1986: p. 89) nada menos que 23% dos trabalhadores entre 10 e 14 anos e 64% entre 15 e 17 anos possuem jornadas semanais de 40 horas ou mais. Apenas 18,5% dos adolescentes e 48% das crianças que trabalham possuem jornada de 20 horas por semana (Gráfico 03 e 04).

Gráfico 03 - Crianças ocupadas por horas trabalhadas (%) Brasil, 1995



Fonte: PNAD\IBGE citado por UNICEF, 1998: 65 p

Gráfico 04 - Adolescentes ocupados por horas trabalhadas (%) Brasil, 1995



Fonte: PNAD\IBGE citado por UNICEF 1998: 65 p.

Nesse lógica, as crianças e os adolescentes estão inseridos num processo em que a educação é relegada em função das necessidades econômicas, criando assim, uma negação

por parte das famílias que se justapõem a favor do trabalho infanto-juvenil, justificado pelo insucesso ou ausência escolar.

1.4 Políticas de desenvolvimento e o trabalho infanto-juvenil e a educação fundamental.

1.4.a Políticas Públicas e educação fundamental

A educação rural é um grande desafio para o Estado e a Sociedade. A educação pensada nos marcos da universalidade e cidadania - como valores ideais - é fortemente influenciada pelo viés *desenvolvimentista industrial e urbano*, tão valorizado nas décadas de 60 e 70, período em que boa parte de nossos educadores freqüentaram os bancos escolares. A palavra rural sofre distorção provocada também pelo paradigma industrial. O rural é associado a atraso, baixa densidade demográfica, pobreza e isolamento. Embora essas características ocorram com freqüência, isoladamente ou associadas, no geral existe o preconceito que associa rural a um valor negativo. O rural nessa visão tradicional é entendido unicamente como o território agrícola das propriedades rurais.

No conceito tradicional, rural e agrícola são sinônimos, afinal, a área rural tradicionalmente era voltada exclusivamente às atividades agrícolas. Para Pimenta (2000: p 32), até o final dos anos 60 tínhamos uma enorme participação da agricultura de subsistência na produção de alimentos. Esse setor era essencialmente formado pelos agricultores familiares bastante auto-suficientes no seu consumo e, portanto, isolados da economia de mercado. A situação atual é bem diferente, em que pesem as grandes diferenças regionais do país. A agricultura familiar atualmente está muito mais integrada ao mercado. Ela produz 38% do valor da produção, ocupa 77% das pessoas que trabalham no campo e possuem 30% das áreas dos imóveis rurais. Hoje, sua renda não é mais exclusivamente agrícola. Estima-se que cerca de 35% da renda familiar dessa população vem de atividades não-agrícolas desenvolvidas na zona rural ou nas sedes dos municípios. Os agricultores familiares também não moram mais exclusivamente na zona rural, como ocorria há 30 ou 40 anos atrás. Em 14 unidades da Federação, mais de 20% moram nas sedes dos municípios; em 7 estados mais de 30% dos agricultores familiares estão nas cidades. Essas tendências são constatadas mundialmente (PIMENTA, 2000: p. 33-39).

Ao longo da história pós década de 50, poucos foram os incentivos para o desenvolvimento rural. Pelo contrário, o urbano passou a ser um cenário ideal, onde o crescimento das cidades tomou fôlego e grandes áreas metropolitanas se expandiram no Brasil, e com elas cresceram também seus problemas particulares. Atualmente, dentre as políticas públicas das agências governamentais destacadas para o rural o *locus* financeiro e institucional prevalece da mesma forma como os incentivos, quase irrisórios.

Corroborando a pesquisa acima aventada, a educação no meio rural, importante indicador de potencialidades humanas para se alçar o desenvolvimento, também foi relegada. A falta de oportunidades de educação em quantidade e qualidade no meio rural tem sido responsável por dois aspectos perversos: os jovens mais capacitados saem do meio rural embora desejassem ficar; os que ficam não estudam o suficiente para desenvolverem capacidades empreendedoras que lhes dêem renda.

Nas áreas rurais do país, o que se torna mais comum é quando a escola existe, funciona com no máximo as quatro séries iniciais. Essa questão pode ser taxativa, porém retrata uma realidade da maioria, pois poucos são os municípios rurais do Brasil que tem escolas atendendo dos níveis satisfatórios para contribuir em um processo de desenvolvimento rural (PIMENTA, 2000: p. 45). O número limitado de anos de estudo dificulta a construção da cidadania, que exige formação e conhecimento dos direitos e deveres de cada um de nós. Também impede que o jovem conheça sua própria cultura e a diferencie das demais. A ampliação do período escolar também favorece a criatividade, a análise crítica, a cultura associativa e a solidariedade, tão necessárias para as comunidades rurais e para o desenvolvimento local.

Porém, cabe aqui destacar incentivos, que ora se aplicam para o setor da educação rural, enquanto fomento de política pública, e que de certo modo representam as únicas intervenções quanto à questão do desenvolvimento rural no país. Nesse primeiro momento do trabalho, abordaremos as questões mais gerais dessas intervenções políticas, buscando defini-las e caracterizá-las, na perspectiva de uma educação de qualidade social, quanto às experiências no Brasil a partir dos movimentos sociais e dos programas de governo, destacando os da esfera Federal, na Amazônia e na micro-região bragantina. As principais fontes serão os *sites* da *Internet* que possam, de alguma maneira, trazer informações para subsidiar as discussões interpostas neste trabalho.

1. Pronera

De acordo com *site* o oficial do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA é a expressão de uma parceria entre o governo, as universidades e os movimentos sociais rurais, com o objetivo de desencadear um amplo processo para educação de jovens e adultos nos assentamentos de Reforma Agrária.

Coube ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o Ministério da Educação e Desporto - MEC e o Ministério do Trabalho - Mtb a iniciativa de articular e incorporar o Governo Federal a essa parceria com as universidades e com os movimentos sociais rurais. Outros parceiros fundamentais como as igrejas, organizações não-governamentais, associações e cooperativas de produção vem prestando o seu apoio ao PRONERA.

O Programa Nacional de educação na Reforma Agrária - PRONERA é uma política pública do governo federal, cujo objetivo é estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos na área de Educação nos assentamentos de Reforma Agrária.

PRONERA é a instância que, a partir do Gabinete do Ministro de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, vem articulando diferentes ações referentes às demandas por Educação nos assentamentos de Reforma Agrária, nas seguintes frentes:

- educação de jovens e adultos - EJA;
- formação continuada e escolarizada (média e superior) aos educadores(as) do ensino fundamental;
- formação técnico-profissional com ênfase nas áreas de produção e administração rural;
- produção de materiais didático-pedagógicos a partir das demandas dessas frente.

2. Municipalização: descentralização do sistema

Em 1996, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que vem em seu corpo apresentando muitas modificações quanto a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino, inclusive das responsabilidades e divisões administrativas do Estado referentes ao oferecimento da educação.

Uma das grandes modificações apresentada na nova lei educacional brasileira, diz respeito ao processo de descentralização do ensino, onde a municipalização acontece e as responsabilidades na oferta de recursos e principalmente de ensino são divididos entre União, Estados\Distrito Federal e Municípios. Na região de estudo dessa pesquisa, o manguezal bragantino, dois dos três municípios já vivem a realidade da municipalização do ensino, Augusto Corrêa e Tracuateua, Bragança ainda não aderiu ao processo.

Nas pesquisas no *site* do MEC (oficial do Ministério da Educação), encontramos discussões quanto ao processo de descentralização, na visão do governo, porém, que trazem informações muito importantes para a discussão neste trabalho. Para muitos, descentralização de ensino implica somente a autonomia administrativa, pedagógica e financeira das unidades escolares, mas ela estende seu conceito de forma bem abrangente, quando propõe uma discussão ampla sobre o papel do corpo docente/discente e das famílias dentro da estruturação e reorganização do sistema escolar, visando exclusivamente ao seu fortalecimento. Neste sentido a descentralização terá como objetivo último o fortalecimento da organização escolar e sua maior autonomia, constituirá um processo de redefinição do papel das instâncias centralizadas do aparato estatal e de políticas pactuadas com instâncias intermediárias (Mello: 1991: 30 p.).

Portanto, a questão da descentralização não se dá apenas pela autonomia pura e simples, mas pela forma de gestão que se pretende empreender no sistema escolar, ampliando-se cada vez mais o nível de responsabilidades dos participantes diretos do processo: professores, alunos, famílias, comunidades etc. Gestão e descentralização estão ligadas intimamente, uma vez que o gerenciamento escolar esteja conectado com a realidade que envolve a própria escola, e a filosofia da educação tenha autonomia suficiente para permitir uma gestão aberta e diferenciada.

A posição do MEC (Ministério da Educação), traz um contexto, na visão do governo,

quanto a questão da descentralização do ensino no Brasil.

Rapidamente, podemos colocar vários itens que emperram as formas descentralizadas de gerenciamento escolar, entre eles: centralismo organizacional; estruturação curricular não abrangente; planejamento didático e processo de ensino realizados a partir de orientações superiores; excesso de burocratização no gerenciamento e funcionamento do sistema; distribuição desigual de recursos humanos, ao longo dos anos de escolaridade; superposição de interesses alheios à escola sobre decisões puramente educacionais, isto é, interferência de pessoas, grupos e/ou interesses alheios na educação; inadequação de recursos financeiros ou gastos infinitamente distanciados das reais necessidades educacionais; incapacidade do governo e dos homens públicos em viabilizarem uma política educacional que atenda à sociedade; processo descontínuo e desigual no tratamento do sistema escolar e ações que dão privilégios ora às necessidades do ensino fundamental, ora do ensino médio etc.

A função primordial da escola é ensinar, transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade. A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo perder aquilo que lhe é próprio, aquilo que lhe é identificador.

No entanto, o sistema em si, centralizado no poder de alguns e objetivando a manutenção de uma democracia fictícia, não permite que essa função seja de fato realizada. Gestão, função e organização escolar, aliadas à prática pedagógica, devem ter esse direcionamento, ensino/aprendizagem, pelos quais se concretiza a ação educadora de fato. Para Guiomar Namó de MELLO:

"O eixo central da Organização da escola é, assim, o processo de ensino e aprendizagem. Funções de outra natureza podem ser assumidas pela instituição escolar, por imposição de contingências históricas e sociais, mas elas devem estar subordinadas à sua tarefa fundamental que é a gestão da relação pedagógica pela qual o ensino e a aprendizagem se efetua.

(Mello,1991:24).

Neste caso, o papel do poder público no que diz respeito à educação é fundamental, levando-se em consideração a tipologia e estruturação do Estado Nacional e do sistema produtivo capitalista, que determinam as relações políticas e de mercado e emolduram as relações socioculturais.

Sabemos que o contingente escolar brasileiro concentra-se, primordialmente no ensino básico e que há uma dicotomia constante entre Estado, Capital e Escola. A multiplicidade sociocultural e as diferentes estruturas e legitimações políticas fazem da escola, na maioria das vezes, uma espécie de "filho pródigo" em busca de sua própria identidade. Nessa condição, a função básica da escola despenca-se em um emaranhado de situações conflitivas com a realidade local, em que a qualidade do que se ensina e do que se aprende perde seu significado. Por outro lado, as demandas de mercado exigem uma tecnologia e estudos avançados em relação aos conhecimentos básicos, necessários à vida comunitária, promovendo na maioria das vezes uma ruptura entre as práticas locais e adestramento profissional.

Em decorrência dessas contingências, aponta-se a municipalização do Ensino Fundamental, como formato de gerenciamento do processo escolar, com o objetivo de adequar o ensino/aprendizagem às múltiplas realidades que circundam a escola, sem perder de vista seu objetivo formal (transmissão de conhecimentos) e atingindo níveis superiores de qualidade, eficiência e aplicabilidade. Sob esse aspecto, Romão, infere:

"(...)entendida como socialização do poder decisório e de gestão, com os diversos setores do poder local, resultando em políticas ditadas pela maioria ou por consensos possíveis, a municipalização do Ensino Fundamental permitirá a conciliação entre as exigências da cidadania universalizada e as do desenvolvimento econômico.

(ROMÃO, 1992, 38 p.)

A partir dessas considerações, o conceito de descentralização atinge os municípios, e em meio a essas colocações e posicionamentos - quer educacionais, políticas ou socioculturais - encontramos divergências entre os pensadores da educação, no que diz respeito à participação municipal como elemento de sustentação essencial na autonomia descentralizada do sistema escolar. É significativa, nesse parecer, a observação de Moacir Gadotti, afirmando que:

"(...)a municipalização só será democrática e consolidará o processo de democratização na medida em que ela for articulada com as diferentes esferas de governo, como está escrito na Constituição, que prevê o 'regime de colaboração' entre os sistemas de ensino (...) Há uma grande diferença entre municipalização e prefeiturização. A ampliação das responsabilidades dos municípios em matéria de educação constitui-se num passo importante para a descentralização"

(Gadotti, citado por ROMÃO, 1992, 67 p.)

Com efeito, a capacidade formativa e informativa de planejamentos e de estruturação

da rede escolar, a cargo da municipalidade, reverte o processo às suas bases, à práxis local, sem contudo perder o fio condutor que integra o município ao estado e à federação. Esse fio condutor nada mais é que a vontade política para efetivar, pela escolaridade, a vivência democrática e produtiva do cidadão, tendo em vista o princípio de igualdade, de equilíbrio social e dos valores socioculturais.

Os defensores da descentralização percebem na redistribuição tributária uma forte possibilidade de se garantir o custo operacional do processo escolar. Na forma de socialização de recursos que o capitalismo moderno propicia, acreditam eles no gerenciamento local para a aplicação adequada desse quantum financeiro, de modo objetivo e corretamente direcionado, a partir e em função da gestão democrática permitida pela descentralização. Objetivam, especificamente nesse caso, o atendimento ao ensino fundamental municipal.

No jogo dessas discussões, grupos municipalistas se movimentaram criando, juridicamente, uma entidade específica para atender a suas reivindicações. Como porta-voz da defesa da descentralização escolar, temos também grupos de educadores e estudiosos, que num trabalho reflexivo e epistemológico da educação, tentam distanciar as discussões corporativas (municípios e entidades municipalistas em oposição a educadores e autoridades educacionais estaduais) que eventualmente se manifestam sobre esta ou aquela tendência.

Lastreadas na democracia e no direito, as discussões sobre descentralização e gestão autônoma da educação vêm tomando corpo, dia a dia, na formulação das novas propostas educacionais. Face às necessidades do ensino nacional, principalmente, em relação à nova LDB, podemos garantir que a descentralização antes de ser uma necessidade é, basicamente, uma conduta pedagógica a ser estabelecida. Resta saber em que bases, e a partir de quais objetivos, essa escola descentralizada e autônoma deseja atuar.

É oportuno destacar a forma política como vem sendo utilizada a descentralização do ensino no Brasil, e em especial no Estado do Pará. A utilização política dos governos atuais da social democracia, que primam pelo aparelho do Estado mínimo, sem encargos de responsabilidade com o social, indicam um expurgamento do ensino fundamental do aparelho estatal, transferindo-os para os domínios do município, continuado, porém,

com a diligência de gestacionar os marcos, normas e planos gerais do ensino. Nesse entendimento, o processo institucional de descentralização vivido no Pará, pode ser compreendido como um mecanismo político de ‘desresponsabilização’ do estado com a educação fundamental, contudo, permanecendo controlador, a partir do MEC e das secretarias estaduais de educação dos princípios, metas e objetivos norteadores do ensino fundamental. Isso não é, então, descentralização.

3. Escola Ativa

Historicamente, as classes multisseriadas são consideradas como ensino de segunda categoria e o que é pior, sem alternativa de melhoria. Partindo desse ponto de vista, muitos educadores e gestores optaram por esquecê-las, esperando que desaparecessem, talvez como consequência natural de um processo de desenvolvimento econômico que destacou para as cidades, nas últimas décadas, enorme contingente da população rural.

Considerada como um mal sem remédio, tentou-se a alternativa de nucleação - que consiste na extinção das pequenas escolas unidocentes e multisseriadas e no seu agrupamento em uma escola de maior porte, tendo como consequência natural a necessidade de deslocamento dos alunos - o que tem se mostrado teoricamente positivo, mas de operacionalização difícil e que implica altos custos.

Acredita-se que o desafio de se pensar em uma alternativa que objetive conferir qualidade às classes multisseriadas, tornando o ensino nelas desenvolvido de igual ou de melhor qualidade que o das classes seriadas. Desafio pretensioso, de difícil consecução, pois as classes multisseriadas são um problema histórico no ensino rural.

De acordo com o *site* MEC (oficial do Ministério da Educação), a Escola Ativa é uma proposta metodológica voltada para classes multisseriadas, que combina, na sala de aula, uma série de elementos e de instrumentos de caráter pedagógico/administrativo, cuja implementação objetiva aumentar a qualidade do ensino oferecido naquelas classes.

As concepções que fundamentam a Escola Ativa são baseadas na compreensão de que para se obter mudanças no ensino tradicional, melhorar a prática dos docentes e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos nestas classes, deve-se levar em conta:

- a aprendizagem ativa e centrada no aluno;
- aprendizagem cooperativa;
- avaliação contínua e no processo;
- recuperação paralela;
- promoção flexível.

Partindo destas concepções, a proposta da Escola Ativa é estruturada levando em conta estratégias vivenciais que objetivam a aprendizagem e a participação, estimulando hábitos de colaboração, companheirismo, solidariedade, participação na gestão da escola pelos alunos e melhoria da atuação dos professores em sala. Estas estratégias são chamadas de elementos. São os seguintes:

Guias de aprendizagem: são livros didáticos específicos para utilização na Escola Ativa, elaborados de forma modular e auto-instrucional, permitindo a cada aluno caminhar no seu próprio ritmo.

Trabalho em grupo: pequenos grupos são organizados com alunos estudando em conjunto, de maneira autônoma, assumindo a responsabilidade pela sua aprendizagem, pesquisando e buscando informações em outros materiais instrucionais e na vida real, orientados pelo professor, pelos colegas e pelos guias de aprendizagem.

Cantinhos de aprendizagem: são espaços montados pelos alunos, professores e comunidade com pequeno acervo de livros, plantas, objetos ou animais, relacionados a cada área do conhecimento: Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, História e Geografia, disponíveis na sala de aula.

Governo estudantil: são estruturas que viabilizam e legitimam, através do voto, a participação ativa e democrática dos alunos na gestão da escola, quer na parte administrativa, quer na pedagógica.

Comunidade: são ações que promovem relações estreitas com a comunidade visando à formação integral do aluno, com atividades curriculares relacionadas à sua vida diária e a seu ambiente natural e social.

Capacitação de professores: são ações que buscam a promoção da melhoria na prática pedagógica do professor, desenvolvendo seus conhecimentos em oficinas de capacitação.

A intenção é promover a mudança da ênfase na transmissão de informações, valorizando a compreensão e a construção social do conhecimento para que assuma sua nova função em sala: orientador e facilitador da aprendizagem de seus alunos.

Embora ainda em fase de consolidação, onde a Escola Ativa foi bem implementada, são observados os seguintes resultados:

- Elevação substancial do percentual de promoção;
- Diminuição significativa da evasão;
- Aperfeiçoamento da prática pedagógica dos professores;
- Maior atuação e participação da comunidade na gestão da escola.

O maior desafio da Escola Ativa e que garantirá seu sucesso é o envolvimento e comprometimento em todos os níveis - Secretarias de Educação, Professores, alunos e pais - para que num esforço conjunto dêem sustentabilidade à proposta.

O respeito à lógica e à organização destas classes é que valoriza os alunos e professores, deixando à mostra o que têm de melhor para oferecer e que é possível, apesar de pretensioso, oferecer um ensino de melhor qualidade para o meio rural.

4. Programa Bolsa Escola do Governo Federal

O programa nacional de bolsa escola sob a responsabilidade da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola do Ministério da Educação, é um programa de parceria entre os municípios e o governo federal. O objetivo geral é o de incentivar, por meio de apoio financeiro, o progresso educacional das crianças de famílias de menor renda, estimulando a universalização do ensino e contribuindo para a redução da evasão escolar e da repetência.

O programa visa a garantir em todos os municípios brasileiros, temporariamente e em dinheiro, um valor mínimo às famílias cuja renda mensal per capita seja de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, que tenham filhos e/ou dependentes matriculados e freqüentando o ensino fundamental e com idade entre seis e quinze anos.

As famílias que vão participar do programa devem atender três critérios: comprovar residência no município; apresentar renda familiar mensal per capita de até meio

salário mínimo; ter filhos e/ou dependentes com idade entre seis e 15 anos matriculados e freqüentando o ensino fundamental.

Uma vez dentro do programa, a prefeitura responde legalmente pela veracidade das informações prestadas; pela manutenção de programas de inclusão e permanência na escola voltados às famílias beneficiárias ou potencialmente beneficiárias; e pelo controle da freqüência às aulas das crianças contempladas no programa.

Os objetivos do programa são:

- incentivar a escolarização, sensibilizando e despertando as famílias para a necessidade de levar a criança para a escola;
- melhorar as condições de acesso e permanência na escola das camadas sociais mais afetadas pelos déficits educacionais;
- integrar as famílias ao processo educacional de seus filhos e contribuir para a geração de uma cultura escolar positiva em camadas sociais tradicionalmente excluídas da escola;
- reduzir despesas decorrentes dos custos diretos causados pela evasão escolar e pela repetência, que oneram governos municipais e estaduais;
- auxiliar no combate ao trabalho infantil e à opção da rua como meio de subsistência das famílias pobres, evitando o contato das crianças e dos adolescentes com situações de risco pessoal e social, particularmente aquelas relacionadas a drogas, prostituição, violência e criminalidade;
- melhorar as condições financeiras e a qualidade de vida das famílias que apresentam os menores níveis de renda familiar, com a conseqüente elevação do piso de renda da sociedade;
- recuperar a dignidade das camadas excluídas da população, estimulando o aumento da auto-estima e a esperança de futuro melhor para seus filhos.

Em 2001, a Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola do Ministério da Educação traz uma série de inovações, definidas a partir da revisão crítica do Programa de Garantia de Renda Mínima dos últimos dois anos e motivadas pelo crescimento da dotação orçamentária prevista pela União. No plano doutrinário, porém, o programa mantém seus princípios básicos de aliar renda mínima à melhoria educacional.

Os recursos para a nova Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola do Ministério da Educação, este ano, serão multiplicados por dez em relação a 2000. O Ministério terá R\$ 1,7 bilhão, em 2001, proveniente do Fundo de Combate à Pobreza, criado no ano passado por iniciativa do Congresso Nacional e acolhido pelo governo federal.

Com o substancial aumento de recursos, todos os municípios brasileiros - incluídas as capitais e regiões metropolitanas - poderão participar do programa já a partir do ano de 2001. De imediato, é possível incorporar os mais de três mil municípios de catorze estados que têm os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH e que são objeto das ações do Projeto Alvorada. Os municípios que faziam parte do programa de distribuição de cestas básicas do Comunidade Solidária serão alvo de um trabalho especial de mobilização para que se integrem rapidamente ao Bolsa Escola.

O universo de atuação da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola foi delineado a partir da constatação de que o Brasil tem hoje cerca de dez milhões de famílias que vivem com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal *per capita*. Em conjunto, essas famílias abrigam cerca de onze milhões de crianças na faixa etária de seis a quinze anos. Atualmente o programa bolsa escola atende 5.506 municípios no Brasil, onde 4,9 milhões de famílias tem o benefício (84,5% do total que tem o direito), e 8,4 milhões de crianças são atendidas (78,5% das crianças que preenchem todos os requisitos para a inclusão no programa).

A grande crítica formulada quanto ao programa Bolsa Escola Federal diz respeito ao valor repassado para as famílias beneficiadas, que atinge apenas 15 (quinze) reais por criança. As discussões são promovidas principalmente por políticos de partidos de oposição ao governo federal, que ulteriormente já vem aplicando o programa bolsa escola de outros moldes em algumas regiões do país, destacando o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul, classificando-a de mais uma política assistencialista tradicionalmente empregada no Brasil. Uma outra crítica recebida diz respeito aos programas de apoio à família que são inóspitos e, que dessa forma, não contribuem para atingir os reais objetivos do programa bolsa escola.

De acordo com o Jornal Folha de São Paulo (12 de abril de 2002), por falta de

recursos, cerca de 2,3 milhões de crianças carentes que se encontram nos pré-requisitos do Bolsa Escola Federal não tem previsão de serem beneficiadas no programa. Atualmente o Bolsa Escola Federal é mantido com recursos do Fundo de Combate a Erradicação da Pobreza, em vigor até 2010, que destina R\$ 2 bilhões por ano para que o MEC e mantém o programa. Porém a principal fonte de financiamento é a CPMF – Cobrança provisória sobre a Movimentação Financeira, cuja a cobrança termina no próximo dia 16 de junho de 2002. Caso o Congresso Nacional não aprove a prorrogação da CPMF, o fundo e o Bolsa Escola Federal terão maiores problemas para a sua continuidade.

5. Programas de Renda Mínima e de Bolsa Escola na versão de algumas prefeituras municipais.

Antes da propagação do Bolsa Escola Federal, várias experiências já haviam sido decoladas, de forma isolada, e principalmente patrocinadas por prefeituras de partidos de oposição ao governo do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Esses programas, inicialmente chamados de renda mínima, apresentam diferenças substanciais se comparados com o Bolsa Escola Federal, principalmente no tocante à quantidade e ao valor financeiro repassado para as famílias beneficiadas e no suporte de outros programas destinados ao apoio das famílias, principalmente das mães dos filhos\alunos beneficiados.

A idéia de garantir um recurso mínimo às famílias em situação de necessidade ou abaixo da linha de pobreza, não é nova. Diversos países da Europa (como Inglaterra, Alemanha, Holanda, Bélgica, França, Irlanda, etc) implantaram, desde a década de 60, algum tipo de estratégia neste sentido. Nos Estados Unidos da América, diversos programas, como o antigo *Aid for Families with Dependent Children* – AFDC - cumpre função idêntica.

A originalidade impactante do programa Bolsa-Escola é sua ancoragem educacional. Noutras partes do mundo, estes programas ou são de tipo incondicional (benefício universal ao alcance de todo indivíduo ou família de baixa renda, sem exigência de contrapartida) ou, quando exigem alguma contraprestação, esta se atrela à determinada ocupação do tempo disponível dos adultos (cursos de qualificação ou requalificação profissional, trabalho em programas de utilidade social ou comunitária, obrigatoriedade de

procura de emprego, etc.).

No Brasil, a maior parte dos programas do gênero que vêm sendo desenvolvidos por Estados e Municípios e agora, com cobertura nacional a partir do Programa de Bolsa-Escola do Governo Federal, a obrigação das famílias para ter acesso ao benefício, é a matrícula, a manutenção e a frequência dos/as filhos/as na escola. Nessa diferença reside a dimensão inovadora dos programas criados no Brasil.

De acordo com a Ong Missão Criança, a idéia do programa Bolsa Escola no Brasil nasceu em 1986 em uma das reuniões do Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, da Universidade de Brasília - UnB. O Núcleo reunia um grupo de pessoas, da UnB e de fora da UnB, com o objetivo de pensar propostas para o Brasil, buscando soluções para os problemas brasileiros. No momento de procurar solução para o problema da infância abandonada, do trabalho infantil e do baixo nível educacional das crianças surgiu a proposta óbvia: se as crianças não vão à escola porque são pobres, então paguemos a suas famílias para que elas estudem.

Muitos impasses foram colocados, como o problema do custo elevado e dificuldades gerenciais. Em 1990, todas estas idéias foram reunidas em um texto, chamado 'A revolução nas prioridades', divulgado sob a forma de uma brochura e debatida em muitas partes do Brasil. A idéia foi sendo bem recebida, junto com todas as outras medidas apresentadas que visavam mudar o Brasil. A idéia ainda se chamava renda mínima vinculada à educação e a proposta está apresentada da seguinte forma resumida: "*Não se pode esperar que a proibição ao trabalho vá impedir que milhões de jovens deixem de trabalhar para manter o sustento de suas famílias pobres*".

A solução está na garantia de bolsas oficiais que detenham acesso e permanência na escola para crianças pobres do Brasil. O governo teria de garantir uma renda mínima por família pobre que tivesse filhos na escola. A renda mínima não precisa ser por filho, mas sim por conjunto de filhos, nem por todo o ano, mas no mínimo durante o período letivo.

Se consideramos um total de dez milhões de famílias e um salário mínimo durante nove meses de aulas, o custo total desse programa seria de noventa milhões de salários mínimos por ano - equivalente a cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto - perto de sete

bilhões de dólares. Este valor não representa um montante impossível do ponto de vista econômico, e significa um custo baixo diante do impacto positivo que provoca, não apenas na educação. Como comparação, o total do custo é inferior aos US\$ 8.5 bilhões que os bancos brasileiros lucram apenas com a aplicação no mercado financeiro dos recursos depositados que não são aplicados pelos correntistas depositantes.

Desde aquele momento, ficaram definidas as linhas centrais que passaram a nortear o programa Bolsa Escola em todas as partes: uma remuneração à família sob duas condições:

- a) todos os/as filhos/as na escola,
- b) nenhum dos/as filhos/as faltar a mais de dois dias de aulas no mês.

O Bolsa Escola faz parte de uma nova lógica na luta contra a pobreza, com base nos cinco princípios dos incentivos sociais:

1. a pobreza não é o contrário da riqueza, ela não decorre da baixa renda, mas diretamente da falta de acesso aos bens e serviços essenciais, como: alimentação, educação, saúde, transporte público e moradia com água potável, esgoto e coleta de lixo,
2. a erradicação da pobreza não se dá através do aumento da renda, mas através da garantia de acesso aos bens e serviços essenciais para todos,
3. a oferta dos bens e serviços essenciais é possível através da mobilização da energia ociosa da população pobre para produzi-los,
4. esta mobilização da população pobre é possível através de incentivos sociais: o pagamento de remuneração em troca do emprego da população pobre na produção dos bens e serviços essenciais, cuja escassez caracteriza o estado de pobreza,
5. ao mesmo tempo que induza produção e a oferta dos bens e serviços essenciais, o incentivo social, ao garantir uma renda à população pobre, induz também a demanda para comprar a parte destes bens e serviços que se distribui pelo mercado, especialmente a alimentação.

O Bolsa Escola é um incentivo social, uma remuneração que mobiliza as famílias pobres, especialmente às mães, como uma espécie de fiscais da assiduidade dos/as próprios/as filhos/as, garantindo-lhes a educação e ao mesmo tempo assegurando uma

renda para garantir sua subsistência.

Embora seja apenas um dos incentivos sociais, o Bolsa Escola tem um papel mais importante que os demais, porque ela ajuda a romper o círculo geracional da pobreza: crianças pobres que viram adultos pobres que terão filhos/as pobres, repetindo o círculo da pobreza.

Ao garantir que as crianças de hoje terminarão o ensino fundamental, e dessa forma se motivem para ingressarem no ensino médio e até mesmo na educação superior, o Bolsa Escola pode quebrar o círculo de pobreza, porque a estratégia do Bolsa Escola não se localiza no terreno das políticas residuais e compensatórias, ela é uma política social de construção de uma sociedade justa e equitativa.

Apesar das críticas às limitações distributivas dos programas Bolsa Escola, sobretudo por focalizar somente aquelas famílias pobres ou miseráveis com filhos /as em idade escolar, diversos trabalhos e estudos, nos permitem sustentar a eficácia social dos programas de renda mínima associados à educação,

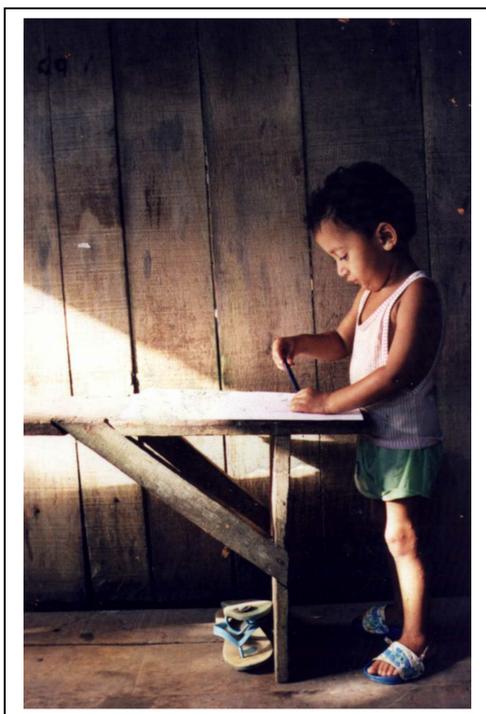
Este conjunto de elementos nos permite indicar o enorme potencial de impacto inerente aos programas de renda mínima associados à educação que articulam e proporcionam em um movimento único, tanto o combate à pobreza quanto a melhoria das condições educacionais da população, contribuindo para corrigir as desigualdades em torno do acesso, permanência e sucesso das crianças na escola (Ver foto 03).

Por outro lado, como investimento preventivo, o programa Bolsa Escola, pode tirar crianças das ruas e as colocar na escola, pode ajudar a evitar que novas e onerosas instituições assistenciais para crianças e adolescentes (Febens, Funcapas, CAFA etc.), sejam criadas, contribuindo dessa forma para a redução de gastos do poder público e assim, pode evitar a penalização ainda maior de crianças e jovens em situação de risco. Além disso, o programa como estratégia de sobrevivência da família, permitindo a compra local de alimentos, ajuda a melhorar a qualidade de alimentação e ativando o comércio local, o que deixa claro a sua amplitude como política pública.

O que se compreende do programa Bolsa Escola, é que seja possível induzir um crescimento econômico justo de baixo para cima, no lugar da tradicional e perversa

estratégia do crescimento de cima para baixo. No lugar da ilusão social de que os pobres sairiam da pobreza graças ao emprego e ao salário ganho para produzirem bens e serviços de luxo para atender a demanda dos ricos, oferece-se a chance de erradicar a pobreza empregando os pobres para produzirem os bens e serviços essenciais que eles necessitam. Um crescimento econômico casado com os objetivos sociais.

Em termos econômicos, é possível que o programa leve a direção de desenvolvimento auto-sustentável, pois seus efeitos se podem se reverter para combater as causas da pobreza, podendo a longo prazo, se constituir em fator para romper o ciclo retroalimentador da miséria, onde pobreza e miséria acabam gerando mais pobreza e miséria. Essa perspectiva pode adquirir uma enorme dimensão econômica se tentarmos calcular o custo da pobreza gerando mais pobreza. Só para citar um exemplo, o caso da repetência na educação fundamental brasileira, onde um aluno para cursar a escola obrigatória de 8 anos pode demorar em média 10,5 (dez anos e meio). Não será difícil imaginar a enorme quantia de recursos que está sendo desperdiçada com a repetência no Brasil. É certo que o Bolsa-Escola, por si só, não irá resolver esse problema, mas, poderá se constituir em estratégia auxiliar de grande alcance.



Nas informações do *site* da Ong Missão Criança, encontramos um estudo interessante para interpretação quanto aos impactos do programa Bolsa Escola, de forma a explicitar as condições e efeitos do programa enquanto política pública. As tabelas 03 e 04 apresentam os resultados do programa educacional em termos da perspectiva da família beneficiária, da sociedade e do governo. Os resultados apresentados sobre os efeitos do programa no curto e médio prazo são de vários documentos, pesquisas e avaliações do Bolsa-Escola, principalmente em Brasília até 1998, já citados anteriormente. Todavia não há ainda um

estudo longitudinal do programa, de modo que os resultados apresentados na tabela 05 'Longo prazo' na verdade deve ser entendido como prognóstico.

Tabela 04: Vantagens do programa em relação à família beneficiária

Curto prazo	Médio prazo
-------------	-------------

<ul style="list-style-type: none"> • A criança e o/a adolescente passam a freqüentar à escola diariamente. • Praticamente elimina a evasão escolar. • A escola passa a ser uma rotina na vida da criança e do/a adolescente. • Melhora a alimentação da criança tanto em casa como na escola. • A mãe terá a oportunidade de ficar tomando conta de seus filhos/as. • A criança e o/a adolescente passam a ter maior atenção dos outros membros da família. • A criança e o/a adolescente passam a ser responsáveis por parte do sustento da família indo à escola diariamente. • Diminui o sofrimento e desespero da família em buscar diariamente o que comer. • A mãe deixa de ser pedinte de comida em casas de pessoas conhecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quase completa eliminação do trabalho infantil. • A criança e o/a adolescente passam a entender o mundo na perspectiva da escola. • A criança e o/a adolescente tornam-se mais freqüentes na escola. • A escola torna-se algo importante para toda família. • A família, como um todo, começa a preocupar-se com o processo ensino aprendizagem do/a filho/a. • Aumenta a auto-estima de toda a família. • Aumenta a auto-estima da mulher -mãe ou responsável. • A família melhora o padrão de consumo. • Melhora a alimentação de toda à família. • Diminui as doenças infantis. • Melhora a saúde da criança que não precisará trabalhar ou ficar sem uma alimentação básica diária. • Ocorre uma socialização da criança e do/a adolescente na comunidade escolar. • Melhora a habitação da família. • A mãe começa a ser mais respeitada na comunidade onde mora. • A mãe começa a ter acesso a crédito no mercado local. • Diminui a subnutrição em alguns casos.
--	--

(Fonte: Missão Criança - www.missaocriana.org.br, 2002)

Tabela 05: Vantagens do Bolsa-escola para o estado e a sociedade em geral

Curto prazo	Longo prazo
<ul style="list-style-type: none"> • Promove cidadania das crianças e adolescentes. • Diminui o trabalho infantil. • Cuidar da criança e do/a adolescente torna-se uma responsabilidade social também do Estado. • Aumenta a demanda por vagas no ensino básico. • Diminui o número de crianças pedintes nas ruas. • A criança encontra-se diariamente na escola e não mais nas ruas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminui a evasão escolar. • Diminuiu o número de analfabetos/as. • Promove um aquecimento do comércio local onde a família reside. • Diminui a migração de uma região para outra. • Reduz a delinqüência. • Diminui o custo social. • Diminui o custo com tratamentos médicos e hospitalares para essas famílias. • Aumenta o número de vagas nos serviços públicos, seja educacional hospitalar entre outras atividades. • Valoriza o papel do Estado na sociedade. • Valoriza o papel da mulher na sociedade. • Valoriza o papel da família na sociedade. • A família aprende a trabalhar um orçamento "fixo" e certo mensalmente.

(Fonte: Missão Criança- www.missaocriana.org.br, 2002)

‘Paisagem bucólica do manguezal devastado e uma criança descalça, buscam assim, criança e mangue horizontes, diante de um aparente ócio.’

FOTO 04 – *Criança no mangue seco* (Blandtt, 2001).



abela 06: Expectativas que o Bolsa-Escola poderá promover em longo prazo

Para a família beneficiária	Para a sociedade em geral
<ul style="list-style-type: none"> • Promove escolarização de quase todos os membros da família. • A criança e o/a adolescente podem ter mobilidade social. • A família terá a oportunidade de sair da pobreza. • A família terá maior competitividade no mercado de trabalho. • Há a valorização do conceito família. • Diminui o analfabetismo na família. • Promove a profissionalização de toda a família. • Melhora o bem estar da família. • Promove cidadania. • Melhora a auto-estima da família como um todo. • Melhora as condições de vida da família. • Valoriza o papel da mãe em casa. • Promove a socialização da família com a comunidade local e escolar. • A escola passa a ser algo importante e rotineiro na vida da família. • Diminuiu a mortalidade infantil. • Evita que a criança venha a ser traficante de drogas ou assaltante. • Promove educação para o adulto da família, e em muitos casos educação continuada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promove cidadania. • Fortalece o poder local. • Promove a democratização das políticas públicas. • Fortalece a cultura local. • Fortalece a comunidade e a participação popular. • Promove o cooperativismo e tolerância na sociedade. • Diminui o custo-aluno devido a redução da evasão e reprovação escolar. • Promove mobilidade social das famílias bolsistas. • Melhora a imagem do Brasil no exterior. • Aquece a economia local e nacional. • Promove distribuição de renda. • Promove educação continuada. • Fortalece o poder local. • Elimina o analfabetismo de adultos. • Diminui o ônus social. • Elimina a apartação, o <i>apartheid</i> social. • Distribui renda conjuntamente com educação. • Diminui a mortalidade infantil. • Gera mão de obra qualificada no mercado • Diminui o custo da saúde. • Diminui a violência. • Diminui os custos com presídios e com a justiça. • Diminui a gravidez na adolescência. • Induz um crescimento pela base da pirâmide social.

(Fonte: Missão Criança- www.missaocriana.org.br, 2002)

6. Nucleação

Historicamente no Brasil, a educação no meio rural sempre foi segregada, se comparada com a educação destinada as áreas urbanas, acentuadas principalmente após o processo de industrialização na década de 50. Esse complexo, criou um meio rural distorcido, com pequenas aglomerações urbanas, onde a necessidade educacional foi multiplicando o número de escolas uni-docentes e uni-turma, porém com séries diferentes, as chamadas turmas multiseriadas.

As turmas multiseriadas apresentam-se como uma das características mais comuns da educação no meio rural brasileiro, em todas as regiões. O relatório Final das Atividades do Curso Gavião II³² no Estado do Pará (2001), levanta algumas considerações quanto ao processo ensino e aprendizagem desse regime educativo: a) professores leigos ou com formação pedagógica insuficiente; b) não cumprimento da carga horária, conteúdo programático; c) prédios escolas em péssimo estado de conservação, quando existem prédios; d) rendimento escolar baixo; e) situação educativa prejudicada pela presença de vários níveis de ensino numa mesma turma; f) total ausência de recursos didáticos para apoio às atividades educativas g) inexistência de projeto pedagógico e repetição anual de planejamentos de ensino etc.

Diante de tal situação, no Rio Grande do Sul, no município de Dilermando de Aguiar, foi implementado o processo de Nucleação das escolas rurais, uma experiência que já tem 10 anos e começa a apresentar os frutos da inovação.

A Nucleação trata-se de um processo de gradativo agrupamento de pequenas escolas unidocentes e plurisseriadas da zona rural em Escolas-Núcleo com características próprias de organização e funcionamento e com uma proposta pedagógica vinculada ao contexto rural.

Tem como objetivo oferecer uma educação básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental, Ensino Médio) de melhor qualidade e adequada às características e exigências da comunidade rural:

³² Ver sobre projeto Gavião II Secretaria de Educação do Pará (www.prodepa.gov.br) e Universidade Federal do Pará (www.ufpa.br).

- oportunizando um efetivo programa de preparação para o trabalho e vivência da cidadania democrática;
- contribuindo para a autopromoção das pessoas no campo, a partir de seu contexto sócio-econômico e cultural;
- valorizando e melhor utilizando os recursos disponíveis.

As Metas da Escola Núcleo são:

- desativar as escolas isoladas com pequeno número de alunos e em condições precárias de funcionamento;
- oferecer transporte escolar específico;
- fornecer alimentação adequada, conforme as necessidades dos alunos;
- favorecer, ao jovem rural, a continuidade dos estudos;
- conciliar estudo e trabalho do jovem-aluno, favorecendo sua permanência junto à família; qualificar os recursos humanos envolvidos nas Escolas-Núcleo e habilitar professores leigos³³;
- implementar projetos especiais de iniciação ao trabalho, preparo para o exercício da cidadania e/ou melhoria da qualidade de ensino e da vida no meio rural.

Atende alunos da zona rural de Educação Infantil e de Ensino Fundamental completo.

Procedimentos para a implantação da Escola Núcleo:

- Realização de levantamentos e consultas prévias junto às comunidades escolares a serem envolvidas no Projeto;
- Reuniões com as comunidades para discussão, encaminhamento e avaliação das ações do Projeto;
- Construção e ampliação de prédios escolares;
- Aquisição de equipamentos necessários para o bom funcionamento das atividades pedagógicas e administrativas;
- Organização do serviço de transporte escolar;
- Realização, se necessário, de concurso público, para completar o provimento do quadro de professores da escola;

³³ Para a LDB, são professores leigos todos aqueles que exercem o magistério e não tem o grau superior. 64

- Treinamentos em serviço e cursos de qualificação periódicos com os professores que atuam nas Escolas-Núcleo;
- Convênios com outras instituições para implementação de projetos especiais, de acordo com as características e necessidades de cada comunidade escolar.

As modalidades de Escolas-núcleo são de funcionamento especial, atendendo aos alunos de cada currículo em três dias alternados por semana e em tempo integral (manhã e tarde); Essa primeira modalidade acontece quando as distâncias não permitem ou dificultam o acesso diário dos alunos à escola. E de Escola-Núcleo de funcionamento convencional, com atendimento diário aos alunos em um período (manhã ou tarde).

Os recursos/fontes utilizadas são:

- financeiros: próprios do município, do estado, do MEC/FNDE
- humanos: integrantes do quadro de RH da Prefeitura, com a participação eventual de técnicos de instituições conveniadas (parcerias), como a Universidade, Emater, SESI e SESC e outras.

O transporte escolar pode ser próprio da instituição mantenedora, terceirizado via licitação ou, ainda, através de compra de passagens estudantis (meia-passagem) em linhas regulares de ônibus, se houver compatibilidade de horários.

Cada Escola-Núcleo tem sua organização e funcionamento acompanhados e constantemente avaliados pela Equipe Diretiva e Pedagógica da Escola, pelo Serviço de Orientação e Supervisão da Secretaria Municipal de Educação e avaliação anual escrita pelos pais e/ou responsáveis pelos alunos. Cada escola possui um quadro de lotação de pessoal, professores, especialistas e funcionários de acordo com suas reais necessidades.

Marco referencial da Escola-Núcleo

O mundo contemporâneo, marcado por conflitos e contradições, caracteriza-se por transformações profundas que exigem aprimoramento constante e busca de alternativas para uma situação capaz de engendrar melhores condições de vida, reduzindo a desigualdade social, especialmente nos planos econômico e cultural.

A educação, neste contexto, há que ser pensada como importante elemento de promoção humana, enquanto processadora da cultura, formadora de mentalidades e mediadora do indivíduo com a sociedade.

Assim entendida, a tarefa educacional torna-se ampla e deve ser compartilhada por todas as instituições sociais. A escola pode ser um espaço potencializador capaz de definir caminhos que captem os anseios da comunidade a que serve e vinculando-se a um projeto de humano e de sociedade ao qual devem convergir os esforços conjuntos.

As Escolas-Núcleo, na medida em que se constituem numa modalidade escolar alternativa para a educação rural, recebem crianças e adolescentes de diversas localidades de uma determinada região, passam a ter um compromisso bem maior com as comunidades envolvidas, dispondo, também, de melhores condições para um trabalho mais amplo no sentido da promoção social.

A partir do objetivo geral da Escola-Núcleo em oferecer uma educação básica de melhor qualidade e adequada à realidade do meio rural, tem-se como compromisso e como metas a serem buscadas permanentemente pela comunidade escolar:

- a formação de um ser humano consciente e crítico, não alienado, conhecedor de sua realidade, de seus problemas, potencialidades e necessidades; que seja capaz, enquanto sujeito histórico, de transformar sua realidade, reivindicando seus direitos, cumprindo seus deveres e lutando, cooperativamente, por melhores condições de vida; que compreenda o mundo como uma unidade ampla e multirrelacional;
- a construção de uma sociedade rural mais organizada e lúcida, capaz de resolver seus problemas de forma ativa, participativa, superando individualismos, inseguranças e preconceitos; que busque um desenvolvimento auto-sustentado e integrado, deixando de subestimar sua capacidade de mudança, sem perder sua identidade cultural;
- desenvolvimento de uma educação democrático-transformadora, envolvendo, para a tomada das grandes decisões, execução de ações e avaliação global do processo educativo, toda comunidade escolar (professores, alunos e pais) que, juntamente e de forma cooperativa com dirigentes governamentais e educacionais, promovendo a

formação integral do indivíduo e da própria comunidade e que também, a partir de seu contexto sociocultural, possa resgatar valores e conhecimentos positivos do meio rural, articulando-os à ciência e à técnica, de forma a constituir um saber novo, adequado à realidade contemporânea.

Princípios pedagógicos

A ação pedagógica da Escola-Núcleo tem como princípios norteadores:

- Contextualização: Pelo estudo do meio e compreensão do ambiente natural e sociedade rural, resgatam-se os valores da cultura local, vinculando-os à realidade macrossocial, num contínuo processo de síntese cultural.
- Integração e participação: Em todos os momentos e situações de ensino-aprendizagem, a ação escolar norteia-se pela conjugação de objetivos, conteúdos e atividades, de modo participativo e globalizador, valendo-se, neste processo, da contribuição de várias instituições e/ou setores sociais.
- Criatividade: A educação escolar, em sua dimensão criadora, deve favorecer o desenvolvimento das potencialidades e aptidões individuais e grupais, visando à realização humana e à transformação social.
- Valorização dos recursos do meio: Os recursos humanos, materiais e culturais do meio rural constituem importantes instrumentos pedagógicos e, como tais, devem ser valorizados e desenvolvidos.

Alguns procedimentos metodológicos recomendados:

- Perceber a dinâmica do mundo, tomando conhecimento das ocorrências que marcam a evolução da sociedade, numa atitude de abertura e contínua atualização.
- Compreender criticamente a realidade, estando atento às necessidades, possibilidades, e limitações individuais e da comunidade e, com sensibilidade, contribuir para o seu aprimoramento.
- Tomar, como ponto de partida para os avanços do conhecimento, as situações concretas e o meio próximo do educando.
- Planejar, executar e avaliar as principais ações escolares de forma cooperativa entre pessoas, setores ou instituições, agindo de modo comprometido e responsável.
- Proporcionar aos educandos situações de auto-expressão, descoberta e criação.

- Propor atividades significativas que despertem o interesse do educando, sua curiosidade e o gosto pela aquisição de novos conhecimentos, atitudes e habilidades.
- Utilizar, pedagogicamente, os recursos que o meio oferece, conservando-os e enriquecendo-os.
- Valorizar as vivências dos alunos e o patrimônio natural e cultural da comunidade, tornando-os objetos de estudo, reflexão e aprimoramento social.
- Resgatar a vida, a auto-estima, a alegria e demais valores positivos inerentes a cada ser ou grupo humano, para serem cultivados na construção de um mundo de mais paz e harmonia.

Projetos especiais interdisciplinares

- Iniciação às técnicas agrícolas: Visa preparar o aluno da Escola-Núcleo para o trabalho agrícola, propiciando-lhe conhecimentos de natureza técnico-científica, a partir de experiências de preparo e utilização correta do solo, conservação do meio ambiente, cultivo de hortaliças, árvores frutíferas, plantas ornamentais e fitoterápicas.
- Educação e saúde: Busca a melhoria da qualidade de vida do aluno e da comunidade, mediante incorporação de conhecimentos e práticas corretas sobre segurança, prevenção de doenças, higiene, saneamento básico, manejo seletivo do lixo, educação sexual e prevenção ao uso indevido de drogas.
- Cooperativismo: Tem em vista a formação da consciência e práticas cooperativistas para a superação de problemas que afligem o meio rural e busca de um desenvolvimento integrado e auto-sustentável.
- Estudo do meio: Tem como objetivo despertar o gosto pela pesquisa e produção histórica, resgatando a cultura local, costumes, tradições e valores.
- Jornal Escolar: Incentiva a comunicação da Escola com a comunidade, a produção de textos pelos alunos, a divulgação do trabalho escolar, desenvolvendo a socialização e a consciência crítica do educando.
- Artesanato: Favorece o desenvolvimento de habilidades manuais, da criatividade e do senso artístico através da confecção de trabalhos artesanais, lúdicos e educativos, utilizando, preferencialmente, materiais do meio.

- Coral/Teatro/Danças: Constituem atividades artístico-culturais que socializam o educando, desenvolvem sua criatividade e potencial artístico e valorizam aspectos da cultura regional.

Avaliação do rendimento escolar:

O sistema de avaliação adotado pela Escola-Núcleo inclui a participação efetiva da comunidade escolar, sendo que ao término de cada bimestre ou trimestre, ou no final do ano letivo, além dos Conselhos de Classe participativos, ocorre uma assembléia de pais para avaliar o desempenho global da escola.

Para o registro da avaliação do aproveitamento do aluno a maioria das Escola-Núcleo utiliza Pareceres Descritivos, comunicando ao aluno e a seus pais os avanços na aprendizagem, as dificuldades constatadas e recomendações para um melhor desempenho.

Algumas vantagens proporcionadas pela Nucleação ou Nuclearização em Dilermando de Aguiar, após 10 anos de implantação:

- Grande aceitação por parte das comunidades rurais.
- Ampliação do Projeto para outros municípios.
- Ampliação contínua das matrículas, acesso de todas as crianças do município ao Ensino Fundamental.
- Implantação da Informática Educacional da Educação Infantil até a 8ª série.
- Expressiva melhoria nos índices de aprovação e diminuição da evasão para índices próximos de zero.
- Aprimoramento pedagógico do currículo escolar, corpo docente, novas metodologias, implantação de projetos especiais.
- Crescimento do grau de socialização de alunos e famílias, ruptura do isolamento.
- Racionalização na utilização dos recursos destinados à educação, como o uso de prédios escolares, equipamentos didáticos, além de construção e ampliação de quadras esportivas.
- Maior participação e consciência política da comunidade escolar e maior integração interinstitucional.
- Enfim, uma educação de qualidade, adequada à realidade, como alavanca de

desenvolvimento global da comunidade onde está inserida.

7. Pedagogia da Alternância e as Casas Famílias Rural

A Pedagogia da Alternância", é uma proposta didático metodológica implementada para as atividades da educação rural, buscando a inter-relação entre conteúdo, formação e realidade. Consiste em um sistema educativo em que o aluno alterna período de aprendizagem na família, no meio e na escola, estreitamente interligados entre si através de instrumentos pedagógicos específicos, formando assim um conjunto harmonioso entre comunidade, pedagogia, formação integral e profissionalização (AZEVEDO, 1999: p. 09).

No Brasil existem experiências significativas no campo da Pedagogia da Alternância, os centros de formação para a alternância que tornaram-se mais conhecidos foram as Casas Familiares Rural, as Escolas Familiares Agrícolas e a experiência do Pro-Jovem no interior de São Paulo. As Casas Familiares Rurais (CFR) tiveram origem na França em 1937, por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, propondo a adoção de uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos. Nascia , assim, a Casa Familiar Rural, com a estrutura da Pedagogia da Alternância.

Hoje, as Casa Familiares Rural expandiram-se para os cinco continentes, em trinta países, com a mesma concepção, responsabilidade e apoio explícito das famílias na formação dos jovens, no sentido de provocar o desenvolvimento local.

No Sul do Brasil, o processo de implantação das Casas Familiares Rurais teve início no Paraná, em 1987, nos municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, com discussão dos agricultores e envolvimento das comunidades. Já em 1991, as Casas Familiares Rurais estavam sendo implantadas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e desenvolveram-se, também, nos outros Estados do Brasil, sobre a coordenação das Associações Regionais das CFR (ARCAFAR) hoje organizadas em Confederação Nacional (CONACAFARB) .

Em 1998, as Casas Familiares Rurais integraram-se às ações, em nível federal, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, possibilitando o crescimento de unidades implantadas no País. Os princípios do PRONAF são

convergentes com os adotados pelas CFR, facilitando assim o acesso à profissionalização dos jovens e de suas famílias, e contribuindo com o aumento de ocupações produtivas e da renda no meio rural.

A Casa Família Rural, é um dos instrumentos onde acontece a prática da Pedagogia da Alternância. Funciona como uma Associação de famílias, profissionais e entidades, que buscam a promoção e o desenvolvimento do Meio Rural, através da Educação-formação na valorização do espírito de solidariedade. O objetivo da Associação é a formação dos jovens e os meios para alcançar este objetivo são:

- Associação, que tem a responsabilidade jurídica, econômica e de gestão da escola. Participam da Associação pais de alunos e ex-alunos.
- Formação Integral da Pessoa: leva-se em conta todas as dimensões humanas: pessoal (afetiva, intelectual, profissional, religiosa); comunitária (política, econômica e social).

Os principais instrumentos didático-pedagógicos da "Pedagogia da Alternância nas Casa ou Escolas Família Rural" são:

- Plano de Estudo - pesquisa participativa, realizada no meio sócio-profissional, sistematizada e ampliada na escola através de diferentes atividades de formação: áreas de ensino, visitas de estudo, Caderno da Realidade, Cadernos Didáticos, estágios, Projeto Profissional e Visitas às famílias.
- Visitas de Estudo - são um complemento no debate e aprofundamento de um tema específico. São realizadas em um empreendimento agrícola, agro-industrial, instituições de serviços etc., no sentido de perceber os desafios, contradições e formas de superá-los.
- Caderno da Realidade - após a colocação em comum da pesquisa do Plano de Estudo, registram-se as constatações, as análises e as reflexões sobre a realidade familiar e sócio-profissional. Este é um instrumento básico para trabalho interdisciplinar - é o "Livro da Vida".
- Caderno Didático - é o maior desafio dentro da Pedagogia da Alternância; auxilia no debate e aprofundamento dos temas geradores. A construção do Caderno

Didático é específica para cada tema. É um instrumento pedagógico a ser assumido pelo Centro de Formação. Um grupo de monitores constrói um esboço, ampliam-se os conteúdos, experimenta-se. Após, realiza-se uma avaliação, reestrutura-se, dando uma forma gráfica final.

- Estágios - atividade realizada em empresas do ramo agrícola, empreendimentos agrícolas, centros de pesquisa, agro-industrial, agroturismo etc., ou nos próprios centros de formação. Na Pedagogia da Alternância, o estágio faz parte do processo de formação dentro de cada tema específico, constituindo-se em um momento privilegiado de aprender fazer fazendo, tendo duas dimensões, uma no ensino profissional e outra no ensino fundamental

No Ensino Profissional tem como objetivo conhecer, comparar realidades, aprender a fazer e também descobrir ou confirmar o gosto por algumas atividades profissionais.

No Ensino Fundamental, tem um caráter orientativo de "descoberta vocacional". É um meio didático fundamental na aplicação da Pedagogia da Alternância.

A importância desse instrumento formativo depende da relação entre a equipe de monitores, a família e o mestre de estágio, através de reuniões, planejamento e avaliações.

Na realização dos Planos de Estudo com jovens, nas suas etapas finais, contemplam-se atividades de retorno, uma forma concreta de agir para implementar e modificar aspectos específicos do ambiente onde vivem os jovens. Na formação média-profissional as diversas pesquisas são realizadas no último período de formação. Têm como finalidade a realização de um projeto profissional. A realização concreta depende da potencialidade da família e da orientação da equipe de monitores. O Centro de Formação tem papel importante na atualização dos processos de formulação e dinamização da metodologia de modo a estar atento às mudanças, para proporcionar aos monitores motivação para inovar. Todo projeto profissional na EFA exige uma projeção anterior, uma operacionalização, seguido de acompanhamento e avaliação constantes *in loco* e reflexões nas escolas. Um dos desafios a vencer na agricultura familiar é projetar, não individualmente, mas de forma associativa, de modo a conquistar os espaços da produção e comercialização.

A formação em alternância é um modelo que favorece a forma de aprender a fazer, fazendo. As visitas às famílias são meios básicos para fortalecer as relações humanas entre

a equipe de monitores e as famílias: proporcionam ainda o conhecimento recíproco. Têm como propósito fortalecer o papel formativo da família para com o jovem.

O diálogo e reflexão entre os familiares é uma forma de extensão e assistência técnica rural. Para que haja esse entrosamento é necessário que a família seja acompanhada no mínimo a cada realização de um Tema Gerador.

O papel do Centro de Formação nessa atividade é implementar a animação, reflexão, avaliação da importância desse instrumento pedagógico: esse momento dá-se principalmente nas ocasiões de assessorias *in loco*.

No Pará, a primeira Casa Família Rural, nasceu na região da Transamazônica no município de Medicilândia. Em 1994 foi iniciada a primeira discussão para a sua implantação, que culminou com a sua inauguração em novembro de 1995. As instalações para o funcionamento da CFR de Medicilândia foram doadas pela CEPLAC, e que faziam parte da vila de casas dos funcionários, vila esta que estava praticamente abandonada. Os trabalhos começaram com muitas dificuldades, tais como: falta de energia elétrica, água, etc... Porém as dificuldades foram superadas e a primeira turma de 19 jovens concluiu seus estudos em 17/07/1998. Atualmente se algumas prefeituras tem contribuindo com a manutenção das casas, o governo do Estado do Pará não tem proporcionado um diálogo frutífero que resulte na efetiva continuidade do projeto, o que significa concretamente que neste início de 2002, as casas familiares rurais da região da Transamazônica, ainda não puderam iniciar o período letivo, havendo monitores com salários e direitos atrasados a mais de um ano.

Em todo o Brasil Rural, é comum encontramos escolas que estejam buscando algum tipo de pedagogia da alternância quanto a problemática da incompatibilidade do calendário agrícola com o calendário escolar. Na região de estudo, o município de Augusto Corrêa, após a municipalização do Ensino viveu uma experiência, no ano de 1999, de alternar o calendário escolar em função do calendário agrícola, essa experiência foi abandonada no ano seguinte, por vários fatores desde técnicos, até de preparação da população. Na cidade de Bragança existe uma escola agrícola que funciona de 5ª a 8ª série do ensino Fundamental. tem uma proposta de educação que busca a formação de técnicos em

agropecuária, porém 83% dos alunos da escola³⁴ são filhos de não agricultores, ou seja, pessoas que não tem nenhuma ligação com atividades agrícolas e são residentes na área urbana de Bragança.

Na Escola Agrícola de Bragança, funcionam atividades de apicultura, agricultura (culturas de feijão, mandioca e milho), horticultura e suinocultura. O regime de ensino está estruturado em primeiro horário (07 às 12 horas), atividades escolares (mesmo modelo de ensino do módulo fundamental, não havendo orientações didático-metodológicas que se preocupem com a formação agropecuária ou mesmo a interdisciplinaridade; no segundo horário (14 às 17:30 horas), atividades orientadas para agropecuária (os alunos trabalham e recebem orientações nas atividades agropecuárias que são desenvolvidas na escola). Nessa escola não existem princípios da pedagogia da alternância, os processos de ensino são dissociados entre a formação para os conhecimentos do ensino fundamental e a formação agropecuária.

O município de Augusto Corrêa (Nordeste Paraense, distante cerca de 230 km de Belém), viveu o processo de descentralização do ensino no ano de 1997. Os dados estatísticos³⁵ referentes ao ano de 1996, mostram que dos 3.864 alunos matriculados na rede de ensino, apenas 39% alcançaram a promoção, sendo que 32% foram retidos na mesma série e 29% evadidos, perfazendo um total de 60%. A soma dos percentuais de evasão e repetência superam os índices de aprovação.

8. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e a Educação

Dentre os Movimentos de ação popular no Brasil hoje, sem dúvida alguma o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST - assume importância papel na peleja contra as exclusões sociais. Porém, é um dos poucos Movimentos que luta irradiado pela consciência. O MST vem despertando a sociedade brasileira quanto às várias problemáticas sociais de opressão seculares vividas pela população, seja daqueles a favor ou contrários à sua atuação e métodos de protestar e reivindicar seus anseios. É nessa conjuntura que o MST apresenta uma contra-proposta de educação para o meio rural brasileiro.

³⁴ Fonte Secretaria da Escola

³⁵ Secretaria Municipal de Educação do Município de Augusto Corrêa

Na leitura de vários trabalhos publicados pelo e sobre o MST, nos discursos de seus dirigentes, quer através do Jornal Sem Terra quer através da Revista Sem terra, ou em sua página na Internet, nos jornais e revistas de circulação nacional e livros acadêmicos publicados, bem como no período de campo desta pesquisa, através do convívio e contribuição voluntária no acampamento da fazenda TABA ano de 2000, município de Belém³⁶ e outros, percebe-se que o MST reivindica uma educação que possibilite integrar a criança e o jovem ao trabalho através de uma escola que dê a formação necessária para que crianças, jovens e adultos possam assumir condição não somente de dirigentes ou meros participantes de uma sociedade, mas também de luta rumo à construção de uma sociedade justa e equitativa para todos.

Desde 1987 o MST constituiu um Setor específico para tratar dos desafios ligados a questão do direito à Educação dos Sem Terra. O Setor está organizado nos 23 Estados em que o Movimento Sem Terra está presente, seja coordenado por algumas pessoas que iniciam e levam adiante os trabalhos nos acampamentos e assentamentos, seja através de equipes de educação nas áreas, e de coletivos regionais e estaduais. Existe um Coletivo Nacional de Educação, composto por representantes dos Estados, que se reúne cerca de três vezes ao ano, onde, a partir das demandas existentes, são feitas discussões, tiradas linhas de ação e feitos encaminhamentos.

Uma das lições que o MST tira da nossa história até aqui, é a de que lutar somente pela Terra não basta. A luta pela Reforma Agrária é bem mais ampla, e implica a conquista de todos os direitos sociais que compõem o que se poderia chamar de cidadania plena. E a Educação é um destes direitos, pelo qual também é preciso mobilização, organização e lutas em nosso país.

Para o MST a Educação acontece em processo, desde a participação das crianças, das mulheres, da juventude, dos idosos, construindo novas relações e consciências, até a participação nas marchas, assembléias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, mobilizações, reunir-se para aprender e ensinar o alfabeto, e mais que isso, o ato de ler e escrever a realidade e a vida.

³⁶ A fazenda TABA foi ocupada em dezembro de 1996 pelo MST, era uma fazenda improdutiva e abandonada, localizada no distrito balneário da Ilha de Mosqueiro, distante 35 km da sede do município de Belém, capital do Pará.

Segundo o *site* do MST, ele representa um universo de 1.800 escolas de Ensino Fundamental, com 160 mil crianças e adolescentes freqüentando essas escolas em acampamentos e assentamentos. Um dos grandes problemas para as escolas do MST é o reconhecimento legal por órgãos do governo, pois essas escolas e princípios pedagógicos adaptados a realidade rural dos assentamentos/acampamentos, diferem dos modelos de ensino daqueles órgãos estatais. Trabalhando diretamente com estas escolas são cerca de 3.900 educadores, além dos 250 educadores que trabalham nas Cirandas Infantis, na educação de crianças até 6 anos. O MST possui cerca de 3 mil educadores de alfabetização de jovens e adultos. Atualmente são cerca de 30 mil alfabetizandos. Alguns educadores fazem trabalhos voluntários, outros estão mobilizados pelos projetos em parcerias.

As escolas nos assentamentos são públicas. Nos acampamentos o MST quer garantir escolas públicas. No Rio Grande do Sul, isto foi conquistado a partir de 1996, através da aprovação pelo Conselho Estadual de Educação da Escola Itinerante³⁷, que atende crianças de 7 a 12 anos de 1ª a 5ª séries. Essa escola vai para onde o acampamento for.

Princípios Pedagógicos da Educação no MST:

Os princípios filosóficos dizem respeito à visão de mundo, às concepções mais gerais em relação a pessoa humana, à sociedade, e ao que o MST entende que seja educação. São o fundamento dos objetivos estratégicos do trabalho educativo.

1. Relação permanente entre a prática e a teoria.
2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação
3. A realidade como base da produção do conhecimento.

³⁷ As crianças acampadas não achavam justo repetir tudo o que aprendiam nas escolas dos acampamentos quando chegavam aos assentamentos. A inconformidade foi expressa durante o II Congresso infanto-juvenil do MST em outubro de 1995 e encaminhada por um grupo de 11 crianças à Secretaria Estadual de Educação. O resultado foi a implantação de um projeto pioneiro que reconhece oficialmente as aulas ministradas por professores do movimento em acampamentos. As crianças têm documentos emitidos pela escola Itinerante, podendo ingressar em regimes regulares assim que são assentadas. A Escola Itinerante de Acampamentos de Reforma Agrária foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em novembro de 1996. No início a Escola Itinerante funcionava sem estrutura, as aulas eram ministradas embaixo das árvores do Acampamento de Júlio de Castilhos. Atualmente, a "Itinerante" funciona em seis unidades: nos Acampamentos Palmeira das Missões (Tupaciretã/RS), Viamão (Tupaciretã/RS), Nova Esperança (Lagoa Vermelha/RS), Bom Jesus (Pantano Grande/RS), Viamão (Girúá/RS) e Piratini.

Hoje, ela tem estrutura definitiva de lona, tubos, mesas e cadeiras desmontáveis que poderá seguir os acampados em seus movimentos. O currículo foi preparado em Oficinas conjuntas do setor de educação do MST, Secretaria Estadual de Educação e Acampamentos de Santo Antônio das Missões e Júlio Castilhos. A idéia é estabelecer metas a serem vencidas em períodos que nem sempre vão corresponder a anos letivos fixos (etapas). A escola base para o suporte legal é a Escola Estadual de Ensino Fundamental Nova Sociedade, no Assentamento Itapuí, Município de Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. A contratação de professores é feita através de um convênio com a Secretaria de Educação.

4. Conteúdos formativos socialmente úteis.
5. Educação para o trabalho e pelo trabalho.
6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos.
7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos produtivos.
8. Vínculo orgânico entre educação e cultura.
9. Gestão democrática.
10. Auto – organização dos/das estudantes.
11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e das educadoras.
12. Atitude e habilidades de pesquisa.
13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Os elementos essenciais e gerais da proposta de educação do MST, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que podem haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos.

Linhas metodológicas do trabalho nas escolas do MST:

1. A escola precisa preparar as crianças e os jovens no meio rural. Desenvolver o amor pelo trabalho na terra e também trazer conhecimentos que ajudem concretamente o assentamento a enfrentar seus desafios nos campos da produção, da educação, da saúde, da habitação, etc.;
2. O ensino deve partir da prática e levar o conhecimento científico da realidade. O ponto inicial para desenvolver os conteúdos das várias matérias de ensino deve ser as próprias experiências de trabalho organizado das crianças e dos jovens no assentamento;
3. Um grande desafio para a escola é ajudar no desenvolvimento cultural do conjunto do assentamento. A escola não precisa restringir sua atuação à sala de aula. Através dos próprios alunos, a escola pode participar e até organizar campanhas de alfabetização de adultos, elaboração do jornal da comunidade, festas culturais, fazendo reflexão sobre estas atividades para que sejam mais uma experiência que se

integre ao conjunto das aulas;

4. O aluno precisa ter vez e voz na escola, trazendo seu saber e as lições da luta para integrar o currículo;
5. É preciso investir na capacitação dos(as) professores(as). Para que estes princípios se traduzam numa proposta pedagógica renovada, é fundamental construir uma nova metodologia de trabalho em sala de aula. Uma metodologia de aprendizagem-ensino, onde a relação prática-teoria-prática consiga inverter a própria lógica usual da apropriação e produção do conhecimento. O MST procura implementar programas específicos de capacitação para os(as) professores(as) que trabalham nestas escolas;

A escola também é um lugar de viver e refletir sobre os valores do novo homem e nova mulher. A sociedade que temos infelizmente degradou a nossa humanidade e nossas relações interpessoais, criando vícios como individualismo, autoritarismo, machismo e falta de solidariedade. Precisa-se reeducar nossa humanidade através destas novas gerações forjadas na luta. A escola, pelas experiências de relacionamento coletivo que proporciona às crianças e aos jovens, pode ajudar a desenvolver os valores do companheirismo, da igualdade, da fraternidade e o próprio valor da busca coletiva e solidária da felicidade, através da luta perseverante pela justiça e pela paz em nosso país e no mundo inteiro.

Podemos considerar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra tem uma proposta de sociedade e de ética para o Brasil. Respaldam uma escola onde conhecimentos, valores, saberes, organização, lutas etc., estejam retratados como elementos centrais do processo educativo, fazendo com que as aulas levem em conta teoria e prática, apontando princípios políticos educativos para uma formação social comprometida com a cidadania coletiva.

1.4.b. Políticas Públicas e o trabalho infanto-juvenil

1. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

As políticas públicas voltadas para o trabalho infanto-juvenil (ver foto 05), tem como desafio consolidar uma política orgânica que combata os fatores que produzem e

reproduzem a pobreza e que afetam os indivíduos em diferentes etapas de sua vida. Por isso, o Governo Federal criou unidades em sua estrutura organizacional que têm como tarefa propor alternativas que visem melhorar as condições de vida das pessoas, tendo com referência as diversas faixas etárias, o núcleo familiar e a comunidade. Uma delas é a Gerência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI - desenvolvido pela Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS - cujo objetivo é formular programas e projetos que contribuam para a permanência, inserção ou reinserção de crianças e adolescentes da faixa etária de 7 a 14 anos na escola.

O PETI é um Programa que envolve um conjunto de objetivos que visam a eliminação do trabalho infantil nas atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes, possibilitando às crianças e adolescentes de 7 a 14 anos a ampliação do universo cultural e o desenvolvimento de potencialidades com vistas à melhoria do desempenho escolar e inserção no circuito de bens, serviços e riquezas sociais. Destina-se, prioritariamente, às famílias atingidas pela pobreza e pela exclusão social, com renda per capita de até ½ salário mínimo.



FOTO 05 – *Menina e o fogo no lixo*
(Saraiva, 1999)

A participação da sociedade concretiza-se por meio dos Conselhos, sejam eles de Assistência Social, da Criança e do Adolescentes ou Tutelares; do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; e das Comissões Estaduais e Municipais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, das quais fazem parte membros dos demais Conselhos Setoriais.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem caráter erradicativo. A prevenção está sendo implementada por meio do Programa de Garantia de Renda Mínima do MEC, que é financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social. Hoje já são atendidas 1 milhão de crianças e adolescentes de mais de 500 mil famílias em 1005 municípios brasileiros. A garantia do acesso à escola é, sem dúvida, a maior estratégia de rompimento do ciclo da pobreza e do trabalho precoce.

Os objetivos específicos do PETI são os seguintes

- a) possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola;
- b) fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais, desportivas e de lazer no período complementar à escola – Jornada Ampliada;
- c) proporcionar apoio e orientação às famílias beneficiadas por meio da oferta de ações sócio-educativas;
- d) Conceder uma complementação mensal de renda – Bolsa Criança Cidadã às famílias;
- e) estimular mudanças de hábitos e atitudes, buscando a melhoria da qualidade de vida das famílias, numa estreita relação com a escola e a comunidade; e,
- f) estabelecer parcerias com agentes públicos que garantam ações de caráter inter-setorial, principalmente no que diz respeito à oferta de programas e projetos de geração de trabalho e renda, como formação e qualificação profissional de adolescentes adultos, assessoria técnica e crédito popular.

O PETI estabelece que a criança da área urbana receberá mensalmente R\$ 40,00 ao deixar o trabalho e passar a freqüentar os bancos escolares. Na área rural este valor é de R\$ 25,00. Além disso, nas prefeituras onde é desenvolvido o Projeto Jornada Ampliada haverá a destinação de R\$ 20,00 para as áreas rurais e R\$10,00 para as urbanas. O jornada ampliada oferece atividades de lazer, cultura esporte e reforço escolar no horário

complementar ao do ensino regular.

Os recursos do Programa são oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, e o PETI é parte integrante da Política Nacional de Assistência Social. Nesse sentido, as novas diretrizes e normas do Programa foram aprovadas por Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, pela Comissão Intergestora Tripartite (governo federal, Fórum de Gestores Estaduais de Assistência Social e de Gestores Municipais de Assistência Social) e discutidas com diversas Comissões Estaduais.

CAPÍTULO II

Visões de trabalho e educação e os processos de produção para os povos do mangue

Nesse segundo capítulo estaremos preocupados com o debate acerca dos processos de produção na área manguezal, identificando os principais sistemas de produção e comercialização (produção de excedentes), voltados para sobrevivência e reprodução familiar, bem como desenhar a situação da escola fundamental, buscando a relação entre o trabalho de crianças e adolescentes e o insucesso da escola fundamental.

2.1 Dimensões de trabalho a partir da sobrevivência em áreas manguezal

O debate que está colocado sobre a questão do trabalho no município de Bragança, precisa de alguns elementos importantes para a sua compreensão. Para uma análise mais detalhada sobre os processos de produção e as características dos produtores distribuídos de acordo com as condições geoeconômicas do município, o qual apresenta contrastes significativos.

Podemos destacar no município de Bragança, pelo menos quatro áreas específicas de contrastes geoeconômicas:

1. *Estradas de Rodagens*, são áreas de povoamento surgidas a partir da abertura de vias rodoviárias ligando a cidade de Bragança a pontos importantes da micro-região, podendo destacar, a Rodovia D. Elizeu, também conhecida como estrada do Montenegro, que liga Bragança à cidade de Santa Luzia do Pará, na altura da rodovia federal BR 316, onde várias vicinais, em formas de travessão foram abertas, numa colonização semelhante à encontrada na região da Transamazônica; a rodovia PA Bragança-Capanema, com trajeto semelhante ao da extinta ferrovia Bragança-Belém, a Rodovia PA Bragança-Viseu e a Rodovia PA Bragança-Augusto Corrêa, além de pequenas outras vias municipais que servem de ligação da cidade de Bragança aos povoados e entre si.
2. *Rios e igarapés*, foram tradicionalmente os primeiros recursos de transportes do município, destacando a bacia do rio Caeté, onde nas margens e proximidades se formaram vários povoados, responsáveis pela colonização de terras inexploradas.
3. *Área manguezal*, região de contrastes entre os ecossistemas mar, manguezal, campos

naturais e terra firme, ligada à Bragança através de estradas de rodagens, servem de escoamento da produção daquela região;

4. *Áreas urbanas*, principalmente da cidade de Bragança, e de algumas importantes vilas, destacando-se Caratateua, Treme e Almoço.

Em cada área o tipo de atividade de trabalho desenvolvido é destacado conforme as condições as quais se apresentam, por exemplo, em todas as áreas existe o predomínio da prática da agricultura, porém as dimensões, características e as especificidades do trabalho são diferentes, como a extração do caranguejo na área manguezal ou a pesca em área manguezal e rios e igarapés. Em áreas manguezal o elemento definidor da sobrevivência é o trabalho voltado para atividades das unidades de produção familiares³⁸. Os povos do mangue se utilizam dos recursos naturais que dispõem para garantir sua sobrevivência, enquanto mecanismo voltado para os princípios da relação da economia familiar.

Antes de adentrarmos nas dimensões do trabalho, é oportuno destacamos na literatura as discussões teóricas que indicam maior relevância para esse estudo. Em Shanin (1979: p. 11-19), podemos encontrar um retrospecto da tradição teórica do campesinato, o qual destaca a análise marxista clássica, com a compreensão sobre o papel do campesinato no capitalismo. Para Marx citado por Shanin (1979: 20 p.),

A presença da pequena produção com base no trabalho familiar está à margem da sociedade e combina todas as formas de crueldade das formas sociais primitivas com todos os sofrimentos e todas as misérias dos países civilizados.(...) a existência da produção camponesa pressupõe que a maioria da população seja rural, isto é, que o capitalismo não esteja suficientemente desenvolvido (...) Entretanto a produção camponesa está estruturada e condicionada a ser transitória, na medida que o capitalismo urbano e rural se desenvolva.

Ainda em Shanin (1979: 15-17), encontramos os estudos de Chayanov que têm grande importância na explicação da presença camponesa em sociedades onde o modo de produção capitalista é dominante, que percebe o campesinato a partir do específico de sua economia, pela composição da família como unidade básica de produção e consumo. Esta relação entre produção e consumo pode explicar tanto a aceitação quanto a recusa da utilização de tecnologias pelas unidades familiares. Para Chayanov,

No nos incube el destino de la unidad económica campesina, ni su concepción económica e histórica e nacional (...) simplemente aspiramos a comprender qué es la unidad económica campesina desde un punto de vista organizativo. ¿Cuál es la morfología de este

³⁸ Ver mais com Chayanov (1974), La organización de la unidad económica campesina.

aparato productivo? Nos interesa saber cómo se logra el equilibrio orgánico, cuáles son mecanismos de la circulación y la recuperación del capital en el sentido de la economía privada, cuáles son los métodos para determinar el grado de satisfacción y de provecho, y cómo reacciona frente a las influencias de los factores externos, naturales y económicos que aceptamos como dados.

(CHAYANOV, 1974, p. 36)

Também merece destaque a tradição cultural, com ênfase na Antropologia, onde o camponês aparece como trabalhador que, na sua relação de subordinação com a sociedade envolvente, transfere o excedente de sua produção para um grupo dominante. Foster (1967: p. 300-323), utiliza o critério estrutural e relacional para definir camponês, ou seja, como produzem (critério estrutural) e para quem estão produzindo (critério relacional), nesse sentido, os camponeses estariam ligados a uma sociedade pré-industrial, ou seja, o camponês é visto a partir das reminiscências em nichos culturais que tende a desaparecer. Para Abramovay (1992: 24 p.) a racionalidade do camponês é incompleta, pois, as dimensões sociais acabam também determinando suas ações econômicas, mas ao mesmo tempo a racionalidade econômica transforma o seu ambiente social.

Por fim, cabe ressaltar a concepção da economia camponesa concebida como um modo de produção, de Jerzy TEPICHT (1970), que faz críticas tanto a Marx como a Chayanov, embora tente uma complementaridade que realça os determinantes internos e externos do desenvolvimento histórico da economia camponesa. Pois para

a compreensão da economia camponesa deve-se perceber sua ligação com contextos regionais e históricos (...) a especificidade camponesa só é compreendida, no seu envolvimento com o geral, dependendo da sua formação econômico social que está inserido, que varia de período em período (...)

(TEPICHT, 1973: s.p.)

Na área manguezal de Bragança, as condições geográficas entre terras inundadas, terras firme e manguezal, o trabalho pode ser desenvolvido de diversas maneiras, o que evidencia a necessidade específica para cada tipo de atividades. As famílias, apresentam-se compostas de pessoas que assumem funções para a composição da sobrevivência familiar. O núcleo familiar sobrevive, distribuindo tarefas de trabalho para cada membro na perspectiva de comporem a economia familiar.

A coexistência da economia capitalista e da economia familiar (não capitalista) é clara. Essa coexistência é possível a partir de cada tarefa que os membros do núcleo familiar desempenham para a sobrevivência. É comum, a família estar inserida em

processos de comercialização e concomitantemente em processos de divisão social de produtos, em seu âmbito interno.

As distribuições de tarefas são específicas a partir de a) *condições bio-sociais*, que derivam das condições de saúde, gênero, faixa etária, condicionando as atividades de trabalho, geralmente subordinadas àqueles membros da família que detenham maiores potencialidades; e b) *condições geo-econômicas*, que dizem respeito as disponibilidades de recursos, de instrumentos de trabalho e possibilidades de inserção no sistema de mercado local e as conexões com as redes de comercialização locais e externas.

A idéia da coexistência de um sistema econômico familiar em que a presença do capitalismo e da equivalência básica de produção e consumo (economia familiar, não capitalista) num mesmo núcleo familiar é indicada quando colocamos essa realidade diante do contexto histórico e econômico. A região de estudo data de uma das mais antigas de colonização. Desde a chegada dos europeus na Amazônia brasileira, foi povoada por diversas etnias, destacando além dos europeus, índios e negros, este último como elemento definidor de costumes, crenças, valores e tradições para a região³⁹; e no momento atual, a região vive em condições de isolamento e dependência econômica, diante da falta de inovações tecnológicas e de discussões de manejo sustentáveis significativas para o aprimoramento dos sistemas econômicos e sociais, disponibilizando recursos naturais para exploração propícia apenas a sobrevivência, ou com poucas prerrogativas de avanços sócio-econômicos.

Dessa forma, as relações econômicas endógenas de um núcleo familiar primário são dinâmicas em decorrência de suas necessidades, determinando que as funções e posições sociais no núcleo familiar se movimentem num processo cultural entre os seus membros e as pessoas externas, podendo até constituírem novos núcleos agregados ou não aos núcleos primários, o que vai significar a redistribuição das atividades de trabalho e importantes mudanças nas funções econômicas para a sobrevivência familiar.

Numa percepção etnográfica, poderíamos, descrever a relação cotidiana de uma típica família na área de manguezal de Bragança inferindo as relações entre gênero, atividades e distribuição de trabalho. Então, numa dada família composta de um chefe de família que trabalha com a produção do caranguejo, na atividade de coleta para a

comercialização, uma mãe que trabalha na produção do caranguejo, na atividade de catação da carne do caranguejo e nas entre safras, trabalha com a produção de farinha de mandioca, milho e feijão, cuida das atividades domésticas e atua mais próxima no cuidado com os filhos e netos, principalmente os de idade inferior a 7 anos; o casal tem quatro filhos, dois são homens, um de 15 anos que atua no trabalho de produção do caranguejo, na atividade de coleta para a comercialização, porém nas safras do mexilhão trabalha também na atividade de coleta e beneficiamento para a comercialização desse molusco, se dedica a apoiar, ainda, nas atividades da mãe, não estuda. Um outro filho, de apenas 8 anos, que atua na pesca artesanal, contribui com a mãe nas atividades domésticas e agrícolas, coleta caranguejo para o consumo, e coleta nas safras, também, o mexilhão para a comercialização, estuda a 1ª série do ensino fundamental; as filhas, uma de 19 anos, que já tem um filho, e é mãe solteira, atua junto com a mãe nas atividades domésticas, de catação do caranguejo e agrícolas, cuida do próprio filho, não estuda; e a filha mais nova de 06 anos, que atua no trabalho doméstico, cuida da limpeza da casa, alimentação da família, lavagem de roupas, do sobrinho, além de trabalhar na atividade de catação do caranguejo com a irmã e a mãe, ainda não estuda.

Essa representação de atividades e distribuição do trabalho varia conforme a inserção do núcleo familiar no contexto local. Nesse caso, a atividade do caranguejo é o trabalho mais importante para a geração da renda familiar, e as atividades do trabalho agrícola são mais importantes para a sobrevivência familiar (produção e consumo). Em outras áreas essa lógica pode ser diferente, havendo áreas em que as atividades do trabalho da pesca representam o trabalho mais importante, seja para a sobrevivência seja para as relações comerciais. Portanto, a família acima retratada, nas atividades do trabalho para produção do caranguejo, o chefe da família, a mãe e as filhas e o filho mais velho estão inseridos numa lógica comercial, produzem o caranguejo (seja atividade de coleta ou catação), para a venda, estão sujeitos as lógicas do mercado e dos agentes mercadores e recebem em troca desse trabalho dinheiro, obtendo lucro ou prejuízo, caracterizando uma relação capitalista; já o filho mais novo, que também atua na atividade de coleta do caranguejo, estando na relação de equivalência básica entre produção e consumo, contribui para a reprodução familiar, através da produção para o consumo. As outras atividades desenvolvidas pela mãe e pela filha mais velha são trabalho doméstico que não obtém

³⁹ Ver mais em Ubiratam, 1998: 78 p.

rendimento monetário, nas atividades agrícolas. Pelo próprio tamanho das áreas cultivadas produzem uma quantidade de produção apenas para o consumo. Mesmo as atividades agrícolas, domésticas e coleta do caranguejo para o consumo familiar, são importantes para a manutenção da força de trabalho.

Um outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à forma de divisão dos resultados do processo de trabalho, que tanto pode ser destinado para a troca comercial, ou também como equivalência básica entre produção e consumo. O que determina essa suposta divisão de resultado do trabalho são as condições bio-sociais e geo-econômicas.

A reprodução familiar está contida na força de trabalho, quando diz respeito ao processo bio-social da família (o casamento, o nascimento dos filhos, o crescimento do filhos, o casamento dos filhos\nascimento de netos, o envelhecimento dos pais, a morte dos pais), na medida que essas etapas acontecem no seio familiar a troca de força de trabalho também pode se alternar, a partir de várias dinâmicas, como o crescimento dos filhos, o casamento, a separação, a morte ou a invalidez etc. Dessa forma, as atividades de trabalho sejam elas capitalistas ou não capitalistas, acompanham a dinâmica do processo bio-social, e as funções se alternam, internamente no núcleo familiar. Aquela criança de 08 anos que se dedica à atividades de equivalência básica entre produção e consumo, com o seu crescimento passa a desenvolver atividades de produção e venda, enquanto o pai, inserido na lógica comercial, gradativamente passa a atuar com o trabalho de produção para o consumo, haja visto que o envelhecimento lhe resignou a diminuição de sua força de produção disponível para a família. Dessa forma, as relações de trabalho convivem no núcleo familiar, sem vistas para a sobreposição de qualquer uma a outra, pois este é um processo sócio-histórico na área manguezal de Bragança.

2.2 Características das dimensões do trabalho em áreas manguezal

As dimensões de trabalho (e atividades) em áreas manguezal estão correlacionadas a um tripé entre agricultura, extrativismo e pesca. Além desses trabalhos outros se encontram na área manguezal, porém, não mantém vínculos entre homem e natureza. Pode-se destacar os trabalhos nas agências estatais, principalmente da prefeitura municipal e de governo do Estado em escolas e postos de saúde, além do comércio formal e informal

(definindo redes de comercialização). Porém cabe aqui ressaltar que o conceito de trabalho, descrito na introdução desta dissertação, diz respeito à sobrevivência e da relação homem natureza e não como fator determinante a geração da renda a partir do trabalho. Nesse sentido, estaremos preocupados em mostrar as dimensões do trabalho na área manguezal, dentro das atividades produtivas distintas entre pesca, agricultura e extrativismo nos aspectos relacionados com a produção de excedente e a reprodução familiar.

2.2.1 Agricultura em áreas manguezal.

No Brasil o modelo de desenvolvimento da agricultura moderna instalado desde a década de 40, tem se baseado em altas taxas de produtividade proporcionadas pela introdução de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, sementes híbridas, venenos químicos, e mais recentemente, a biotecnologia. Somente nos últimos anos vem se reconhecendo o impacto ambiental desse tipo de desenvolvimento: destruição dos solos e florestas, contaminação do ar, rios e mares. Somam-se ainda os problemas de saúde provocados pela intoxicação dos produtores trabalhadores agrícolas devido ao uso de agrotóxicos.

Na Amazônia brasileira a agricultura, por muito tempo não foi considerada uma prática econômica que viesse a dar resultados. Na região do Nordeste Paraense, influenciada por grandes redes hidrográficas, destacando a foz do rio Amazonas, o encontro do Amazonas com o rio Tocantins, o rio Pará, o rio Gurupi e outros rios menores, desenhando uma região de constantes inundações, com poucas áreas em que a agricultura de grande porte pudesse se desenvolver

(...) a agricultura nunca progredirá aí; as condições naturais lhe são desfavoráveis. Na mata espessa e semi-aquática que bordam grandes rios; um terreno baixo e submetido a um regime fluvial cuja a irregularidade, com o volume enorme de águas que arrasta, alagando nas cheias áreas imensas, deslocando grandes tratos do solo que são arrancados às margens e arrastados pela correnteza; nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território longe ainda de equilíbrio, o homem se amesquinha, se anula (...)

(Caio PRADO Júnior, 1998: p. 69)

Na área de estudo, a agricultura também se encontra diante do mesmo quadro, os aspectos fisiográficos dos ecossistemas *ecótomos*, de transição entre as diferentes paisagens que se apresentam a partir dessa formação indicam a impossibilidade do desenvolvimento da agricultura de grande escala. As maiores propriedades agrícolas do município se encontram ao sul, nas áreas de estradas de rodagem, pois são localizações

mais homogêneas. Na área manguezal, local de estudo, as propriedades agrícolas não ultrapassam 15 tarefas (100 por 50 m).

O que se percebe, é que o regime de transição entre o manguezal e a terra firme, determina a agricultura a característica uma baixa produção, devido o tamanho reduzido das áreas cultiváveis, a força de trabalho está dividida em outras atividades de produção. O manguezal funciona como um *limitante agrícola*, pois impede que a agricultura possa ultrapassar limites de produção. Dessa forma, apesar da agricultura no município de Bragança, ter grande importância econômica, em área manguezal, divide a sua importância com outras atividades de produção.

Na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Bragança, não existem informações estatísticas sobre a totalidade da produção agrícola, apenas registros dos acompanhamentos dos incentivos oferecidos aos produtores do feijão, principalmente o caupi. A Secretaria Municipal de Agricultura, divide os produtores do feijão caupi em três categorias no município de Bragança:

Grandes produtores, que representam 47,5% das áreas plantadas no município. Nessas áreas o plantio médio é superior a 100 tarefas. Os produtores desta categoria possuem máquinas próprias para realização da mecanização, que já vem sendo substituída pelo método de plantio direto. As sementes geralmente são colhidas dos próprios projetos e armazenadas em camburões após o expurgo. Os fertilizantes são adquiridos diretamente da fábrica. A colheita é feita através de famílias que trabalham por produção onde se paga 0,15 centavos por cada kg, o beneficiamento é feito através de bateadeiras próprias. A comercialização é negociada diretamente com empresários da Região Nordeste, e geralmente os preços são superiores aos do comércio local, localizados ao longo das rodovias, facilitando o escoamento de sua produção.

Médios produtores, que representam 27% das áreas plantadas, plantam áreas com média em torno de 15 tarefas de plantio. A maioria destes produtores dependem de máquinas alugadas, e do apoio de máquinas da prefeitura. Suas sementes são adquiridas através de programas da prefeitura. Os fertilizantes são comprados no comércio local e também são adquiridas na prefeitura. A comercialização é negociada diretamente com o atravessador e depende de preços fixados pelo comércio local. Estão situados

principalmente por trás das grandes fazendas nas rodovias, nas vicinais e nas áreas de rios e igarapés.

Pequenos produtores, que representam, 25,5% das áreas plantadas. Esses agricultores plantam áreas em torno de 5 tarefas. Dependem de máquinas da Secretaria de Agricultura e Ambiente onde também adquirem sementes para o plantio. O resultado da produção é vendido diretamente para os atravessadores.

Apenas um povoado da área manguezal, Acarajó, recebeu incentivos da Secretaria Municipal de Agricultura para a produção do feijão, confirmando a inexpressiva potencialidade econômica da agricultura em áreas manguezal.

A última categoria de produtores de feijão da classificação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, apresenta em sua estrutura interna a relação entre a produção para a sobrevivência do núcleo familiar e a comercialização do excedente daquela produção. Porém, bem diferente da agricultura encontrada em áreas manguezal (que detalharemos a seguir), essa categoria de agricultor familiar, está claramente enlaçada nos processos de comercialização.

Uma outra consideração importante quanto à classificação acima aludida da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, diz respeito as forças de produção empregadas no cultivo do feijão, na última categoria, pequenos produtores, a força de trabalho é originada do núcleo familiar, na categoria médio produtores, a força de trabalho é mesclada entre o núcleo familiar e a contratação por pequenos períodos, destacando a colheita do feijão, de mão-de-obra para o apoio nas atividades do trabalho; na categoria grandes produtores, a força de trabalho é toda contratada, sendo comum o contrato de toda uma família, incluindo crianças e adolescentes, para a realização de determinadas atividades do trabalho.

Segundo dados do IBGE (2001), o produto de maior potencial comercial da agricultura em Bragança, é sem dúvida a mandioca *in natura* (para o beneficiamento da farinha). Na tabela 07 temos um perfil, temos um desenho feito pelos técnicos da Secretaria local do IBGE que coletam dados quanto aos principais produtos comercializados. Merece destaque a produção da laranja, que, de acordo com o IBGE, a cada ano vem multiplicando a produção.

Tabela 07 – Principais produtos comercializados da agricultura em Bragança, ano 2001.

CULTURAS	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUÇÃO em toneladas
Mandioca (raiz)	7.000	7.000	70.000
Laranja	455	360	4.320
Feijão	3.340	3.340	2.672
Milho	800	800	480
Pimenta do Reino	246	136	326
Banana	10	10	220
Arroz de Várzea	30	30	105
Arroz Sequeiro	90	90	54
Malva	60	60	30
Castanha de Caju	48	48	24
Fumo	30	30	18

Fonte: Secretaria do IBGE em Bragança, 2001.

Em síntese, o que se percebe é que as atividades produtivas que envolvem a família como força de trabalho em Bragança, são importantes elementos para a economia do município, porém, no próprio município ela assume características diferenciadas. Se tomarmos como referencia aquela categorização da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, podemos considerar que os pequenos e médios produtores de feijão são agricultores familiares pois combinam o trabalho familiar como suporte das atividades realizadas na própria propriedade, representando cerca de 52,5% das áreas plantadas somente do feijão, não destacado, pela ausência de dados, a produção da mandioca, da laranja e do milho, sem considerar as áreas não relacionadas pela Secretaria que se encontram em áreas manguezal, que desenvolvem atividades agrícolas, mesmo que o principal objetivo seja o consumo familiar. Um aspecto relevante a ser destacado é que para os demais produtos colocados na tabela 07, as informações estatísticas são inexistentes ou descontroladas, não permitindo, portanto, uma análise mais consistente do panorama da agricultura local.

Em áreas manguezal a agricultura familiar é um importante sustentáculo para a reprodução familiar nas unidades de produção, isto é para a sobrevivência das famílias, contrário das outras áreas do município, onde a agricultura tem um papel central na garantia da produção de excedentes e formação de renda.

O que não significa que agricultura em área manguezal, prioritariamente destinada para o consumo familiar não possa ter excedentes para a comercialização ou para o escambo nas estruturas de parentesco, parentela e compadrio.

Nas unidades de produção familiar se diferenciam as forma de organização do trabalho, a partir de três possibilidades, uma primeira que se restringe aos membros da família (parentesco), uma segunda onde temos o trabalho familiar e a utilização da mão-de-obra além do núcleo familiar (compadrio, agregados, parentela), que são de fundamental importância para a realização do trabalho, em especial nos picos das atividades, percebe-se aí relações de trocas entre grupos domésticos que se efetivam em multirões, trocas de dias, partilhas da produção etc., e na última situação, onde temos o trabalho da unidade familiar e o contrato de reforços de mão-de-obra temporária para a realização de atividades, principalmente nos picos de trabalho.

2.2.1.a Sistema de produção agrícola pousio de curta duração em área manguezal.

O sistema pousio é comum em todo território nacional. Em Bragança, remonta desde a colonização. Consiste num sistema de produção associado a roças⁴⁰ e cultivo pela enxada, ateando-se fogo à vegetação: grama, pequenos arbustos ou florestas (fase inicial); após a utilização produtiva são abandonadas para adquirir fertilidade por certo período de tempo. Então outras áreas são preparadas para o cultivo, utilizando-se do mesmo processo. Esse período de pousio não ultrapassa dois anos, sendo reocupada posteriormente, devido as reduzidas parcelas de terra em áreas manguezal.

No início da colonização e da introdução da agricultura, o uso indiscriminado do solo através do sistema corte e queima, em área manguezal, proporcionou ao agricultor grandes problemas, não apenas em relação ao desmatamento, mas também pela situação específica de uma região onde a terra agrária sede espaço para áreas não cultiváveis. O

⁴⁰ Chama-se de Roça toda atividade agrícola que tem como processo de preparo o corte-e-queima.

rendimento do solo nos primeiros anos de pousio, era satisfatório, crescia sobre essas áreas uma vegetação de aspecto florestal (capoeira), que iria preencher num futuro não distante, uma função semelhante da mata original: sobre suas cinzas emergiram roças durante um seqüência de dois ou três anos. Porém o aumento populacional e pressão da demanda de mercado aceleraram o ritmo das rotações de terra. Os pousios não mais exercem aquela função de regeneradores do solo, pela redução dos intervalos de regeneração das áreas, enfraquecendo a qualidade da produção agrícola em área manguezal.

O distrito de Caratateua apresenta maior incidência de uso do sistema corte e queima em áreas manguezais, porém, não é comum o uso de substâncias químicas para incrementar a produção. O principal produto cultivado é a mandioca (para beneficiamento da farinha), seguido do feijão e milho. O consórcio entre culturas é muito comum, principalmente da mandioca com o feijão e/ou o milho. A produção é destinada para o autoconsumo, e o excedente, representado por uma parcela pequena, é utilizado para o escambo ou é vendido para agentes mercantis locais. (marreteiros).

Existe o cultivo de culturas perenes, destacando-se o murici, o caju, a banana e principalmente a laranja, etc. Além da prática comum de produtividade de quintais, que representam importantes suportes a sobrevivência familiar, através do cultivo de árvores frutíferas, horticultura. A criação de animais, como bois e porcos, em especial de aves (galinhas e patos) nos quintais da área manguezal, representa um importante mecanismo para a alimentação familiar..

2.2.1.b Sistema de produção agrícola integrado com a adubação orgânica e a tração animal em área manguezal.

A partir da década de 50 se verificam importantes modificações na cobertura vegetal agrícola da área manguezal, com a redução das áreas de mata de terra firme e o surgimento de capoeiras de diversos tamanhos. Em muitas localizações da área manguezal começam a surgir os primeiros cultivos de cultura perene, destacando-se o murici.

A diminuição das áreas de roçado, a substituição das cercas de madeira em tora pelas cercas de arame liso ou farpado, a quase eliminação, em algumas localizações da área manguezal, dos cultivos de arroz e milho, são importantes fatores que consolidaram

as mudanças nos processos de produção agrícola em área manguezal, somados aos fatores exógenos, principalmente pela extinção da estrada de ferro Bragança Belém trouxeram significativas mudanças para todo o município, destacando a dificuldade de escoamento da produção; essa mudança levou ao surgimento de novas técnicas de produção, inicialmente no povoado de Tamatateua, proliferando-se por outras localizações da área manguezal. Essas novas técnicas alinhavam-se a conjuntura da produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado local e, especialmente, para a reprodução familiar.

A tração animal para o plantio do fumo, surge no início da década de 50, impulsionada pela demanda do mercado do tabaco e o fortalecimento do circuito comercial desse produto, com a presença de agentes mercantis locais (marreteiros), bem como pela construção de estradas interligando as vilas e povoados à cidade de Bragança, levando ao aumento do número de produtores e à utilização da tração animal.

Em meados da década de 60, surge uma técnica de integração com o gado bovino para estrumagem das áreas de produção do tabaco, através do sistema pernoite e posteriormente a realização do plantio em leiras, com intuito de incrementar a produção do tabaco, como alternativa da redução dos períodos de pousio, em função da redução das áreas de mata do povoado de Tamatateua.

No final da década de 70, com a crise das empresas fumageiras da região e a conseqüente queda do preço do tabaco, inicia-se um declínio na produção. Os agricultores da área manguezal, incrementam a técnica e começam um processo de introdução da mandioca no lugar do tabaco, possibilitando o uso constante da área. No decorrer desse processo foi consorciado na mesma área de cultivo de leira a mandioca com o feijão, principalmente o caupi, a mandioca com o tabaco e a mandioca com o milho.

Atualmente, na área manguezal entre os povoados de Tamatateua e Acarajó, se reduziu a utilização do arado de tração animal e dos sistemas de corte e queima, sendo predominante o sistema de pernoite do gado e plantio em leira.

2.2.2 Extrativismo em área manguezal

As atividades do extrativismo animal são destaques enquanto recursos básicos para a comercialização em área manguezal. Entre os recursos podemos indicar como o

mais importante extrativismo comercial o caranguejo, onde 82% das residências da área manguezal mantém algum tipo de relação com aquele recurso (GLASER, 2000: p. 13). Outros recursos como, o mexilhão ou sururu, o turu, também assumem importância na comercialização em períodos e locais específicos na área manguezal⁴¹.

Existem dois sistemas de produção para o caranguejo na área litoral de Bragança: um para consumo e a venda do caranguejo vivo e outro para produzir massa do caranguejo para comercialização⁴². O impacto ambiental do sistema para venda viva é menos danoso que o do sistema massa, com menores taxas de produção por coletor e maiores tamanhos individuais dos caranguejos coletados, e também com uma época de “defeso natural” quando muitos coletores desistem da coleta por causa da queda na procura no mercado. Em contraste, a taxa de coleta, no sistema para produzir a massa, é bem mais elevada, os caranguejos são menores e esta prática ocorre durante o ano todo.

No sistema de produção do caranguejo temos dois importantes agentes, categorizados na divisão social do trabalho e do sexo: o tirador e a catadora. O tirador de caranguejo é o agente produtor que mantém relação direta com o ecossistema manguezal extraíndo o recurso do seu *habitat*; a catadora é a agente produtora que beneficia a carne do caranguejo em massa. No sistema de produção para a venda viva do caranguejo a agente produtora catadora não existe, pois é claro, o caranguejo é vendido vivo. Excepcionalmente, há casos de produtores extratores que comercializam a sua produção diretamente com o consumidor final, porém, isso não significa acréscimos significativos na margem de lucro para o produtor, pois a comercialização é feita com base na relação do preço do produto estabelecido pelos agentes mercantis.

No sistema comercial do caranguejo, existem agentes mercantis, localmente denominados de marreteiros e\ou atravessadores. Os agentes mercantis são responsáveis pela comercialização do recurso (seja o animal vivo ou a carne beneficiada), até o consumidor final. Os agentes mercantis podem estar no local da produção, sendo considerados os primeiros agentes (donos de barcos e caminhões), tendo como uma das funções específicas o deslocamento do produto até os consumidores finais em Bragança, ou até a outros agentes mercantis em locais diferentes, representados por feirantes, bares,

⁴¹ Ver mais sobre sistema de produção e comercialização do mexilhão em Blandtt, 1998.

⁴² Ver mais sobre sistemas de produção do caranguejo em Blandtt, 1999.

lanchonetes, supermercados etc., que vendem o produto para os consumidores finais desses locais.

A relação entre aqueles produtores extratores e agentes mercantis do recurso caranguejo nos levam a acepções do estabelecimento comercial na área manguezal. Para Barros (1997: p. 67), o estabelecimento comercial pode ser entendido como um complexo de bens, materiais e imateriais, que constituem o instrumento utilizado pelo comerciante para a exploração de determinada atividade mercantil. Nesse sentido, no circuito da comercialização do caranguejo se verifica a presença do aviamento, instituição muito comum na Amazônia desde a comercialização da borracha⁴³.

O termo "aviar", no contexto amazônico, constitui-se em um conceito regional que equívale a fornecer aos agentes produtores de caranguejo o que eles precisam para incrementar a produção e para a manutenção familiar, produtos alimentícios, de vestuário, escolar, medicamentos etc. Normalmente, tais mercadorias são superfaturadas e movimentadas em forma de escambo, caranguejo vivo ou carne beneficiada por mercadorias, gerando maior lucro ao aviador e maior dependência e exploração do produtor.

Na instituição aviamento a presença do dinheiro é muito pequena, permitindo que a extração do sobre-trabalho assumisse a forma de relações de compra e venda de mercadorias. Sem explicitar as relações de trabalho, de assalariamento entre os comerciantes e os produtores. As condições de vida da família produtora do caranguejo parecem depender da capacidade individual de trabalho de cada um. Na melhor das avaliações, são compreendidas como uma decorrência da produtividade e dos estoques de caranguejo na área manguezal.

A dependência entre os produtores extratores e os comerciantes permite a esses últimos determinar os preços para os produtos, resultando que os lucros do caranguejo são pouco realizados para os produtores mas, especialmente para os comerciantes. Não tendo muita chance de obter bom preço, o aumento da produção é a única opção do produtor extrator para incrementar a sua renda.

⁴³ Ver mais sobre o aviamento na Amazônia com Prost, 1998.

Os produtores dependentes dos comerciantes aceitam baixos preços para o produto, afim de proporcionar uma renda básica, recebendo ajuda em períodos difíceis como tempos de doença ou emergências súbitas. A ausência de políticas públicas estatais para os trabalhadores de manguezal como auxílio-doença, benefício de desemprego e linhas de crédito resulta em baixos preços para o produtor e margens elevadas de lucro para os comerciantes. O preço baixo para o produtor, em contrapartida, resulta em produção mais alta de caranguejo porque os coletores precisam gerar uma renda mínima para poder sobreviver economicamente em área manguezal.

Quanto à espécie caranguejo, para Diele (1999: p. 34) os caranguejos criam refúgios suficientes no manguezal onde os esforços do coletor para a captura não o alcançam, e também que o tamanho reprodutivo do caranguejo é bem mais baixo que o tamanho mínimo para o consumo e a venda dele. Isto simplesmente significa que o caranguejo já se reproduziu muitas vezes até que o macho ou a fêmea cheguem no tamanho suficiente para ser de qualquer interesse comercial. Então, a coleta nunca exterminará os caranguejos. A autora acrescenta que o esgotamento do caranguejo por causa de sua coleta excessiva não é um perigo (claro que o caranguejo seria exterminado por desmatamento das áreas manguezal). O que é um perigo na coleta é o esgotamento dos caranguejos do tamanho suficiente para venda, catação ou consumo em casa. Isto já aconteceu em vários locais desta região especialmente em áreas onde a coleta de caranguejo para produção de massa predomina (como no Distrito de Caratateua). O resultado foi que aqueles coletores de caranguejo passaram para outras áreas manguezal e freqüentemente terminaram em disputa com os usuários anteriores de suas áreas novas (CUNHA: 2000: p. 12).

O outro recurso que apresenta significativa importância para a composição da renda, o mexilhão, não tem processos complexos para comercialização. Diante das condições biológicas do recurso de curtos ciclos de vida, e das condições de vivência em colônias, somadas às condições de capturas, que não exigem mecanismos sofisticados, o recurso mexilhão, no ápice de sua produção, representa uma alternativa comercial significativa para os povoados que são usuários desse recurso. A produção é semelhante à do sistema caranguejo, com dois sub-sistemas básicos, entre o mexilhão catado e o mexilhão não catado, aquele primeiro com maiores potencialidades comerciais. Porém os

processos de comercialização são bem mais simplificados, se comparados com o sistema comercial caranguejo, não exigindo do estabelecimento empresarial a criação de instituições favorecedoras dos agentes comerciais, até porque o fluxo de produção e comercialização anual não chega a durar 4 meses.

O manguezal é um elemento importante, não encontrado em outras regiões da Amazônia, pois sua biodiversidade de recursos animais e vegetais propiciam uma variedade na alimentação dos povos do mangue. Para Glaser e Grasso (1999a: p. 19), o caranguejo é o recurso do extrativismo animal mais importante para a sobrevivência familiar, seguido pelo siri, turu e mexilhão, amoré etc. Árvores do manguezal, também são importantes recursos do extrativismo vegetal para a manutenção de moradias e o uso de armadilhas para o próprio extrativismo animal, a agricultura e a pesca.

Os recursos do extrativismo como elementos da reprodução familiar, estão relacionados às funções que cada membro familiar exerce no núcleo. Por exemplo, é comum o pai e o filho mais novo de uma família saírem para a extração do caranguejo, o pai sai em busca de comercializar o caranguejo, o filho de alimentar a família naquele dia.

O extrativismo no seio familiar não está sujeito a regras exógenas condicionantes da produção, já que os recursos utilizados pelo núcleo familiar são para o autoconsumo, e se quer obedecem a padrões de higienização. A produção para o consumo familiar é pequena e não tem impactos ambientais significativos.

Para a compreensão da dinâmica do uso familiar dos recursos extrativistas é importante destacarmos os sistemas de trocas como um dos elementos motivadores da reprodução familiar e correlação entre parentesco e compadrio. Existem intercâmbios entre os produtores, tanto do ponto de vista sociocultural quanto econômico. Alguns núcleos familiares dedicam maior parte do tempo em uma determinada atividade como é o caso dos produtores extratores do caranguejo e os pescadores voltados para a comercialização, cujas atividades podem ser vistas de forma separada, mas não excludente (ALVES, 1998: p. 50). Outros núcleos familiares desenvolvem atividades diversificadas, como a pesca, extrativismo do caranguejo e do mexilhão e agricultura, conforme alguns fatores exógenos como períodos e safra dos recursos e produtos.

Nessa segunda opção, os núcleos familiares trocam as forças de trabalho e os

gêneros alimentícios, constituindo redes de trocas, num processo de interação de circuitos de reciprocidade⁴⁴, importante suporte para a sobrevivência e a reprodução em áreas manguezal. As relações sociais de moldes não capitalistas indica o sistema de troca como um aspecto econômico presente nos núcleos familiares a partir da rotatividade nas diversas atividades de trabalho entendidas dentro da dinâmica de sazonalidade da área manguezal, especialmente dos recursos extrativistas.

2.2.3. Pesca em áreas manguezal

As atividades pesqueiras, ao contrário das atividades extrativistas e agrícolas, que não precisam de recursos sofisticados para o desenvolvimento das atividades de trabalho, exigem, dependendo do tipo de pesca, instrumentos, técnicas e experiências, destacando-se as categorias de frota pesqueira (embarcações), e as artes de pesca (modalidades de pesca, combinação entre apetrechos e métodos de pesca).

No município de Bragança predominam três tipos de pescaria: flúvio-lacustre e estuarina, costeira e de alto mar, existindo três grandes sistemas de produção interdependentes do pescado: subsistência, artesanal (pesca mercantil ampliada) e industrial⁴⁵. Nesse momento iremos ressaltar a pesca artesanal e a industrial que estão relacionadas aos excedentes de produção da pesca.

- A pesca artesanal, representa um setor de pescaria costeira, flúvio-lacustro e estuarina (1 a 10 dias de pesca em locais específicos dos rios, furos, lagos, estuário e costa). Tem mercado de consumo local, regional e nacional. Caracterizada pelas relações de compadrio e parentesco para a produção destinada para o auto-consumo e mínimo de excedente, havendo ausência de tecnologias avançadas e dependência nos processos de comercialização entre os produtores e agentes mercantis ou com os donos de embarcações do sistema de produção industrial. Utiliza a tecnologia de pequenos barcos (destacando as embarcações montaria, movidas a remo, casco de pequeno porte; canoa, embarcação movida a vela ou a remo e vela, sem convés ou com convés semi-fechado, com ou sem casaria, com quilha; canoa motorizada, embarcação movida a motor ou a motor e vela, com ou sem convés, com ou sem sacaria, comprimento menor

⁴⁴ Ver mais sobre circuitos de reciprocidade em Maués (1998)

⁴⁵ Ver mais sobre os sistemas ou estrutura da produção do pescado com Maneschy 1990, Diegues 1995, Glaser e Grasso 1998 e Cabral 1999.

que oito metros; e barco de pequeno porte movidos a motor ou a motor e vela, com casco de madeira, convés fechado ou semifechado, com ou sem sacaria, comprimento entre 8 e 11,99 metros. Destacando o pescado da Gó (*Macrodon aneyelodon*), Bagre (*Arius hertzbergii*), Uricica (*Canthorops sp.*), Amoré (*Eleotiedae guavina*), Caica Pratiqueira (*Mugil sp2.*).

- A pesca Industrial, difere principalmente pela divisão do trabalho entre empregados e empregadores. A produção é organizada com a introdução de moldes mecanizados (beneficiamento, filetagem e congelamento do pescado). Representa um setor de pescaria de alto mar (média de 10 a 45 dias diretos no mar) tem mercado consumidor nacional e internacional, utiliza a tecnologia de barcos (destacando os barcos de médio porte, embarcações movidas a motor ou motor e vela, com casco de madeira e ferro com casaria, convés fechado, com comprimento maior ou igual a 12 metros; os barcos industriais, embarcações motorizadas com casco de aço dotadas de equipamentos de apoio à navegação, captura e conservação do pescado, comprimento igual ou maior que 15 metros, com casaria, convés fechado e com maior autonomia; e os barcos geleiras – GEL – embarcações movidas a motor ou motor e vela, dotados de urnas ou câmaras que recolhem as produções de várias outras embarcações menores. Destacam-se pelo pescado de pargo (*Lutjanus sp.*) e pescada amarela (*Cynosicon acoupaI*) além de camarões e lagostas.

A produção do pescado desembarcado nos portos do município de Bragança é significativamente importante para a comercialização, porém, pouco se sabe da situação específica dos estoques e potencialidades. As pesquisas nessa área são ainda incipientes, não existindo informações sobre a interferência de compra do pescado do sistema artesanal pelos pescadores do sistema industrial, podendo aparecer a produção do artesanal no industrial. Um trabalho de levantamento de dados vem sendo implementado através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bragança e a parceria com outras instituições (Prorenda, Icomarã, Fanep e MADAM), no PDVA sub-projeto Água e Mangue, que vem abordando uma metodologia sistemática e continua, através de um monitoramento em que as vilas onde os portos estão sendo investigados recebem constantemente informações parciais quanto ao desenvolvimento das atividades de pesquisas e dados coletados.

Segundo os resultados parciais do PDVA Água e Mangue⁴⁶, as atividades de desembarque no município de Bragança estão sendo dominadas pela frota artesanal, compondo 94% da frota total, sendo responsável por 98% dos desembarques, representando 77% da produção total desembarcada. Quanto a frota industrial, compondo 6% da frota total, sendo responsável por 2% dos desembarques, representando 23% da produção total desembarcada (SINDICATO, 2001: P. 14).

O setor pesqueiro bragantino e os pescadores apresentam várias características de organização da produção, bem como de pescadores. Anteriormente, ressaltamos as modalidades artesanal e industrial. Cabe-nos indicar, também, o setor de pesca de subsistência (que apresenta discussões científicas integradas junto a equipe Sócio-economia do MADAM⁴⁷).

A pesca de subsistência, caracterizada como sendo exclusiva para o consumo familiar e pela ausência de mediação da moeda, além de reforçar as relações de compadrio e parentesco nos *sistemas trocas*, está combinada a outras atividades de subsistência ou comercial. Em Bragança, as atividades de pesca para a subsistência estão alocadas no estuário, furos, lagos e rios. Segundo Glaser et al. (1997: 18 p.), mais da metade da população da área manguezal está envolvida em atividades de pesca, 30% das famílias são pescadores de subsistência, sendo que a média de pescadores por casa chega a 1,36 (DIEGUES 1995: p. 187).

Em Bragança o pescador para subsistência concilia suas atividades com a produção do caranguejo e agricultura. Em geral a atividade de subsistência está destinada a outros membros da família, excluindo o chefe. Sendo comum ser uma atividade de mulheres, idosos e crianças, na concepção dessa pesquisa, este último representa uma categoria de aprendiz. O tempo de trabalho não ultrapassa o tempo de uma maré, ou seja a média de 8 horas de atividade/dia. Os instrumentos de trabalhos não são sofisticados, indicados pelo mínimo necessário para o desenvolvimento das atividades, além de representar uma baixa produtividade. Os peixes dos rios e furos são os mais pescados. A pescaria artesanal,

⁴⁶ Dados coletos em sete portos no estuário do rio Caeté, a saber: Vila de Ajuruteua, Ponte do Furo Grande, Tamatateua, Bacuriteua, Treme, Caratateua e Porto de Bragança.

⁴⁷ Ver nota 01.

também destina parte de sua produção para o consumo familiar, caracterizando um papel de subsistência, não-capitalista.

2.3. A Educação em áreas manguezal.

As dimensões da educação, podem ser formais ou informais. O sistema de educação formal está presente no seio da sociedade junto às instituições que buscam discutir os conhecimentos e a realidades dos indivíduos envolvidos nesse processo de acordo com os seus interesses ou os interesses daqueles que dominam ideologicamente a sociedade. Destacam-se as escolas, as igrejas, as associações e cooperativas, os partidos políticos etc., como instituições sociais que fazem uso da educação formal. Nesta pesquisa, nos interessa a compreensão dos desígnios da educação formal nas escolas.

O ensino regular em áreas rurais teve seu surgimento no fim do 2º Império e implantou-se amplamente na primeira metade deste século. O seu desenvolvimento através da história reflete as necessidades que foram surgindo em decorrência da própria evolução das estruturas socio-agríarias do país (CALAZANS, 1981, 13 p.).

A monocultura da cana-de-açúcar, que dominou a economia do país até a metade do século passado, prescindia de mão-de-obra especializada. No entanto, com o advento da monocultura cafeeira e o fim da escravidão, a agricultura passou a carecer de pessoal mais especializado para o setor. Outras culturas secundárias, mas de alguma importância para o setor agrícola, também tiveram um desenvolvimento crescente, decorrendo daí a necessidade de pessoal com a qualificação a ser dada pela escola. Desse modo, o ensino profissionalizante, começou a impor-se como uma forma de suprir as necessidades que se esperava a partir do ensino escolar.

Para Pimenta (2000: p.12), as revoluções agro-industriais e suas conseqüências no contexto brasileiro, principalmente a industrialização, provocaram alterações que obrigaram os detentores do poder no campo a concordar com algumas mudanças, como, por exemplo, a presença da escola em suas propriedades rurais. Assim, a escola surge no meio rural brasileiro tardia e descontínua. Essa indicação é um fenômeno complexo e está articulada a um conjunto de relações que necessitam ser analisadas, essas breves

indicações sinalizam para os aspectos da trajetória da escola pública rural e a produção de projetos e programas especiais, integrados no meio rural com propostas educacionais explícitas, dentre as quais destaca-se a escola formal.

As tendências da origem e da organização escolar estão intrinsecamente vinculadas aos fatos de nossa própria formação social e política: país de colonização, de trabalho fundado na escravidão e no latifúndio, por longo tempo, Colônia, Império, República. As origens filiam-se por sua vez, às idéias da educação da época trazidas da Europa, de onde procediam os colonizadores.

Em Bragança, essa lógica não é distante. A escola surge somente no final da década de 30. No dia 23 de novembro de 1938, o Dr. José Carneiro da Gama Malcher, Interventor do Pará, assinou o decreto de fundação do Colégio Santa Terezinha em Bragança, sendo esta a terceira escola fundada no Pará. Em 1939, inicia-se o funcionamento do Colégio Santa Terezinha, dirigido pela Igreja Católica, através da Prelazia do Guamá (ARQUIVO MUNICIPAL, 1943: p. 375).

A partir de meados da década de 60, surgem as escolas públicas que foram multiplicadas, existindo tanto na área rural, como na área urbana. Na área manguezal, encontramos muitos problemas, pois os modelos de ensino seguem uma lógica urbana, dificultando todo o processo de desenvolvimento no âmbito escolar.

(...) a escola ao ser levada ao campo defronta-se com as mais diversificadas formas de processos produtivos, com ambientes culturais heterogêneos e com clientelas diferenciadas, com valores e aspirações próprias. Metidas nestes grupos 'desiguais', sem atender à exigência de conhecê-los para introduzir ensinamentos a partir de seus 'saberes'

(CALAZANS, 1981: 115 p.).

Na área manguezal, encontramos o nível da Educação Básica (infantil, fundamental e médio), de acordo com o artigo 26 da lei número 9394\96 de diretrizes e bases da educação nacional, com os ensinos infantil, fundamental e médio. O ensino infantil existe nas vilas e povoados com maior número de habitantes, apresentando muitos problemas, desde a infra-estrutura dos prédios até a formação dos professores. O ensino fundamental existe na 1ª etapa (1ª a 4ª série) em toda a área manguezal, e nas vilas e povoados com maior número de habitantes até a 2ª etapa (5ª a 8ª série). Esse

nível de ensino que é obrigatório (artigo 26 1.b) da lei 9394\96), apresenta a maior carga de problemas, pois encontramos aqui as turmas multiseriadas, sem nenhum apoio metodológico para o seu funcionamento, professores leigos, falta de prédios escolares, longos períodos sem merenda escolar, ensino pautado na realidade urbana, altos índices de evasão e repetência. E o ensino médio, implantado recentemente na Vila de Caratateua e povoado do Treme, onde além dos problemas similares aos do ensino fundamental, os professores são de Bragança, acabando por não se envolverem, ou não conhecerem a realidade local, apresentando um ensino descontextualizado da realidade em que está inserido.

O sistema de educação formal, por não estar estruturado para a realidade da área manguezal, ao contrastar-se com o trabalho no uso do manguezal em que crianças e adolescentes em idade escolar acabam abandonando o sistema formal de ensino e buscando no trabalho a única alternativa de sobrevivência, haja vista que a educação formal é desmotivadora para a população da área manguezal. Essa perspectiva não é uma realidade atual, pois 45% dos trabalhadores rurais em área manguezal são analfabetos (BLANDTT, 1999: p. 67).

Entre toda a estrutura de ensino da área manguezal, a educação a distância, tem sido utilizado como um elemento de divulgação da educação sem títulos de qualidade, devido as enormes distâncias e dificuldades de transporte na área e em toda a Amazônia.

(...) considera-se educação à distância a forma de ensino que se baseia no estudo ativo, independente e possibilita ao estudante a escolha dos horários, da duração e do local de estudo, combinando a veiculação de cursos com material didático de auto-instrução e dispensando ou reduzindo a exigência da presença.

(BRASIL, artigo 84 da lei número 9394\96 de diretrizes e bases da educação nacional)

Em Bragança, funciona a Rádio Educadora AM, emissora da igreja católica funcionado para a jurisdição da Diocese de Bragança, que em 1961 introduziu pela primeira vez na Amazônia brasileira o MEB (Movimento de Educação de Base), através do SERB (Sistema Educativo Radiofônico de Bragança), modalidade de educação a distância que atinge um raio de 1.000 km da cidade de Bragança.

Não poderíamos deixar de mencionar os processos de educação surgidos a partir do contexto informal, ou seja, socializados na cultura, aqui entendida como um mecanismo de transmissão de geração em geração, de conhecimentos, valores, atitudes, crenças etc., acumulados por uma população autóctone, erguida a partir da miscegenação entre os europeus, indígenas e escravos africanos.

É importante destacar que a dimensão da educação informal existente nos processos pedagógicos das relações sociais, intrínsecas da convivência humana e nas famílias, de maneiras a criar os preceitos da ética e dos valores sociais, seja elas no âmbito da religião, do trabalho, da sexualidade, do relacionamento humano, nas estruturas comerciais etc.

O ato educativo é muito mais que uma tarefa instrutiva, é um processo dinâmico e constante, onde a todo o momento o homem está sujeito a seu embricamento, não sendo possível, vivendo em sociedade, escapar dele. O senso comum é um atributo desse processo, haja visto que, acumula um referencial de experiências contidas na lógica sócio-cultural de aprendizagem cotidiana, onde a cultura é um elemento definidor da vida humana. No Capítulo I, artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9.394 de 1996, rege,

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

(BRASIL, LDB, artigo 1ª , capítulo I, da educação)

Na área manguenzal, os processos de atividades de trabalho são elementos culturais, inseridos noutro processo, aquele do ato educativo constante e dinâmico, onde cedo os filhos dos trabalhadores são sujeitos ao ofício do trabalho. É comum os filhos dos trabalhadores rurais, apesar destes afirmarem não desejar que os filhos tenham o mesmo trabalho que o seu, comecem a desenvolver atividades de trabalho semelhante a de seus pais (Ver foto 06), independente do gênero masculino ou feminino e de cada atividade pertinente.



FOTO 06 Adolescente extrator de caranguejo (Blandtt, 2000).

Ao mesmo tempo, é clara uma lógica cultural em que o trabalho deve ser iniciado quanto antes para os mais jovens, pois acredita-se é através do trabalho que as crianças e os adolescentes aprenderão a serem responsáveis, e, dessa forma, assumir funções sociais, tipo casar e ter filhos, com maior segurança. Essa lógica é um elemento cultural do processo educativo, ou seja, na área manguezal, as pessoas aprendem a trabalhar cedo, para serem mais responsáveis quando adultas, e para isso, se for preciso abandonar o processo educativo formal, em função

da herança cultural, é muito lógico, pois o que mais vale para a cultura local é uma criança trabalhadora do que uma criança na escola.

CAPÍTULO III

O trabalho infanto-juvenil no uso do manguezal e a educação fundamental

Neste terceiro capítulo estaremos preocupados em incorporar o conjunto de informações coletadas no trabalho de campo, preocupando-nos em identificar as raízes tradicionais do analfabetismo e do trabalho infanto-juvenil, e assim, verificar a relação de causa e efeito da pobreza no meio rural.

3.1 Breve comentário sobre o trabalho infanto-juvenil na zona urbana de Bragança.

O trabalho de crianças e adolescentes representa um importante mecanismo para a reprodução familiar nos países em desenvolvimento, como o Brasil, especialmente naqueles cuja diferença na qualidade de vida entre ricos e pobres é acentuada pela desigual distribuição de renda. Um dos agravantes pela manutenção da desigualdade na divisão da renda no Brasil, está na rápida e concentrada revolução industrial, que, a partir da década de 50, fez explodir aglomerados urbanos, criando, na maioria dos casos, grandes áreas de concentração humana de forma irregular, sem planejamento, provocando vários problemas de ordem ambiental e sócio-econômica (UNICEF, 1998: 23-56)¹¹.

Igualmente graves são os problemas que esse tipo de concentração humana provocam, como doenças e *stress*, além de problemas sociais oriundos da má qualidade de vida como violência e promiscuidade, sem contar com a ausência ou os péssimos serviços públicos básicos, como educação, saúde, habitação e saneamento, tudo isso inserido num ciclo de reprodução da pobreza. Na cidade de Bragança essa realidade não é diferente, por possuir pouco mais que 100 mil habitantes, não é um grande centro urbano, se comparado com as grandes cidades brasileiras, com pouco mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2001: p. 43), porém, já carrega problemas semelhantes aos de cidades maiores. Destacamos aqui o trabalho de crianças e adolescentes no mercado informal do comércio local e em pontos turísticos, a prostituição infantil e o recrutamento para a colheita do feijão (agosto a outubro, com pico em setembro). O trabalho infanto-juvenil urbano em Bragança pode estar assim classificado:

1. *Ambulantes infantis*: crianças na faixa etária de 05 a 13 anos, principalmente meninos, trabalham no mercado informal do comércio da cidade, vendendo lanches produzidos por seus pais ou por parentes, vizinhos ou mesmo pequenas redes de comercialização de lanches. Esse tipo de trabalho acontece nos horários noturnos. Até mesmo pela madrugada, é comum encontrar crianças vendedoras ambulantes, expostas a situações de riscos, condutas que afetam a integridade da formação social. Os principais locais do trabalho de crianças ambulantes são durante o dia, o centro comercial, as escolas públicas, a praia de Ajuruteua, os estádios de futebol e ginásios atléticos; durante a noite, nos bares e restaurantes, nas praças e pontos de encontro, nas portarias das festas, na praia de Ajuruteua etc. Segundo o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente - CTCA, em 1995 existiam 366 crianças em situação de risco, submetidas ao trabalho infantil na área urbana de Bragança e, segundo o mesmo Conselho, no período de janeiro de 2000 a junho de 2001 foram registrados 529 casos de trabalho infantil urbano.
2. *Aviltamento do corpo*: crianças e principalmente adolescentes estão inseridos em redes de prostituição, e conseqüente exposição subumanas e humilhações sociais na perda da identidade sexual e até mesmo da sexualidade, além de se submeterem a violência e a exclusão do convívio em sociedade. Os principais pontos de prostituição infantil em Bragança estão na zona do porto (incluído a feira livre e as casas de prostituição), no trevo da Rodovia Bragança-Viseu (destacando como o principal local de prostituição infantil, com a presença de sete casas de prostituição), e em locais informais como nas festas dançantes, nas escolas da periferia e no trevo da avenida Polidório Coelho com a avenida Monumental Governador Mendonça Furtado. O Programa Sentinela ‘de olho para o futuro’⁴⁸ que se preocupa com as situações de risco e trabalho envolvendo sexo e sexualidade, funcionou em Bragança no ano de 2000. Foi desativado por falta de verbas do governo federal, não deixando nenhum diagnóstico da situação do trabalho infantil através da prostituição.

⁴⁸ Política Pública do governo federal que visa prevenir os abusos e a exploração sexual para crianças e adolescentes.

3. *Recrutamento para a agricultura*: crianças e adolescentes urbanos, juntamente com todos os membros das famílias são recrutadas para a colheita do feijão, no mês de setembro. A evasão escolar é significativa, gerando até mesmo o abandono total da escola. No povoado do Acarajó⁴⁹, segundo as observações dessa pesquisa, no período de setembro de 2001, a evasão chega a 47% dos alunos da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, devido a colheita do feijão, e a média dos alunos, em todas as disciplinas, na terceira avaliação (agosto a outubro), é menor do que nas outras avaliações dos alunos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

Algumas iniciativas vem sendo tomadas na cidade quanto a situação do trabalho infantil. Destacamos a iniciativa da Fundação Crianças de Dom Elizeu, instituição mantida pela igreja Católica, através da Congregação Missionárias de Santa Terezinha, que há 11 anos vem atuando junto a crianças e adolescentes em situação de risco, buscando resgatá-las das ruas, oferecendo algum tipo de ofício, bem como atuando com o acompanhamento dos pais dessas crianças e adolescentes no apoio psicossocial e com programas de capacitação para a geração de renda.

A Fundação Crianças de Dom Elizeu é um instituição filantrópica, mantida através de convênios com a Prefeitura Municipal de Bragança (através das Secretarias de Promoção Social, de Educação e de Saúde), Secretaria Executiva de Educação do Pará que destina profissionais do seu quadro funcional (entre eles pedagogos, psicólogos e assistentes sociais), parcerias com CDL – Clube de Diretores Lojistas de Bragança, Rotary Club e Lyons Club que fornecem apoio em atividades específicas, bem como na manutenção de prédios e carros, e também, parcerias com paróquias da Igreja Católica na Europa, principalmente na Itália, onde famílias apadrinham crianças e passam a doar uma bolsa mensal para as famílias das crianças, administradas pela Fundação, e estas passam a estar vinculadas a Fundação, acompanhando os programas desenvolvidas.

O funcionamento da Fundação Crianças de Dom Elizeu é em regime de semi-internato, onde as crianças e adolescentes precisam estar freqüentando a escola, depois retornam para a Fundação onde participam de um dos programas oferecidos, destacando-se a fabricação de sandálias, a produção de sabão, a macenaria, as oficinas de arte (música, dança e teatro),

⁴⁹ Situado cerca de 1 km da área urbana de Bragança, podendo ser considerado um bairro-rural.

a produção de hortaliça e leguminosa, e a pequena indústria de malharia. Atualmente, a Fundação atende, entre crianças e adolescentes, 77 pessoas, tem um prédio no centro histórico de Bragança e um prédio no bairro rural Samaumapara.

Uma outra iniciativa, que já vem sendo instalada em todo o Brasil, é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Em Bragança, a Secretaria Municipal de Promoção Social sistematizou um projeto através do decreto 174\01 de 19 de novembro de 2001, e enviou para a Secretaria de Estado de Assistência Social. Segundo dados do Tribunal de Contas do Estado do Pará (janeiro de 2002), Bragança é um dos municípios que poderiam receber o benefício, mas por estar com a prestação de contas municipais irregulares ou atrasadas, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ainda não foi aprovado para a instalação.

Apesar de ser um tema muito importante para a análise histórico-social, o trabalho infantil urbano não é o foco dessa pesquisa. Passemos, agora, a tratar do trabalho infantil na área manguezal, que é o assunto dessa pesquisa, considerando a importância e a necessidade de estudos direcionados para a realidade urbana de Bragança.

3.2 As dimensões do trabalho infantil na área manguezal

O trabalho infanto-juvenil é absorvido por meios de ocupações pouco qualificadas e com baixa remuneração. Na área manguezal existe trabalho infanto-juvenil remunerado em todas as ocupações de atividades de trabalho (GLASER, 2000: p. 23).

O trabalho infantil não representa uma categoria importante para a formação da renda na área manguezal (ver tabela 08). Apenas a agricultura (4%), o beneficiamento do caranguejo (3%) e a pesca comercial (3%), configuram como atividades rentáveis para crianças em idade de zero a quatorze anos, pois se dedicam a atividades de trabalho voltadas para a subsistência familiar. Em média, as crianças são incentivadas pelos familiares ao trabalho a partir dos quatro anos de idade, porém, somente aos sete anos, para as atividades de trabalho dedicadas aos meninos (ver tabela 08) e aos cinco para as atividades de trabalho dedicadas às meninas (idem tabela 08), é que o trabalho infantil vai assumir importância para a reprodução familiar.

Tabela 08 - Ocupações e fontes de renda entre faixas etárias (percentagem das pessoas dentro da faixa etária):

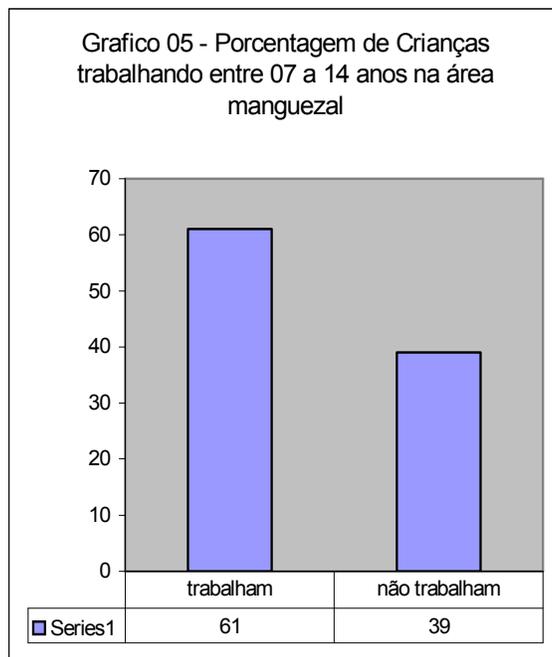
Ocupação	0-14 anos	15-29 anos	30-44 anos	45-59 anos	+ 60 anos	População Geral
Agricultura, Criação de Animais	4%	26%	32%	36%	36%	19%
Aposentaria, Pensão	0,29%	0,28%	3%	9%	9%	7%
Beneficiamento de Caranguejo	3%	8%	12%	9%	9%	6%
Coleta de Caranguejo	0,48%	14%	16%	19%	19%	9%
Comércio de peixe, Caranguejo, frutos do mar	0,19%	3%	4%	8%	8%	2%
Comércio geral	1%	5%	12%	8%	8%	4%
Marisqueiros	0,29%	1%	2%	3%	3%	1%
Outras Ocupações não relacionadas com o mangue	4%	32%	48%	38%	38%	22%
Outras Ocupações relacionadas com o mangue	0,48%	3%	5%	5%	5%	2%
Pesca industrial	3%	28%	30%	36%	36%	18%

Fonte: Glaser, 2000: p. 13.

Nos processos de trabalho, as atividades do trabalho infantil são apêndices das atividades de trabalho de seus pais, irmãos mais velhos ou responsáveis (Gráfico 05). Ou seja, na maioria das vezes, o regime de recrutamento para o trabalho não acontece, até os quatorze anos, diretamente entre os agentes mercantis (atravessadores) e as crianças, quem

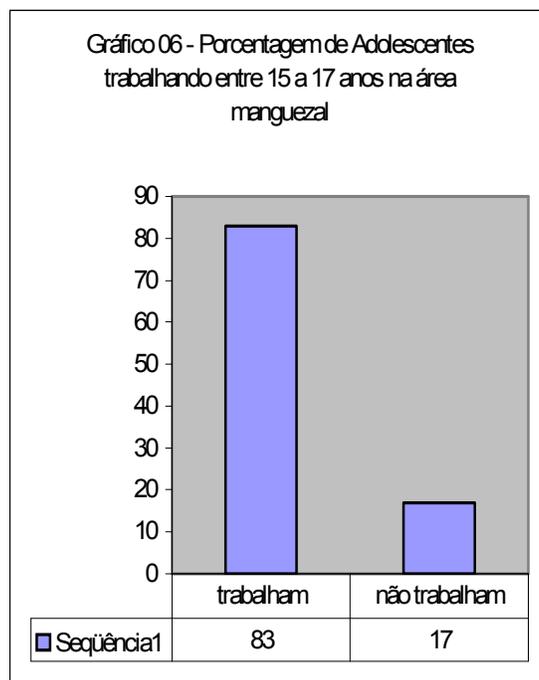
lhes incube de participar da exploração da força de trabalho e do processo comercial são seus entes familiares.

Gráfico 05 – Porcentagem de Crianças trabalhando entre 07 e 14 anos na área manguezal.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

Gráfico 05 – Porcentagem de adolescentes trabalhando entre 15 e 17 anos na área manguezal.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

Para os adolescentes, o trabalho representa um recrutamento importante para a formação da renda familiar (gráfico 06), principalmente na pesca comercial (28%), exatamente por ser uma categoria onde a relação de trabalho é estabelecida entre patrões e empregados (tabela 06), dessa forma, o trabalho dos adolescentes, que já tem força física semelhante a de um adulto, é mais recrutado devido o salário destinado a eles serem mais baixos se comparados com os dos pescadores adultos. A partir dos 15 anos de idade, os meninos já estão participando dos processos de trabalho assalariado, principalmente na pesca industrial e na agricultura (grandes produtores). É muito comum para os adolescentes constituírem famílias na faixa etária entre 15 a 17 anos, exatamente, quando passam a receber remuneração pelo seu trabalho.

Entre os trabalhadores rurais entrevistados na área manguezal, 69% deles formaram famílias na faixa etária de 15 a 17, procriando a média de sete filhos por família. Os enlances familiares dos adolescentes acontecem através dos 'roubos'(mancebia), formando as redes de parentescos por aliança. Tem o padrão de habitação patriarcal, na tendência de concentrar os filhos e as filhas nas mediações da casa do pai (os filhos e as filhas herdaram as terras do pai). Essa vinculação representa uma relação social predominante e determinante para as uniões precoces entre os adolescentes, e de certa maneira, incentivadora do enlace entre os adolescentes.

Tabela 09 – Ocupações e fontes de sobrevivência para crianças e adolescentes (porcentagem dentro da faixa etária).

Ocupações	04 a 06 anos	07 a 14 anos	15 a 17 anos	TOTAL
Agricultura	1%	43%	31%	75%
Coleta de caranguejo	3%	29%	21%	53%
Beneficiamento caranguejo	4%	33%	12%	53%
Pesca	3%	28%	10%	41%
Pesca do Siri	7%	19%	1%	27%
Marisqueiros (mexilhão, turu, ostra)	6%	19%	0,29%	25,29%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

A agricultura é para as crianças e adolescentes a principal fonte de ocupação, devido o trabalho da agricultura não capitalista em área manguezal estar direcionado para o gênero feminino. As mães acabam arrolando crianças e adolescentes para as atividades da agricultura, representando uma ocupação permanente o ano todo. Os adolescentes (meninos) acabam se ocupando com a coleta do caranguejo e as crianças com o beneficiamento do recurso. A divisão das atividades entre crianças e adolescentes para a sobrevivência diz respeito a uma lógica onde as crianças acabam sendo mais importantes do que os adolescentes, haja vista que são atividades sem ou com baixa remuneração, visando a alimentação familiar (reprodução) e estão sempre sendo gerenciados pelas mães (tabela 09). Já os adolescentes acabam se aproveitando menos com as ocupações para a sobrevivência familiar, e se inserem em trabalhos para a formação da renda, dessa forma estão mais próximos dos pais e da lógica de produção de excedentes e da constituição de novos núcleos familiares.



FOTO 07 - Trabalho infantil na pesca (Saraiva, 1999)

A divisão social do trabalho na área manguezal se inicia com o trabalho infanto-juvenil. As atividades de extração para a comercialização do caranguejo e da pesca são dominados por homens adultos, a extração e a pesca desses mesmos recursos para a reprodução familiar é um

trabalho dedicado aos meninos (Ver foto 07), posteriormente, quando adolescentes, já se iniciam na comercialização. Em contra partida, para as mulheres, o trabalho doméstico, agricultura e o beneficiamento do caranguejo são suas atividades quase exclusivas, incumbidas para o gerenciamento, solicitando ajuda aos homens para desenvolver atividades mais penosas, como o corte e queima na agricultura. Há também atividades em que as crianças representam o potencial na mão-de-obra, como o caso da extração e beneficiamento do mexilhão ou a pesca do siri.

Tabela 10 – Ocupações e fontes de sobrevivência para crianças e adolescentes divididos por gênero (descrição de atividades).

Faixa Etária	Principais ocupações de trabalho para os meninos	Principais ocupações de trabalho para as meninas
04 a 06 anos de idade	Colheita do feijão, laranja e milho	Colheita do feijão, laranja e milho
	Beneficiamento da mandioca (trabalho de limpeza e retirada da casca)	Beneficiamento da mandioca (trabalho de limpeza e retirada da casca)
	Coleta do mexilhão	Coleta do mexilhão
	Tiração do caranguejo	
	Catação do caranguejo	Catação do caranguejo
	Pesca do amoré e outros pequenos peixes	
		Atividades domésticas
07 a 14 anos de idade	Plantio e colheita do feijão e milho	Colheita do feijão e milho
	Plantio, colheita e beneficiamento da mandioca	Plantio e beneficiamento da mandioca
	Colheita da laranja, pimenta-do-reino, malva e castanha do caju.	Colheita da laranja, pimenta-do-reino, malva e castanha do caju
	Outras atividades agrícolas (tabaco e arroz entre outros)	Outras atividades agrícolas (tabaco e arroz entre outros)
	Coleta do caranguejo	
	Beneficiamento do caranguejo	Beneficiamento do caranguejo
	Pesca artesanal	
	Coleta do Siri	
	Coleta do mexilhão	Coleta e beneficiamento do mexilhão
	Coleta de marisco (ostra e turu)	
	Atividades domésticas	

07 a 14 anos de idade	Plantio e colheita do feijão e milho	Colheita do feijão e milho
	Plantio, colheita e beneficiamento da mandioca	Plantio e beneficiamento da mandioca
	Colheita da laranja, pimenta-do-reino, malva e castanha do caju.	Colheita da laranja, pimenta-do-reino, malva e castanha do caju
	Outras atividades agrícolas (tabaco e arroz entre outros)	Outras atividades agrícolas (tabaco e arroz entre outros)
	Coleta do caranguejo	
		Beneficiamento do caranguejo
	Pesca artesanal	
	Coleta do Siri	
	Coleta do mexilhão	Coleta e beneficiamento do mexilhão
	Coleta de marisco (ostra e turu)	
		Atividades domésticas

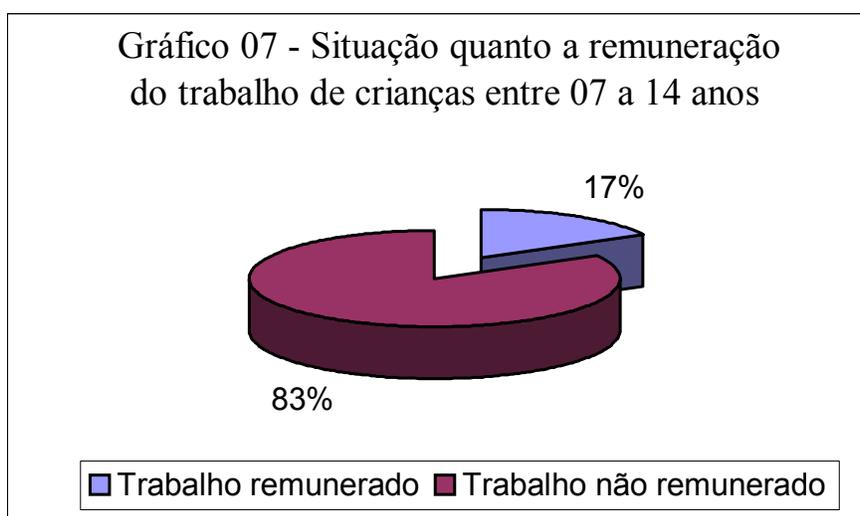
Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

O trabalho remunerado é uma categoria distinta para crianças e adolescentes. O trabalho infantil não representa uma categoria importante como resultado de atividade econômica (gráfico 07). Porém para supérstite humana, representa um elemento central para a reprodução familiar, pois através do trabalho para a alimentação (meninos) ligado ao trabalho doméstico (meninas), de preparo da alimentação, representam uma importante base do sustento do núcleo familiar.

Em outras palavras, estamos afirmando que o trabalho infantil é o responsável pela alimentação familiar, sem o reconhecimento da importância dessa atividade pelo chefes e demais participantes do núcleo familiar e dessa forma, constituindo uma '*atividade invisível*'. Aqui fica clara a necessidade econômica do trabalho infantil, pois sem essa atividade, os núcleos familiares teriam que reorganizar sua divisão de trabalho interno, e assim, acarretando exigências a outros membros dos núcleos familiares, privando os membros familiares de outras ocupações não-produtivas, ou mesmo fortalecendo o

envolvimento dos trabalhadores rurais na instituição aviamento, pois precisariam incrementar a produção.

Além do exposto acima, o trabalho infantil está inserido numa lógica cultural de pressão psicossocial, onde no cotidiano da sua família, a criança vai percebendo a realidade de pobreza em que está inserida; a partir do convívio acaba sendo incentivada a contribuir com a família, participando das atividades de trabalho, num processo contínuo de interação, até o ponto de estar totalmente alocada como peça indispensável para a sobrevivência familiar na área manguezal.

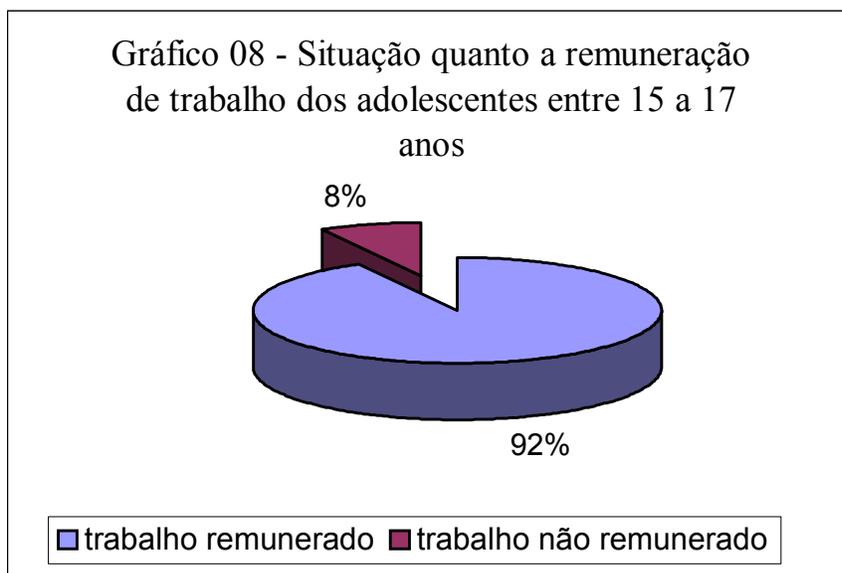


Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

Um monitoramento⁵⁰ da alimentação básica das famílias mais carentes na área manguezal indicou a presença da farinha de mandioca (proveniente do trabalho infantil), arroz (produto comercializado, fruto do trabalho de adultos através da compra ou da instituição aviamento ou através das trocas simbólicas), feijão (proveniente do trabalho infantil), e algum recurso do manguezal, tipo caranguejo, siri, mexilhão, amoré, cutuca, turu, mel de abelha, outros peixes ou camarão (provenientes do trabalho infantil). Outros alimentos também são importantes, como o açúcar, café, óleo de cozinha, enlatados conservantes (produtos comercializados, fruto do trabalho de adultos através da compra ou da instituição aviamento ou através das trocas simbólicas), e temperos secos (pimenta, cominho, corante etc.), e outros derivados alimentícios como o tabaco, frutas, verduras e

⁵⁰ Monitoramento realizado com as famílias pesquisadas junto ao período de observação de campo.

legumes, ervas medicinais, animais domésticos (galinha, patos, perus, porcos), pimenta de cheiro, milho e eventualmente, em localizações específicas, a caça de animais silvestres como a paca e o tatu (provenientes do trabalho de crianças e das donas de casa).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

Para os adolescentes, o trabalho remunerado representa uma forma de recrutamento indispensável para auto-sustento financeiro. Um monitoramento nos portos da vila de Caratateua e Treme, quanto a quantidade e a idade dos tiradores de caranguejo, indicou que 43% dos trabalhadores são menores de idade. Porém, alguns atravessadores acabam por preferir adolescentes para o trabalho, haja vista que, segundo esses próprios atravessadores, representam uma categoria de trabalho mais produtiva, mais disposta e com custos menores. Mesmo as adolescentes se envolvem em atividades de trabalho, como a catação do caranguejo, ou atividades domésticas nas chamadas *casas de família*, onde se submetem ao trabalho adolescente, por uma remuneração irrisória. Das famílias entrevistadas, daquelas que tem adolescentes, todas já tiveram suas filhas trabalhando como empregadas domésticas.

3.3. O trabalho infanto-juvenil e a educação fundamental na área manguezal

O sistema de ensino na área manguezal de Bragança está sob a responsabilidade do

município e do estado (tabela 11). A municipalização da educação não aconteceu em Bragança, e nas áreas rurais existem escolas do ensino fundamental que pertencem ao Estado. As escolas pesquisadas foram:

Tabela 11: Relação das escolas pesquisadas e os locais de estudo, 2001.

Vila\povoado	Escola
Tamatateua	Escola Municipal de Ensino Fundamental André Valino
Tamatateua	Escola Estadual de Ensino Fundamental Braziliano Felício da Silva
Acarajó	Escola Estadual de Ensino Fundamental Domígas Corrêa
Acarajó	Escola Municipal de Ensino Fundamental Tarcila Corrêa da Gama
Caratateua	Escola Municipal de Ensino Fundamental Pr. Angelo Maria Abeni
Tamatateua	Escola Estadual de Ensino Fundamntal Prof. Edelbardo Melo
Caratateua	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Albino Cardoso Pereira

Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

As escolas pesquisadas apresentam características comuns, em todas funcionam o regime de turmas multiseriadas no ensino fundamental. As turmas multiseriadas, também poderiam ser chamadas de *turmas multi problemáticas*, onde os alunos da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série estudam numa mesma turma, o professor leciona para no mínimo duas séries ao mesmo tempo, no mesmo horário e espaço. Os recursos didáticos são escassos, a merenda escolar é esporádica, a formação do professor é deficiente (tabela 12), em alguns casos é leigo (2%) ou tem apenas o curso primário (39%), e na maioria dos casos (55%) é formado com o curso de magistério (de acordo com a antiga lei de diretrizes e bases da educação nacional n.º. 5.692\1971, que reconhecia o 2º grau em Magistério, enquanto curso profissionalizante), e raramente são portadores do diploma de nível superior (4%).

Tabela 12: Formação dos professores entrevistados que trabalham no ensino Fundamental (1ª a 4ª série) na área manguezal, 2001.

Categoria	%
Leigo	2
1º Grau (lei 5.692)	39
Magistério (lei 5.692)	55
Superior	4

Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

Os conteúdos programáticos ensinados são os mesmos sistematizados na área urbana, pois a quantidade de alunos por escola na área manguezal é pequena, não sendo possível a tiragem de remessa específica para aquelas localizações, inclusive, os livros didáticos distribuídos são os mesmos direcionados para todo o Brasil. Apesar dos professores terem a oportunidade de escolherem os seus livros, estes acabam chegando em quantidade insuficiente e com as temáticas diferentes das escolhidas pelos professores.

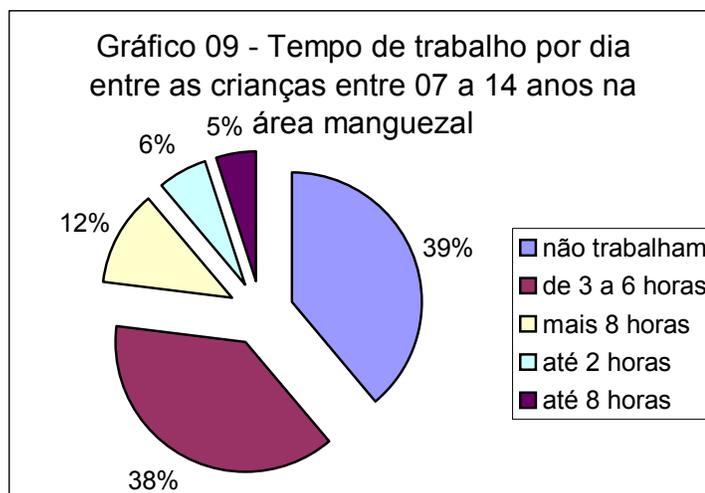
Para o ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e o ensino Médio (implantado em 2001 na vila de Caratateua e povoado do Treme), os problemas se diversificam pela falta de professores para lecionar matérias, deixando os alunos durante o ano letivo inteiro sem algumas disciplinas, além de enfrentar a baixa assiduidade dos professores, que são na maioria de Bragança ou Augusto Corrêa, pelas dificuldades de se locomoverem até as áreas manguezais, bem como a necessidade de participação, na comunidade escolar e local, dos professores que é praticamente inexistente, pouco conhecem a realidade local, e com isso, *importam conteúdos, metodologias e até mesmo a realidade urbana* para o ensino no meio rural.

Os alunos, pela ausência da educação infantil em quase toda a área manguezal (até 2002 só existiam três escolas infantis, no Treme, em Caratateua e no Acarajó), e pela falta de participação dos pais na preparação inicial dos alunos para a escola (até mesmo pelo fato dos pais não terem instrução escolar suficiente para isso), acabam chegando à escola pela primeira vez (1ª série do ensino Fundamental), sem conhecer letras e números, sem coordenação motora para manusear lápis e canetas, e até mesmo sem saberem reconhecer alguns tipos de cores, com isso, relegando o ensino da 1ª série à uma etapa preparatória para a própria 1ª série, que seria retardada para a dimensão da 2ª série, isso quando os alunos conseguem sair da primeira 1ª série.

Um aspecto relevante diz respeito que, nas escolas pesquisadas, 46% dos alunos são matriculadas pela primeira vez fora da idade estabelecida pelo MEC como ideal para o egresso no ensino Fundamental (7 anos e 6 anos), variando entre 08 anos até 13 anos de idade. É muito comum os alunos estudarem desde os 07 ou 08 anos e completar os 17 anos e ainda não terem ultrapassado a 4ª série, pois os índices de retenção na mesma série são

grandes.

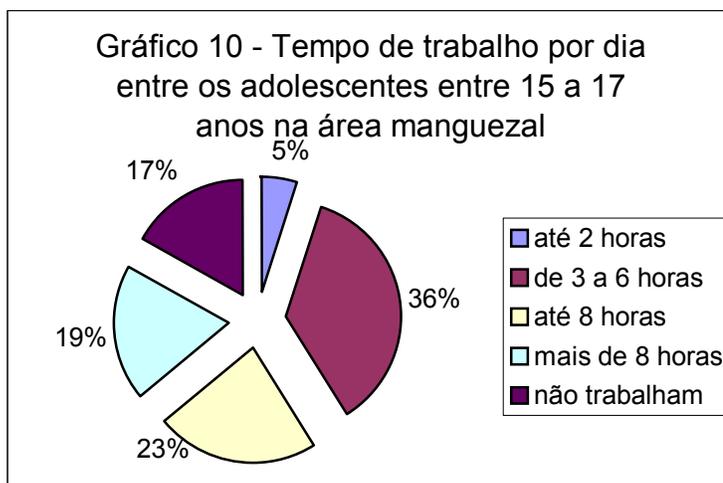
É importante destacar a questão da continuidade dos estudos depois da 5ª série, pois apenas no Tremé e no Caratateua, existe o ensino fundamental e médio, aqueles que desejam continuar estudando tem que se deslocar para um desses locais, ou mesmo viajar até Bragança ou Augusto Corrêa para estudarem a partir da 5ª série (situação mais comum) sendo transportados através de ônibus doados pela Prefeitura Municipal (recursos do FUNDEF), situação que aflige ainda mais a questão educacional, haja vista que, é necessário disponibilizar mais tempo para se dedicar aos estudos, fato esse que vem de encontro com a realidade, principalmente de adolescentes, que já estão inseridos no mundo do trabalho, para continuarem estudando e trabalhando acabam tendo que optar pelo ensino noturno na cidade.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

O trabalho, durante o ensino fundamental, que coincide com o período da infância (07 a 14 anos), representa para 50% (12% mais de 8 horas e 38% até 8 horas por dia de trabalho, gráfico 09) das crianças um grande empecilho para os estudos, pois se ocupam em atividades sem remuneração, nos três horários, respectivamente de ensino durante o dia, dificultando a frequência à escola. Alguns desses alunos acabam se matriculando no 2º turno de estudo (intermediário, 11 às 14 e 30 horas), para poderem conciliar, porém se esbarram com a realidade, e com a falta de adaptação das escolas para com estas.

Não diferente, o trabalho para os adolescente se conflitua com o calendário e os horários da escola, 42% (19% mais de 8 horas e 23% até 8 horas por dia de trabalho, gráfico 10) dos jovens se ocupam em atividades remuneradas, dessa forma, o estudo torna-se desmotivador, inclusive, no relato dos professores, é comum esclarecerem que os jovens dormem durante o horário da aula, devido o cansaço e esforço físico do trabalho durante o dia.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

O trabalho na área manguezal é determinado pelas condições climáticas, biológicas e geográficas, tipo, horário da maré (em média, a cada 40 minutos por dia a maré antecipa seu horário, com isso durante o ano a maré alta pode acontecer 6 horas da manhã, e cinco dias depois pode acontecer 9 horas da manhã, e aqueles que dependem dos recursos extraídos do mangue ou da pesca, e que precisam de barcos para as saídas de trabalho, acabam tendo que optar entre os horários fixos da escola e a dinâmica dos horários da maré), safra do feijão, mandioca, tabaco, milho (períodos distribuídos durante o ano todo, intensificados de junho a setembro, quando acontecem as colheitas, nos quais famílias inteiras são recrutadas para o trabalho, incluindo crianças e adolescentes de ambos os sexos).

Nas escolas da área manguezal, como em todo o Estado do Pará, está sendo implementado o sistema de dependência nas séries anteriores, para evitar a reprovação. A partir da 5ª série, esse sistema, na área manguezal, acabou agravando um outro problema, o abandono escolar. Como crianças e adolescentes são importantes para a sobrevivência dos núcleos familiares, quando estes ficam em dependência, tem que ir para a escola em um outro horário, para cursar a disciplina no qual não alcançaram rendimento para aprovação no ano anterior, isso significa, na prática, mais um embate entre escola e trabalho

Os programas do governo federal que vem sendo implantados na área manguezal, como o bolsa escola, que visa manter a criança na escola através do bônus de 15 reais por filho, não atingem a população carente como um todo, além de não serem suficiente para suprir ou substituir a renda gerada pelas crianças, principalmente, por que, o trabalho desenvolvido sem remuneração, não é visto como trabalho insalubre. Na verdade o bônus do bolsa escola federal cria muitas expectativas, porém se esbarra na realidade do trabalho na área manguezal, principalmente por sua perversão.

3.4. Trabalho infanto-juvenil na área manguezal: *legalmente condenado, socialmente aceito e economicamente necessário.*

Trabalho e educação de crianças e adolescentes são segmentos conflituosos na área manguezal. Não encontram e não buscam pontos de congruência e\ou complementaridade, acabam se tornando competidores, lutam pelo tempo de crianças e adolescentes. Podem ser descritos assim: a educação existe defeituosa, sem diretriz e com pouco reconhecimento popular quanto a sua importância; o trabalho, que precocemente insere crianças e adolescentes no sistema exploratório comercial, os condena à *equidade da pobreza* junto com seus familiares. A escola na área manguezal, não tem cumprido o seu papel social, pois,

(...) tradicionalmente, à educação tem sido atribuído o papel social de transmissão de valores de grupos, com o fim de assegurar sua conservação. Para cumprir este papel, a educação deve exercer duas funções na sociedade: socialização e diferenciação (...) com o desenvolvimento da sociedade industrial e a ênfase dada ao papel econômico da educação, duas outras funções da educação se acentuam: a formação profissional e a elaboração e difusão da ciência e da técnica.

(HORTA, 1982: p. 33-34)

Para os professores entrevistados, a educação consegue socializar os conhecimentos, mas não abrange as diferenças sociais, não penetrando na formação profissional e na difusão de elementos científicos e/ou técnicos. Apenas repassa conteúdos descontextualizados, que não aprimoram ou mesmo sensibilizam os alunos e professores para o ato político. Dessa forma, a educação na área manguezal está fadada ao insucesso e as constantes desaprovações populares, que ainda concebem, mesmo que culturalmente, o trabalho de crianças e adolescentes como instrumentos indispensáveis para a reprodução social, mesmo que uma reprodução da pobreza.

Seguindo essa lógica, os mesmos professores entrevistados aceitam que o trabalho de crianças e adolescentes é importante para a reprodução familiar, acreditam que é através do trabalho que os indivíduos podem chegar a disciplinas de responsabilidade social, mesmo que para isso, percam a inocência da infância. Também, os pais de crianças e adolescentes compartilham dessa mesma idéia. Para eles, quanto mais cedo se inserirem nos processos de trabalho, logo aprenderão os ofícios que levam à dignidade, porém, justificam que não gostariam que os filhos tivessem as mesmas condições de atividades de trabalho que as suas. Assim, é possível considerar que o trabalho infanto-juvenil é socialmente aceito e incentivado na área manguezal.

Do que já foi dissertado no capítulo 1 dessa pesquisa, o trabalho infanto-juvenil é legalmente condenado, mesmo que isso ultrapasse uma lógica econômica de necessidade, o corpo de leis representado pela Constituição Federal do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente condenam o trabalho infantil até os 14 anos e excedem para adolescentes de 15 a 17 anos na condição de aprendiz em escolas de formação profissional.

Mesmo que essa lógica seja distinta da realidade de famílias que vivem em situação de pobreza nas mais diversas ocasiões e distribuídas por todo o território nacional, inclusive para as famílias da área manguezal de Bragança que dependem de seus filhos e vice-versa como cúmplices da luta pela sobrevivência humana, ou seja para a reprodução familiar, bem como sua dependência daqueles que os exploram economicamente, seria difícil, mais do que hoje, para as famílias pobres da área manguezal, sobreviverem sem o apoio do trabalho sem remuneração de seus filhos crianças e do trabalho remunerado de seus filhos adolescentes. Assim, o trabalho infanto-juvenil é economicamente necessário na área manguezal.

3.5. Pobreza e trabalho infanto-juvenil na área manguezal.

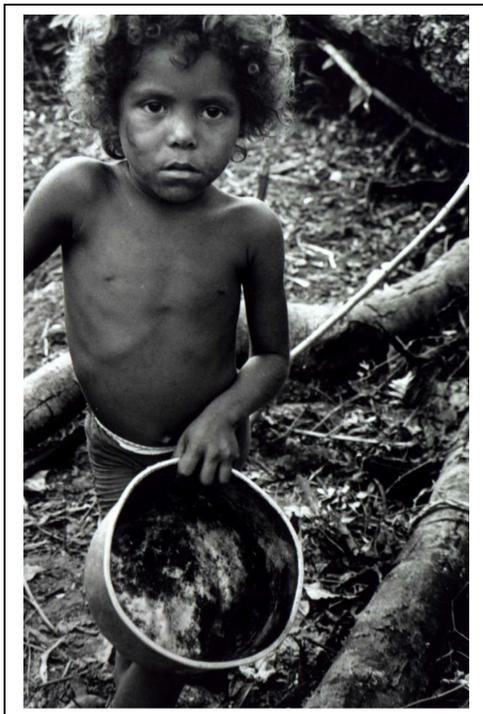


FOTO 08 – Pobreza na área manguezal
(Kawagem, 2000).

A pobreza é um fenômeno complexo, que engloba várias dimensões, tais como: baixa renda, fome e saúde precária, entre outros (WORLD BANK: 1995, p. 30). Sua definição tem sido objeto de debate por parte de vários autores, nem sempre chegando a consenso. Em sua definição mais restrita a sua definição tem sido levada a associação com severas privações impostas aos indivíduos na escolha e acesso a bens e serviços. A grande crítica ao conceito de pobreza, enquanto insuficiência de renda, refere-se ao fato de esta não refletir adequadamente diferenças na acessibilidade dos indivíduos e famílias a serviços básicos, tais como: habitação, saúde, educação, transporte e lazer (TOLOSA, 1991: p. 30).

A crítica a análise da pobreza, medida pela insuficiência de renda, constitui-se em um dos motivos para a utilização do método de mensuração a partir da insatisfação de necessidades básicas. Esse enfoque refere-se a uma série de bens e à qualidade dos mesmos, sem os quais certas necessidades elementares não poderiam ser satisfeitas. A questão é que a não satisfação daquelas privaria os indivíduos, impedindo suas possibilidades de adquirir os instrumentos necessários para a interação plena a sociedade (FILGUEIRA, 1994: p. 31).

Estudos recentes mostraram que conjugando indicadores de pobreza referidos à renda com outras dimensões da pobreza, levantadas pelos indicadores de satisfação de

necessidades básicas⁵¹. Seguindo essa linha, partiu-se do pressuposto de que a análise do fenômeno pobreza não se esgota nos estudos de indicadores de renda. A perspectiva adotada, embora considere a renda como uma *proxy* altamente relacionada com outras dimensões da pobreza, principalmente no Brasil, onde o Estado não tem conseguido garantir condições sociais mínimas adequadas, busca estabelecer uma complementaridade entre o rendimento domiciliar e os indicadores sociais para a análise e mensuração da situação de pobreza das crianças na área manguezal.

Existe uma grande parcela da população na linha da pobreza na área manguezal (Ver foto 08), pois os indicadores de renda remetem para uma realidade, onde a circulação do dinheiro por mês em famílias da área manguezal, daquelas famílias que sobrevivem dos recursos do manguezal, da pesca e da agricultura numa intenção comercial, chega a média de 40 reais (BLANDTT, 1999: p. 86-99). Concomitante, essas mesmas famílias são as mais desprovidas de saúde (muitos filhos por casais, e mortalidade infantil acima da média dos povoados, para cada 10 nascidos 04 óbitos), saneamento básico (condições de higiene, as vezes por falta de informação da própria família ou negligência dos órgãos responsáveis em informar; falta de água tratada e até energia elétrica), educação (são as famílias que menos concebem a importância social da educação, onde existe crianças que nunca frequentaram a escola).

É importante destacar que a educação não pode ser entendida como a *salvadora da pátria quanto à questão pobreza*. A educação é um elemento indispensável enquanto indicador de sucesso para potencializar o desenvolvimento social e conseqüentemente do desequilíbrio dos condicionantes da pobreza. Porém, por si só, não tem a função, a pretensão e nem muito menos o poder de retirar pessoas da linha de pobreza. Ela significa, quando bem patrocinada (digo, currículo adequado à realidade, discussões políticas em seu conteúdo, metodologia adaptada aos condicionantes locais etc.), um acesso a informações, que podem levar a perspectivas de leitura de realidade, e assim a percepção daqueles explorados pelo sistema comercial e excluídos de bens e serviços poderiam, dessa forma, buscarem maior participação social, através de sua própria organização, e assim, começarem um processo de repensar a lógica sócio-econômica na qual estão inseridos. Dessa forma, a primeira situação a ser modificada seria a própria educação, que contribui

⁵¹ Ver OIT, 1996: p. 234; Filgueira, 1994: p. 23-35; World Bank, 1995: p. 45; Rocha, 1990: p. 65; Batista, 1994: p. 89; DANE, 1993: p. 56.

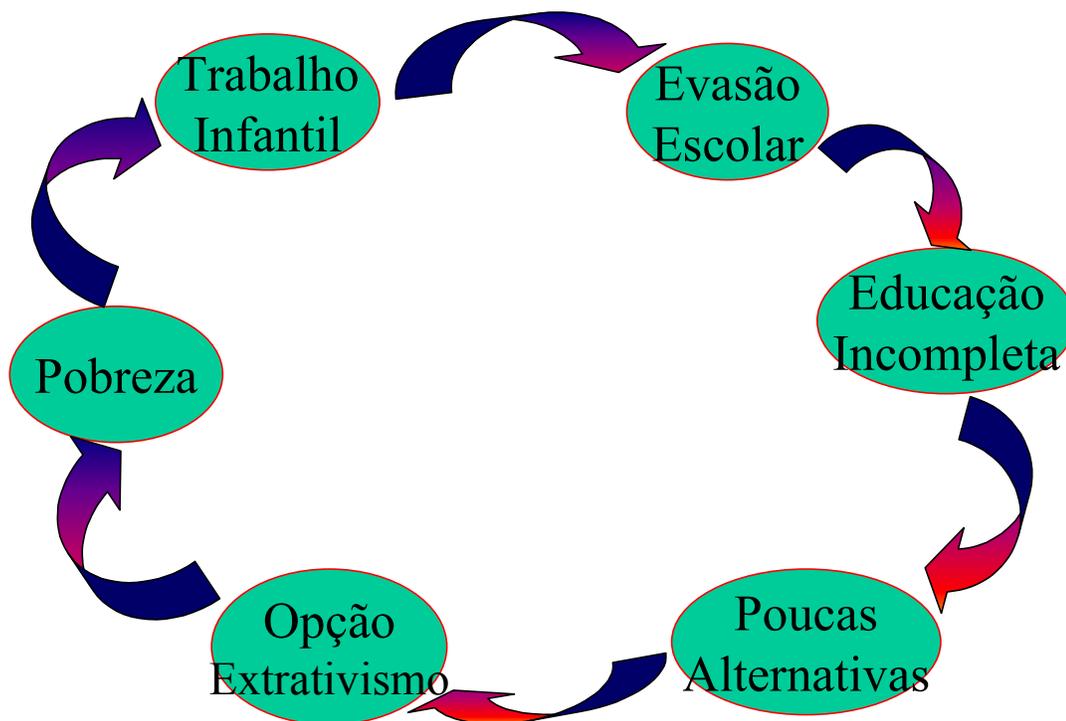
para a reprodução social e está atrelada ao referencial cultural da pobreza, e assim conquistar uma educação popular, para as conquistas dos excluídos.

Um exercício etnográfico nos três povoados onde a pesquisa se concentrou nos indica a geografia da pobreza na área manguezal. Segundo uma lógica contemporânea, os pobres se situam nas margens dos centros urbanos, se utilizando de pequenas parcelas de terra a sua produção e com poucas alternativas de renda, porém são encontrados por todas as áreas urbanas dos povoados. Em Caratateua, podemos falar do Una, bairro-rural, isolado do centro urbano, onde se concentra uma população de jovens, crianças, adultos e idosos, que nunca a lógica cultural todos tiveram a mesma situação do trabalho, a extração do caranguejo como a principal fonte de renda, exatamente, por ser a atividade que tem maiores possibilidades para a sua execução, haja vista que não precisa de recursos sofisticados para o seu desenvolvimento. Somente uma luva que cobre toda a extensão dos braços, confeccionada artesanalmente, serve para proteger a mão e braços dos trabalhadores quando se embrenham na captura do caranguejo; o gancho, utensílio confeccionado com uma vara que apresenta no final um gancho, serve para procurar o caranguejo quando está muito profundo em suas tocas, além de outros tradicionais, todos feitos artesanalmente, tipo a sapatilha, o chapéu, o pano etc. No Acarajó, destacamos o bairro-rural Acarajozinho, onde a produção do caranguejo é significativa, conciliada com a pesca para a sobrevivência no rio Caeté; e em Tamatateua, poderíamos destacar não só um, mais vários pontos, pois o povoado não é urbano, funciona em ilhas distribuídas pelos campos naturais, que parte do ano ficam alagadas, isolando áreas tipo da Enseada Funda, que tem como base de sobrevivência a produção do caranguejo e agricultura de quintal.

O ciclo da pobreza é cultural (organograma 02), as populações estão inseridas numa lógica de dominação perpetuada de geração em geração, iniciada a partir do trabalho infantil, reforçada no trabalho adolescente; constituída pelo abandono da escola, onde os trabalhadores acabam não completando os seus estudos básicos em função do trabalho, que na área manguezal, para aqueles desprovidos de capital para investimento, o recurso caranguejo é uma das poucas alternativas de sobrevivência, no qual irão se inserir na instituição aviação onde serão explorados economicamente, perpetuando a pobreza; nesse meio tempo, acabam formando novas famílias, que seus filhos, sem alternativas irão participar desse ciclo através do trabalho infantil e dessa forma reforçando o ciclo cultural

de reprodução da pobreza na área manguezal.

Organograma 02



Fonte: Glaser, 2000: p. 12.

Por fim, é necessário considerar a população da área manguezal estar inserida na lógica da tragédia dos comuns, devido à situação de bem comum do ecossistema manguezal e de seus recursos, principalmente a abundância do caranguejo. Já é visível a degradação ambiental, causada pela ação humana, principalmente pelos produtores que sobrevivem do sistema massa para beneficiamento do caranguejo. Essa lógica é reforçada pelo fator cultural, quando a tragédia ainda é mais comum quando crianças e adolescentes participam desse processo de reprodução social da pobreza comum a todos os pobres, desgastando, dessa forma, cada vez os estoques do recurso caranguejo, possibilitando a sua escassez de tamanho comercializável no mercado atendente.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Conclusões e perspectivas

1. Perspectivas e a realidade na área manguezal

A última década foi fecunda em iniciativas visando a promoção das condições de desenvolvimento para a sobrevivência e proteção das crianças e adolescentes, no tocante de seus direitos, enquanto dignos de perspectivas cidadãs. Tudo isso, pode se considerar, que teve início com a discussão promovida pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança, realizada em 1989 (TOLOSA, 1991, p 45), juntamente com a Cúpula Mundial pela Sobrevivência e Desenvolvimento da Criança (realizada em 1990, TOLOSA, 1991, p 46), onde um marco se define quanto ao futuro da infância mundial, a partir do reconhecimento dos deveres que a Sociedade, o Estado e a família têm para garantir o bem-estar e as condições de vida da criança e do adolescente, não pautando apenas como uma questão assistencial ou filantrópica.

Na última década, também, encontramos fortes mudanças nos padrões demográficos, com acentuadas quedas nas taxas de demografia humana. De acordo com a última pesquisa sobre Demografia e Saúde Reprodutiva, realizada pela Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar – BEMFAM, consta que,

‘(...) para o conjunto do país, mais de 76% das mulheres em união fazem uso de algum método de controle de reprodução (...) as mudanças de comportamento reprodutivo tiveram impacto excepcional, não só sobre o ritmo de crescimento geral da população, mas também sobre a distribuição e crescimento dos diversos grupos etários, produzindo profundas alterações na estrutura de idade’

(BEMFAM, 1993:citado por BATISTA, 1994 p. 15).

É importante destacar que esse aspecto, por suas múltiplas implicações sobre a composição populacional atual e futura, apresenta profunda relevância, ultrapassando o significado meramente demográfico porque determina mudanças das demandas sociais e culturais de segmentos específicos da população, impactando, sobretudo, aquelas políticas que demandam investimentos vultosos, destinados à satisfação e melhoria de qualidade dos serviços básicos como, por exemplo, educação, saúde, emprego e assistência social.

Esse tipo de análise decorre de estruturas específicas, surgidas a partir de lógicas sociais e econômicas configuradas para o Brasil, nos próximos anos. É um importante instrumento para alicerçar análises detalhadas e combinadas dessas configurações em nível nacional com as realidades de cada região e localidade, bem como traçar comparações com as configurações em nível mundial.

Falar da infância e da adolescência para as próximas décadas, através de cenários, do mundo até Bragança, contextualizando as mudanças de ordem a influenciar diretamente nessa realidade, seria um exercício para apontar possíveis caminhos ou pistas que possam levar à realização do planejamento estratégico de políticas e como base para avaliação de perspectivas e de desenho social futuro.

2. Bases para a construção de possíveis cenários para Bragança e a realidade de crianças e adolescentes (2002-2025)

A análise do documento '*Amazônia: cenários sócio-econômicos e projeção de demanda de energia elétrica no horizonte 2010*⁵²', constitui-se, provavelmente, no primeiro exercício abrangente de construção de cenários para uma macro-região brasileira, utilizando técnicas contemporâneas de antecipação de futuro. Foram definidos quatro cenários em nível nacional e três cenários para a Amazônia, o que para essa pesquisa cabe um relato desses cenários, e discussão de um onde se insere Bragança, especificamente:

2.1 Condicionantes dos possíveis Cenários Mundiais

No panorama internacional, as transformações provocarão significativos impactos, como problemas ambientais, demográficos, sociais, culturais e as intensas inovações tecnológicas, além da estabilidade entre as nações quanto a conflitos armados e diplomáticos, principalmente entre países do ocidente e do oriente. Os condicionadores do futuro mundial podem ser enumerados como principais: revolução científica e tecnológica (provocando mudanças importantes nos processos de produção, e conflitos com os conceitos culturais estabelecidos principalmente pelas igrejas cristãs); envelhecimento

acelerado da população mundial (aumento da expectativa de vida e redução das taxas de fertilidade); desigualdades entre países ricos e pobres (reforçando a concentração econômica mundial); degradação ambiental (deterioração do ar atmosférico, destruição dos solos, poluição das reservas de água e redução da cobertura florestal); desequilíbrio na economia mundial e conflitos armados e diplomáticos entre nações cristãs e muçulmanas (guerra armada e diplomática, atentados terroristas).

2.2. Condicionantes dos possíveis Cenários Brasileiros

O Brasil em 2025, ainda terá de enfrentar déficit nas contas externas e do setor público, baixo crescimento econômico, aumento do desemprego formal, problemas ambientais e fragilidade nos blocos políticos. Todavia, é possível prever-se que em 2025, o Brasil alcançará posição destacada no cenário mundial, experimentando um longo período de prosperidade, com redução significativa da pobreza e melhoria dos indicadores sociais (ELETRONORTE, 1988: p 45).

Segundo o IBGE (citado por FRANCO, 1998: p. 24), em 1998, o Índice de Desenvolvimento Social – IDS, do país como um todo foi de 0,618, exprimindo os seguintes resultados específicos: esperança de vida ao nascer, 68 anos; mortalidade infantil, 34 mortes por mil nascidos vivos; grau de alfabetização, 84% do total de adultos; frequência à escola, 69%; e PIB per capita de US\$ 5.073.

São muitos os fatores que devem ser analisados para identificar e avaliar a desigualdade social brasileira. Um mesmo nível de renda pode significar condições de vida distintas, dependendo da localização regional, da localização e do custo da moradia, das condições de saúde, do grau de estabilidade das fontes de renda, das condições de trabalho, do grau de escolaridade, etc. A desigualdade social brasileira é multifacetada e sua complexidade deve ser considerada na formulação de políticas públicas.

Os condicionantes externos (decorrentes dos cenários mundiais), que produzem impactos sobre a realidade nacional são: integração dos mercados e internacionalização da produção; configurações e comportamento do sistema financeiro mundial; evolução do

⁵² Documento da Eletronorte no estudo de Cenários Sócio-energéticos da Amazônia, período de 1988 a 2030.

sistema de regulação mundial; e a integração do Brasil com parceiros internacionais no âmbito do Continente (Mercosul e Alca). Os condicionantes internos indicam a crise e reestruturação do Estado brasileiro; permanência de baixas taxas de inflação; reestruturação produtiva da economia brasileira; estrangulamento da infra-estrutura; inovações tecnológicas e deficiências nos sistemas de educação, ciência e tecnologia; desemprego tecnológico e mudança nas relações de trabalho; permanência da pobreza e das desigualdades sociais; envelhecimento da população e mudança na estrutura etária brasileira (Eletronorte, 1988: p. 47-52)

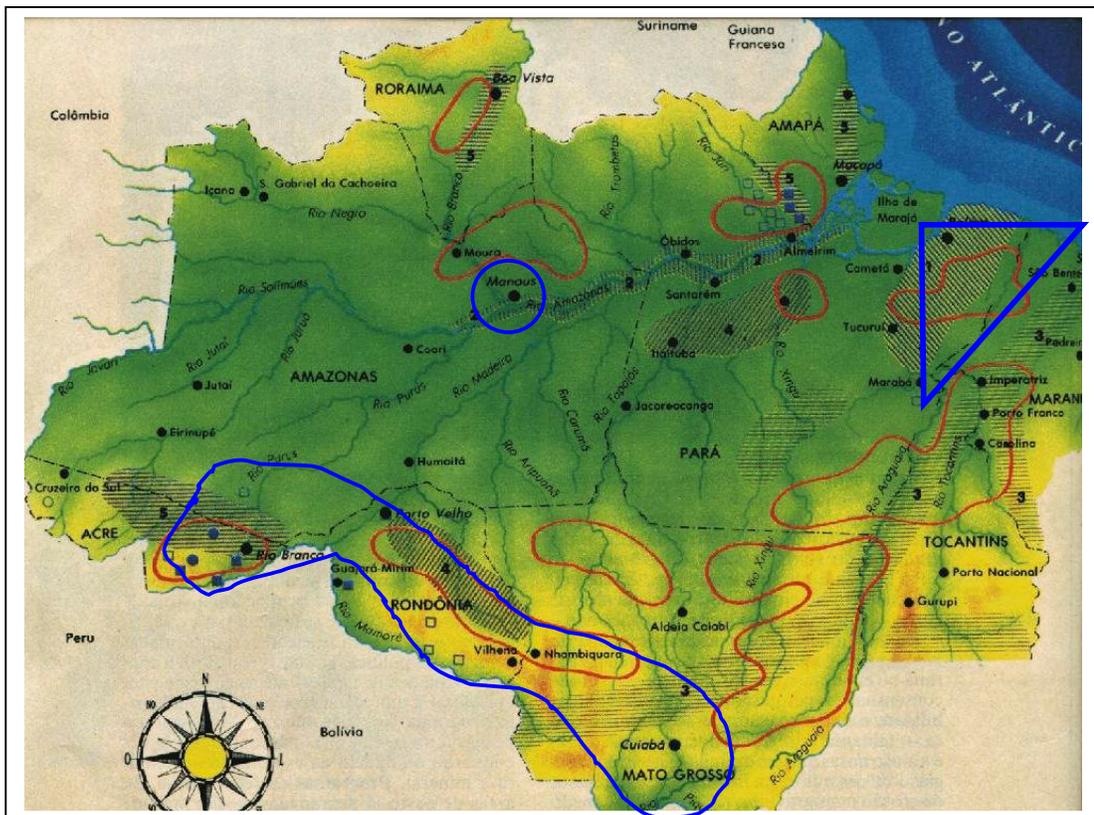
2.3. Condicionantes dos possíveis Cenários para a Amazônia

Durante os anos 60 e 70, a Amazônia experimentou um intenso processo de transformação, integração e crescimento econômico. Da situação de isolamento, a região foi se integrando com a economia nacional e mesmo mundial. Este redesenho do espaço regional levou a formação de três pólos de desenvolvimento, sem interação econômica, para eles convergindo o movimento de imigração, trazendo diferentes potenciais de transformação local, modernização e impactos sobre a região:

- 1. Faixa Agropecuária Meridional:** dinamizado a partir de grandes empreendimentos em Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Sul do Pará e Sul do Maranhão, implantados com recursos provenientes dos incentivos fiscais e financeiros, atuando como fonte complementar de grãos, vinculando-se fortemente ao Centro-Sul do País.
- 2. Núcleo Eletro-eletrônico de Manaus (Zona Franca de Manaus):** formado por um conjunto de estabelecimentos produtores de bens finais de alta tecnologia, vinculados a empresas nacionais e multinacionais localizadas no Centro-Sul do País.
- 3. Triângulo de Carajás (influência da área metropolitana de Belém):** com vértices em Belém, São Luiz e Marabá, como a área de maior concentração humana da Amazônia, é igualmente constituída pelo mais importante complexo mineral, metalúrgico, pesqueiro, agrícola, portuário da Amazônia; pela plataforma de produção de energia elétrica de Tucuruí; pela ferrovia Marabá-São Luiz e pela diversificação industrial. É também nesse polo que se registram as mais significativas mudanças no plano de investimentos de grande projetos, destacando a construção da

hidroelétrica de Belo Monte, a pavimentação da Rodovia Transamazônica, o complexo de integração rodoviária do Estado do Pará – alça viária - e a modernização do complexo portuário de Vila do Conde.

MAPA 02 – Pólos de Desenvolvimento da Amazônia.



Fonte: CPRM – Belém PA, 1995

- Pólos de Desenvolvimento
- Regiões em desenvolvimento
- Principais cidades

Além destes pólos, observam-se alguns centros de grande potencial e dinamismo representados pelos Núcleos de exploração de gás e petróleo de Juruá e Urucu; pelo eixo de expansão do rio Madeira; pela área cortada pela rodovia Cuiabá-Santarém (incluindo a capital regional Santarém); pelo núcleo de exploração na Serra do Navio de manganês, cromocromita e ouro (Amapá); e pelo Centro-Oeste do Pará com a implantação da linha de transmissão Tucuruí-Altamira entre outras regiões em desenvolvimento.

O futuro da Amazônia depende de muitos condicionantes⁵³. Destacam-se 27 como os mais relevantes, sendo nove externos (quatro mundiais e cinco nacionais) e dezoito internos. Os condicionantes externos referem-se aos processos internacionais e nacionais em maturação, tais como:

- Mudanças climáticas;
- Crescimento da consciência e das pressões ambientais;
- Redução do conteúdo de matérias-primas e energéticos e aumento da tecnologia e do conhecimento nos processos produtivos
- Expansão mundial do turismo e valorização do ecoturismo;
- Investimentos estruturais na região;
- Reconfiguração espacial da economia brasileira;
- Acirramento da competição dos Estados brasileiros por investimentos;
- Integração do sistema elétrico;
- Crescimento da participação do gás natural na matriz energética do Brasil e da América Latina.

Na categoria de condicionantes internos, há dezoito processos de diferentes graus de incerteza frente ao horizonte de 2025. Esses processos emergem na história recente da Amazônia, dominada pela modernização e integração à economia nacional, em meio à desorganização do espaço e às fortes pressões da ação do homem sobre os ecossistemas. São os seguintes:

- Fortalecimento dos mecanismos de gestão ambiental;
- Expansão das unidades de conservação da Amazônia;
- Integração do sistema de informação;
- Exploração da biodiversidade;
- Degradação dos recursos naturais e dos ecossistemas;
- Revisão do modelo da Zona Franca de Manaus;
- Valorização da identidade cultural das comunidades indígenas;
- Esgotamento da fronteira agrícola e consolidação da produção dos bens;
- Redução do fluxo migratória para a Amazônia;
- Redivisão político administrativa da região;
- Integração Pan-amazônica;

⁵³ Para Becker (1990: p. 106), condicionantes de alta incerteza e elevado impacto sobre o futuro da região₃₅

- Expansão da navegação fluvial;
- Processo de regularização fundiária;
- Concentração urbana;
- Expansão dos ‘*agribusiness*’ na Amazônia;
- Maior agregação de valor dos produtos regionais;
- Desenvolvimento da tecnologia para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais da Amazônia; e
- Expansão da contravenção na Amazônia.

O Programa Avança Brasil do governo brasileiro visa realizar importantes projetos na região amazônica, destacando para os próximos anos a duplicação da extensão das estradas pavimentadas e a construção de outras, além da construção de portos, hidrovias, ferrovias e usinas hidroelétricas. Todos esses projetos, acredita-se serem necessários para o desenvolvimento da região, porém a ausência de estudos podem levar a sérios ou a agravantes de problemas ambientais e sócio-econômicos predominantes na região.

2.4. Possíveis Cenários para Bragança – 2025

O município de Bragança está situado no Nordeste Paraense, micro-região bragantina, com uma população de 102.224 habitantes (IBGE, 2001: p. 13), representa o nono mais populoso do Pará⁵⁴, sendo a segunda maior cidade da bragantina. Encontra-se no pólo de desenvolvimento Triângulo Carajás, no vértice entre São Luiz e Belém.

Desde a paralisação da Estrada de Ferro Bragança-Belém, em 1966, bem como o fim do ciclo da borracha na Amazônia, e com ela o fim do ciclo da farinha de mandioca para Bragança, haja vista que abastecia de farinha de mandioca os nordestinos que vinham trabalhar no ciclo da Borracha, o município vive um declínio econômico, voltando suas atividades para a pesca e para a produção do caranguejo. Por ter ficado de fora da rota das rodovias federais, quando da construção das vias que ligam Belém ao Nordeste e ao Sudeste do Brasil, Bragança se tornou um município isolado, de difícil acesso. Segundo o IBGE, em 1950, Bragança tinha um população de 57 mil habitantes, considerado o

⁵⁴ Antecedida de Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá, Castanhal, Abaetetuba, Cametá e Itaituba.

terceiro município do Pará, mais de 50 anos depois, esse número apenas dobrou. Com o isolamento de Bragança, os pequenos povoados situados a margem da estrada de ferro, que então passaram a está conectados com as rodovias federais, multiplicaram seus tamanhos, diversificaram sua economia e tornaram-se centros regionais, exemplos de Castanhal, Capanema e Santa Isabel do Pará.

Entre os elementos para análise dos instrumentos de planejamentos estratégico e base para avaliação de demandas futuras, poderíamos destacar os seguintes condicionamentos para Bragança:

- 1. Rodovia Federal Transoceânica:** o município de Bragança (juntamente com outros municípios como Viseu, Salinópolis, Primavera, São João de Pirabas, Tracuateua, Augusto Corrêa, São Caetano de Odivelas, Marapanim, Vigia, entre outros no Pará e Carutapera, Candido Mendes, Turiaçú, Bacuri, Cururupu, Guimarães, Alcântara entre outros no Maranhão), irá passar por significativas transformações a partir da conclusão da construção da Rodovia Federal Transoceânica, que irá fazer a ligação entre Belém e São Luiz, interligando as cidades da área litorânea da Amazônia, dessa forma, facilitando a comunicação. A Rodovia Transoceânica que liga o Pará, por Bragança, ao resto do Brasil pelo litoral, passando, inicialmente, pelo Maranhão, hoje consta da lei n.º 9.830 publicada no Diário Oficial de 02/09/99. Foi uma luta de dois anos no Congresso. Uma vez aprovado, o Projeto conta com um trajeto de 644 km de Belém à Itaúna, no Maranhão, foi inserida no Plano Nacional de Viação. A Rodovia Transoceânica recebeu, no Plano, a sigla BR-308.
- 2. Universidade de Bragança:** é importante salientar que a Universidade Federal do Pará vem possibilitando a autonomia do Campus Avançando, o que irá propiciar a criação de Universidades Federais no interior do Estado. Em Bragança, poderemos ter uma Universidade com ênfase nos estudos e pesquisas na área das ciências biológicas e de ecossistemas costeiros e estuarino. Bem como a possibilidade de instalação de outros Campi de Universidades Públicas ou particulares, dessa forma, fomentando a pesquisa e o desenvolvimento, qualificando os profissionais da educação;
- 3. Descentralização do Poder Público:** na dimensão do pacto social-democrata,

instituição surgida para compor uma nova estrutura de sociedade, onde a combinação adequada do desenvolvimento social com a modernização econômica e tecnológica possa trazer melhores condições de vida para a população em geral. Vários programas de intervenção vêm se instalando no município, visando à equidade e justiça social, como, por exemplo, o projeto Alvorada, Bolsa escola, Bolsa alimentação, Aqqua-fórum, PETI, Sentinela e outros. Para isso seria necessário implementar uma política de descentralização do poder público, urgindo uma maior participação em todos os segmentos sociais. Esse tipo de atitude já vem sendo implementada no município de Bragança, com a descentralização da área da saúde e dos transportes, porém, descentralizar, também significa emancipar, movido desse intuito, a divisão do município em outros, acabando por direcionar ações para um redesenho do município considerando as principais vilas e povoados, como é o caso do Treme e Caratateua.



FOTO 09 – Porto de Bragança (Blandtt, 2001)

Com base nesses condicionamentos foram configurados dois possíveis cenários para Bragança no período de 2002 a 2025, tendo como efeito combinado os desdobramentos mundiais, nacional, amazônico e dos processos locais em maturação no âmbito do triângulo de Carajás, mediados por atores e suas propostas para o município.

2.4.a Cenário 1: *'deixa como está para ver como é que fica'*

Este cenário configura um círculo vicioso decorrente da combinação do desenvolvimento com uma dinâmica de planejamento gerado por políticas públicas implantadas a partir da lógica do progresso sem a mensuração social e a preocupação com as questões ambientais, onde Bragança poderá conhecer o desenvolvimento, sem respeito aos recursos naturais e a equidade humana (Ver foto 09).

A ausência de estudos sobre o impacto da Rodovia Federal Transoceânica, não possibilitará a prevalência de políticas públicas, podendo elevar as pressões do turismo sobre os ecossistemas naturais bragantinos, como a praia de Ajuruteua e os campos naturais, colocando-os em risco ambiental (problemas de infra-estrutura serão comum em Ajuruteua, tipo manejo do lixo, estacionamento de carros, invasões de áreas proibidas e crescimento urbano desordenado, degradação do meio ambiente etc.); o serviço de turismo terá grande crescimento econômico, sendo mais diversificado e criativo com a presença do ecoturismo, multiplicando seus hotéis, motéis, restaurantes, bares etc., bem como o funcionamento do Aeroporto de Bragança. Dessa forma, o município utilizará seu potencial turístico ainda mais, possibilitando empregos formais e informais.

O setor pesqueiro deverá ser aquecido com as possibilidades de escoamento da produção direto para São Luiz e Belém, bem como para outros pontos do país e do mundo, através dos Portos de São Luiz e Barcarena (mais profundos da Amazônia), empresários da pesca de localizações que estão sofrendo sobrepesca de espécies exigidas pelo mercado (como os do Estado do Ceará), implantarão em Bragança filiais de casa de gelo, aumentando a frota pesqueira, criando novos empregos no setor pesca, dinamizando tecnologias para aprimorar a produção; todas essas mudanças poderão afetar as estruturas da pesca artesanal, relegando-a a produção para o mercado local e regional, bem como poderá surgir a sobrepesca das espécies mais procuradas. Ao longo da Rodovia Transoceânica, haverá a concentração de terras por médios e grandes fazendeiros da região e em outras localizações, a pecuária, enfim, se desenvolverá e a safra do feijão caupi e farinha de mandioca serão os principais produtos agrícolas exportados em Bragança, destacando-a como maior produtora no Pará. Os agricultores familiares que venderem suas terras buscarão na indústria da pesca a alternativa de emprego, porém o saturamento

do setor poderá torná-los sem terra, ou os indicará a produção do caranguejo como única saída. Com isso a pressão sobre os estoques do recurso caranguejo, farão diminuir o tamanho comercializado atualmente. No primeiro momento, o mercado irá aceitar a diminuição do tamanho, com o aumento da pressão e a contínua diminuição do tamanho do caranguejo comercializado. O sistema de produção para venda viva deixará de existir na linha da comercialização. Vilas e povoados, tradicionalmente usuárias do sistema venda viva, adotarão, como única alternativa o sistema de produção para o beneficiamento da massa do caranguejo, aumentando ainda mais as pressões sobre o estoque do caranguejo, sinalizando a sobrepesca econômica do recurso

Ainda sobre as pressões demográficas das áreas agrícolas para a área manguezal, Bragança, voltará a ter um crescimento urbano significativo, porém, ainda continuará sendo a segunda cidade do Nordeste Paraense⁵⁵, mais ocupará o posto de sétima cidade do Estado.

A descentralização do poder público não terá uma participação significativa da população, está ficará marginalizada, e os mecanismos de participação (Conselhos, Diretórios etc.), serão controlados por políticos e entidades, interessados em continuar a centralização a qualquer custo, e assim, a deferir o que compreendem como importante para o bem-estar social, ou mesmo, abrindo possibilidades de corrupção no poder público. A vila Caratateua em Bragança será emancipada, a partir do desejo de grupos políticos, manipulando o poder de voto dos cidadãos, seguindo a mesma lógica, o povoado do Treme, bem como Vila Fátima em Tracuateua e Nova Olinda em Augusto Corrêa e criando uma nova geografia na região, sem ao menos um planejamento de estratégias e bases para o futuro.

A burocracia, as intrigas entre grupos políticos e o desinteresse da população, retardará a criação da Universidade de Bragança. Quando criada, a Universidade de Bragança, dará prioridade as Ciências Biológicas, relegando a importância das Ciências Sociais. Núcleos de Universidades particulares serão instalados, contribuindo com o

⁵⁵ A cidade de Castanhal manterá o posto de principal capital regional do Nordeste Paraense, devido sua posição estratégica. Abaetetuba, gozará de boas condições de desenvolvimento devido o programa Alça Viária, porém Itaituba e Cameté tornam-se desprezíveis das condições de desenvolvimento direcionadas ao Estado até 2025.

descaso do poder público para com o ensino superior gratuito. As Reservas Extrativistas não funcionarão, devido à população não ter recebido instruções para o convívio dinâmico a partir dos acordos ambientais, fortalecidos pelos conflitos gerados entre os grupos autóctones e os migrantes pós Transoceânica. Bragança passará a sediar postos de agências estatais de fiscalização e proteção da natureza, porém, com pouco poder de ação, devido aos posicionamentos políticos dos empresários da pesca e de fazendeiros da região.

Os pacotes da social-democracia serão extintos por falta de verbas, diante de crises econômicas internacionais que podem atingir o Brasil. O programa bolsa escola federal, comprovará a sua ineficácia, com a continuação da evasão e repetência, ou mesmo o trabalho infantil na área manguezal. O programa de erradicação do trabalho infantil, não será instalado em Bragança, pois as contas da Prefeitura Municipal, não serão esclarecidas. Programas Alvorada, Sentinela e outros, serão extintos com a mudança dos governos, e reativados com outros nomes, continuando ineficazes. O ensino Médio atingirá 50% da área manguezal, porém, com modelos urbanos, turmas multiseriadas, se tornando desmotivador, semelhante ao ensino fundamental.

Todos esses processos reforçarão as desigualdades sociais em Bragança, contribuindo para o fortalecimento do ciclo da pobreza na área manguezal. A distribuição da renda será acentuada pela desigualdade. O trabalho infantil continuará a existir, agora mais diversificado, mais urbanizado e, com isso, remunerado. Novas categorias absorverão o trabalho de crianças e adolescentes, destacando o turismo, e o comércio informal, incluindo prostituição e venda de drogas. A instituição aviamento, ainda existirá, tanto na produção do pescado como na produção do caranguejo.

2.4.b Cenário 2: ‘e se alguém pensasse na cidadania sustentável’

Este cenário desencadeia uma outra perspectiva econômica, alinhado com o novo paradigma de desenvolvimento mundial e nacional, melhoria da qualidade de vida e conservação dos recursos naturais, consolidando a base política de suporte e viabilização de condicionantes. A participação da população é o elemento definidor da cidadania e a sustentabilidade social concerne à ampliação permanente da inclusão social e à diminuição

nos índices da pobreza, o reconhecimento da universalização dos direitos sociais e humanos, baseados nos princípios de equidade e solidariedade dos laços sociais.

Estudos desenvolvidos pelas Universidades sobre os impactos ambientais e sócio-econômicos da construção da Rodovia Federal Transoceânica, permitirá o planejamento de ações para fins de políticas públicas voltadas para pressões do turismo a qual a praia de Ajuruteua irá sofrer com o aumento dos visitantes (ver foto 10). A participação da população local será muito importante, ao se engajar em campanhas de sensibilização ambiental para esclarecer os turistas quanto à estadia sustentável na praia, a formação de associações de moradores de Ajuruteua e associações de bragantinos amigos de Ajuruteua, poderá viabilizar campanhas junto ao poder público municipal e estadual, bem como junto aos empresários locais. O incentivo de bancos de investimento para a construção de hotéis comunitários na área dos campos naturais diversificará o trabalho. Esses fatores combinados podem diminuir a pressão do mercado do pescado sobre recursos pesqueiros e mariscos.



FOTO 10 – Rodovia Bragança-Ajuruteua (Schories, 1998)

A criação de cooperativas de pescas poderá aquecer a economia local, principalmente diante da possibilidade de escoamento da produção através dos portos de São Luiz e Barcarena para a região, o Brasil e o mundo. Será respeitada a época de reprodução do pescado, e nesse período, os pescadores associados e cooperados receberão ajuda de custo do governo do Estado, provenientes de reservas retidas do ICMF do

pescado. Os pescadores serão os ‘guardas vidas do pescado’, denunciando aos órgãos competentes (IBAMA, Polícia Ambiental, SECTAM), àqueles que insistirem na pesca no período do defeso.

Os produtores de caranguejo serão reconhecidos como pescadores, podendo participar da Colônia dos Pescadores, porém terão suas associações por categorias, visando a organização social e da produção, que permitirá a independência dos agentes mercantis, quebrando o legado do aviamento, pela possibilidade da comercialização direta com supermercados, lanchonetes, bares e até mesmo nas feiras livres. Será respeitada a época do defeso do caranguejo. Como são apenas de quatro a cinco dias em três meses, os produtores associados receberão cestas básicas para poderem sobreviver, e nesse período poderão participar de campanhas de esclarecimento ambiental junto a sociedade quanto a tiração do caranguejo no período da reprodução. As casas de catação, receberão informações sobre higienização e serão incluídas nas associações de produtores de caranguejo, sendo as catadoras controladoras do tamanho e do gênero do caranguejo capturado, podendo denunciar irregularidade junto aos órgãos competentes. A instituição aviamento será enfraquecida quando os trabalhadores se organizarem em cooperativas de produção e comercialização.

Os agricultores familiares serão incentivados a permanecerem em seus lotes, formando cooperativas e associações para poderem competir com seus produtos no mercado, evitando a migração rural-urbano. Bragança se tornará a sétima maior cidade do Pará, as pressões demográficas virão de áreas de fora do município.

A descentralização do poder público implicará em maior participação da população na ‘*coisa pública*’, podendo dar a opinião, fiscalizar e atuar como participante na construção da cidadania sustentável, entendendo que a questão da descentralização não se dá pela autonomia pura e simples, mas pela forma de gestão que se pretende empreender no contexto, ampliando cada vez mais o nível de responsabilidades dos participantes diretos do processo. A vila de Caratateua preannunciará um processo democrático e se emancipará de Bragança, processo semelhante será vivido pelo povoado do Treme, bem como Vila Fátima em Tracuateua e Nova Olinda em Augusto Corrêa.

Será criada a Universidade de Bragança, instituição federal de ensino surgida a partir do Campus Universitário da UFPa. Terá importante papel na constituição de pesquisas interdisciplinar para o fomento do desenvolvimento local, principalmente na área ambiental. Além de qualificar professores para o ensino fundamental e médio para toda a micro-região bragantina.

Os movimentos sociais serão fortalecidos a partir do contexto de participação incentivado pelas Reservas Extrativistas, onde a co-gestão será a linha de frente das ações. Serão criados 21 núcleos de base (um em cada povoado da área manguezal), para atuar como embriões da organização comunitária, gerenciando os problemas do dia-a-dia e agindo como postos avançados na educação ambiental dos moradores. Os acordos ambientais e os planos de utilização serão elaborados e implementados com ampla participação popular, servindo como base para a fiscalização, pelos próprios moradores da área. A parceria com as prefeituras e o governo do Estado viabilizará a construção e a infra-estrutura adequada das escolas atuando com propostas metodológicas voltadas para a pedagogia da alternância, bem como a implantação e melhoria de serviços dos postos de saúde. Ainda serão capacitados média de 200 lideranças para gerir suas associações e reservas nas mais diversas áreas: administração, fiscalização, melhoria da produção, gerenciamento, ações de saúde e educação.

Os pacotes da social democracia serão reavaliados surgindo novas políticas públicas voltadas para o atendimento das efetivas necessidades de cada contexto regional, como, por exemplo, o programa bolsa escola receberá nova estrutura e acompanhará ofícios destinados aos pais de alunos, diversificando as possibilidades de trabalho, bem como o bônus recebido poderá ser complementado, no mínimo com a mesma quantia, pela prefeitura municipal. O PETI será instalado e reavaliado, buscando atuar na prevenção, de forma a indicar às famílias os problemas surgidos se esta não tiver condições sócio-econômica e psicológica para se responsabilizar pela educação e crescimento dos filhos, bem como o PETI, fortalecerá as parcerias com instituições não governamentais.

Todos esses processos poderão diminuir as desigualdades sociais em Bragança, contribuindo para o enfraquecimento do ciclo da pobreza na área manguezal. A distribuição de renda tornar-se-á mais equitativa, a partir da ampla participação

política e comercial da população no mercado local, regional, nacional e internacional. O trabalho infantil diminuirá, mas continuará a existir, agora mais diversificado, mais urbanizado, e com isso, remunerado. Porém, a evasão e a repetência serão reduzidos a pequenos índices, não causado pelo trabalho infantil.

2.5. Considerações Finais

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; e a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras .

Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a melhor convivência entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80 - que as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais ainda não conseguiram e talvez não consigam superar, a busca do desenvolvimento sustentável requer:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e saberes técnicos em bases confiáveis e constantes;
- um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não- equilibrado;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;

- um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se.

A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório Brundtland, de 1987, pode-se perceber que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente as consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a idéia de desenvolvimento sustentável. A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. É preciso frisar ainda a participação de movimentos sociais, constituídos principalmente na forma de ONGs (Organizações Não-Governamentais), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências.

Segundo o Relatório Brundtland (citado por BUESZTYN, 1993: 54 p.), uma série de medidas devem ser tomadas pelos Estados nacionais: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia de alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas. No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório são as seguintes: h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.

No que tange ao privado, a ONG Roy F. Weston (citado por BUESZTYN, 1993: 100;123 p.) recomenda que o conceito de desenvolvimento sustentável, assim que é assimilado pelas lideranças de uma empresa - e passa a ser almejado como uma nova forma de se produzir sem trazer prejuízos ao meio ambiente e, indiretamente, à sociedade

em geral -, deve se estender a todos os níveis da organização, para que depois seja formalizado um processo de identificação do impacto da produção da empresa no meio ambiente. Em seguida, é necessário que se crie, entre os membros da empresa, uma cultura que tenha os preceitos de desenvolvimento sustentável como base. O passo final é a execução de um projeto que alie produção e preservação ambiental, com uso de tecnologia adaptada a este preceito (como empresas que atingiram metas de aplicação de um projeto de desenvolvimento sustentável a ONG cita a 3M, o McDonald's, a Dow, a DuPont, a Pepsi, a Coca-Cola e a Anheuser-Busch).

A ONG prega que não se deve implementar estratégias de desenvolvimento sustentável de uma só vez, “como uma revolução, mas como uma evolução”, de forma gradual, passo a passo. É preciso ainda que haja uma integração entre indústria, comércio e comunidade, de forma que um programa de melhorias sócio-ambientais numa região se dê de forma conjunta e harmoniosa. O poder público, tanto no âmbito municipal como nos âmbitos estadual e nacional, deve atuar de maneira a proporcionar adequadas condições para o cumprimento de um programa de tal proporção, desde a feitura de uma legislação apropriada ao desenvolvimento sustentável até a realização de obras de infra-estrutura, como a instalação de um sistema de água e esgoto que prime pelo não-desperdício e pelo tratamento dos dejetos.

Algumas outras medidas providenciais para a implantação de um programa o mínimo adequado de desenvolvimento sustentável são: uso de novos materiais na construção; reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais; aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica; reciclagem de materiais aproveitáveis; não-desperdício de água e de alimentos; menor uso de produtos químicos prejudiciais à saúde nos processos de produção alimentícia. Realizar um programa de desenvolvimento sustentável exige, enfim, um alto nível de conscientização e de participação tanto do governo e da iniciativa privada como da sociedade. Para tanto, não se deve deixar que estratégias de tal porte e extensão fiquem à mercê do livre mercado, visto que os danos que se visam resolver são causados justamente pelos processos desencadeados por um modelo de capitalismo que aparenta ser cada vez mais selvagem e desenfreado. Ainda mais se levarmos em conta o fato de que um dos

requisitos básicos do conceito de desenvolvimento sustentável é a satisfação das necessidades básicas da população, principalmente dos pobres.

Porém, cabe aqui ressaltar a necessidade de identificar que desenvolvimento sustentável, como qualquer outra necessidade, não acontece sem a mobilização da população. Por isso é importante destacar os conceitos de interdisciplinaridade como mecanismo de interação entre os pontencializadores de ação capaz de efetivar a funcionalidade da sustentabilidade. Para tanto a transdisciplinaridade, seria o ponto de interação entre o social, o conhecimento e a ação popular. A transdisciplinaridade é uma forma específica de interdisciplinaridade que, além das cooperações entre disciplinas também estabelece as conexões entre os conhecimentos acadêmicos e outros tipos de saberes como os conhecimentos técnicos, escolares ou tradicionais das populações. Então, por sua inclusão de atores não acadêmicos na pesquisa, a transdisciplinaridade focaliza no conceito de participação. Este é o caso ao nível teórico onde uma definição das possíveis formas de participação é requerida como também ao nível prático onde métodos de facilitar certas formas de participação na definição de problemas no desenvolvimento de soluções e em monitoramentos desenvolvidos.

Uma outra concepção deve ser estratificada a partir da análise de fatores institucionais e políticos no gerenciamento de área de trabalho, ou em outras palavras de formas de co-gestão ou co-manejo. Novas formas de gerenciamento de propriedade comum de acesso aberto, como o modelo das reservas extrativistas (Santos, 1992: p. 34) está sendo desenvolvido na costa do Pará para evitarem a *tragédia dos comuns* implícito numa situação com alto crescimento das populações, com demanda aumentada para produtos e com falta de opções de renda alternativa para a maioria da população.

Nesse sentido a educação assume papel central. Adota-se uma visão sistêmica, considerando a educação como um "subsistema aberto, que não pode se isolar do meio sócio-cultural e que se apresenta em um contínuo processo de interação com ele". Considera a educação também um subsistema complexo, onde os diversos elementos que o compõem se inter-relacionam numa perspectiva de processo, adotando uma visão dinâmica e histórica do processo educacional.

O conhecimento é um processo ativo de construção, e não simplesmente uma função passiva de registro ou reprodução. Hoje os espaços escolares não compreendem esta construção ativa, sendo muito mais meros campos de reprodução do saber sistematizado e formal. Estes princípios acabam por fazer a educação ser vista como um processo, em que o educando transforma seu conhecimento e a sua própria ação na interação com o meio.

Para crianças e adolescentes, em sua situação sócio-econômica e educacional, em que estão inseridos na área manguezal de Bragança, a participação, através da transdisciplinaridade, enquanto elemento efetivador da sustentabilidade, seria uma alternativa para se penetrar o ciclo de pobreza a qual estão condenados a participar e que sua família vem perpetuando de geração a geração.

GLOSSÁRIO

Atividades de Trabalho

Etapas do trabalho

Atividades piscosas

Relativas a pesca, suas dimensões e características.

Área Manguezal

Para essa pesquisa consideramos área manguezal, a faixa litorânea, compreendida entre os espaços do ecossistema manguezal e as áreas adjacentes, formadas, ora por regiões de campos naturais ora por faixas de terra firme, onde se localizam as produções da agricultura familiar.

Aviamento

O aviamento foi a instituição que se consolidou a partir do contato da sociedade amazônica com um sistema altamente monetizado, qual o capitalismo industrial europeu, especificamente no início da colonização na região norte do Brasil. O aviamento, numa tendência geral, tem as seguintes características: a) base de recursos naturais espacialmente e de difícil acesso; b) atraso nas técnicas de produção; c) índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo; d) presença de lideranças mercantis locais; e) ligação dessas lideranças com mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito; f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área.

Casa Familiares Rural

As Casas Familiares Rurais (CFR) tiveram origem na França em 1937, por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, propondo a adoção de uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos.

Comunidades manguezais

Povoados e vilas próximas ou sobre o manguezal que dependem da extração (animal e vegetal) para a sobrevivência humana

Ecótomos

Termo importado da Biologia, que significa transição entre áreas de diferentes ecossistemas, no caso a transição entre os ecossistemas mar, manguezal e terra firme.

Escolarização

Entendemos como escolarização os processos sistematizados em saberes formativos, com objetivos e interesses específicos para a constituição e permanência da sociedade vigente, resguardando uma gama de ideologias motivada pela classe dominante. A escolarização tem relação direta com as escolas, instituições que viabilizam o ensino e a aprendizagem, que valoriza o saber formal (sistematização), o saber apreendido, que deve ser um recurso de e para a sua distribuição

Educação

Consideramos como educação todo processo de aprendizagem que implique a aquisição de conhecimentos, valores ou atitudes, que pode ser realizado tanto no meio acadêmico como de forma prática, de modo sistemático ou assistemático. Porém, para essa dissertação, cabe destacar o conceito de educação, que realmente interessa para este trabalho, por ter uma abrangência maior, dizendo respeito aos processos de transferência do conhecimento produzido pelo saber popular e dos conhecimentos apreendidos com ou sem a sistematização destes. Educação é uma acepção maior, um processo mediante o imaginário das pessoas que tem estreito contato com a cultura de cada povo, são estratégias de transferências de saberes, condutas e condições de vida

Manguezais

Os manguezais constituem um tipo específico de floresta tropical ou subtropical úmida. São ecossistemas ecótomos, na transição continente e mar, formado nas áreas dos estuários e desembocaduras dos rios, com variações constantes de inundações decorrentes da ação das marés e dos rios, que formam bacias hidrográficas homogêneas entre águas doces, salobras e salinas, que cria a oportunidade para a produtividade primária, justificando o seu papel na cadeia trófica: são áreas privilegiadas de reserva ecológica, berçário, meio nutritivo, centro de multiplicação de numerosas espécies de animais e vegetais importantes para o ciclo haliêutico.

Nucleação

A Nucleação trata-se de um processo de gradativo agrupamento de pequenas escolas unidocentes e plurisseriadas da zona rural em Escolas-Núcleo com características próprias de organização e funcionamento e com uma proposta pedagógica vinculada ao contexto rural.

Pedagogia da Alternância

A Pedagogia da Alternância, é uma proposta didático metodológica implementada para as atividades da educação rural, buscando a inter-relação entre conteúdo, formação e realidade. Consiste em um sistema educativo em que o aluno alterna período de aprendizagem na família, no meio e na escola, estreitamente interligados entre si através de instrumentos pedagógicos específicos, formando assim um conjunto harmonioso entre comunidade, pedagogia, formação integral e profissionalização

Pescadores de mangue

Termo forjado nesta dissertação para designar os pescadores que desenvolvem as atividades de pesca junto aos rios, lagoas e furos do estuário, nos limites natural do manguezal. *Os pescadores de mangue* possuem várias fontes de renda, no entanto, suas

famílias são mais pobres que as famílias que trabalham com a pesca costeira ou pesca de alto mar. A maioria dos pescadores tem outras fontes de renda, é comum os coletores de caranguejo serem também pescadores de subsistência, até mesmo pescadores comerciais ou agricultores.

Povos do mangue

Termo forjado neste trabalho para caracterizar as pessoas que vivem, dependem e trabalham em área manguezal.

Pobreza

Em sua definição mais restrita, tem sido levada a associação com severas privações impostas aos indivíduos na escolha e acesso a bens e serviços. A grande crítica ao conceito de pobreza, enquanto insuficiência de renda, refere-se ao fato de esta não refletir adequadamente diferenças na acessibilidade dos indivíduos e famílias a serviços básicos.

Terra Firme

A terra geralmente não inundada pelas águas fluviais, com altitude de 10 a 100 metros acima do nível do mar, abrange, segundo Reis (1982: p. 49), aproximadamente 98% da planície amazônica

Trabalho

O conceito de trabalho tem sido muito utilizado na literatura filosófica e histórico sociológica. O trabalho é, em geral, definido como uma atividade específica da espécie humana, de onde advém a noção do seu caráter humanizador na relação que se estabelece entre homem e natureza. Parte-se do pressuposto de que, no intercâmbio homem-natureza, o trabalho do homem o distingue dos outros animais ao produzir seus meios de existência

Trabalho infanto-juvenil

Para esta pesquisa, o trabalho infanto-juvenil, é um termo genérico, utilizado para designar àqueles que diante de sua realidade social, desenvolvem atividades de trabalho, embora o corpo de leis os proibam, por serem menores de idade. No contexto das necessidades econômicas, as quais estão inseridas, desempenha papel fundamental para a geração de renda e a reprodução familiar. Trabalho infantil, nesta pesquisa e apoiado nas discussões ulteriores, se estabelece por aqueles indivíduos que estão incluídos na faixa etária de 7 a 14 anos e o trabalho juvenil designado por aqueles que estão inclusos na faixa etária de 15 a 17 anos de ambos os gêneros.

Trabalho (visão marxista)

Marx situa a relação homem natureza no interior de um determinado modo de produção, estabelecendo entre trabalho e este uma estreita dependência. De um lado, o trabalho constitui e mantém o modo de produção; por outro lado, o modo de produção determina as formas válidas de trabalho. Essa formulação possibilita pensar a produção como um processo histórico, conseqüentemente a atividade de trabalho como uma categoria histórica (GIANOTTI, Livro 'A origem da dialética do trabalho'. São Paulo: Difel, 1966. p 174.

Uso tradicional,

Termo nessa dissertação significando as formas de uso remetidas aos primeiros colonos da área de estudo, relação mais próxima do homem com a natureza

Várzea

Região sujeita à inundações fluviais anuais, encontra-se presente na planície aluvional ou o leito maior dos rios amazônicos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMAVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. SP, Campinas: Hucitec, Ed. Unicamp, 1992, 123 p.

ALVES, E. **Sistemas de trocas tradicionais dos pescadores e coletores da Baía do Caeté, na região de Bragança - PA**. Belém. Relatório de Aperfeiçoamento, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998. 98f.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Sazah, 1983. 102 p.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. **Departamento de documentos históricos**. Bragança, Prefeitura Municipal de Bragança. 1701, 789 p.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. **Departamento de documentos históricos**. Bragança, Prefeitura Municipal de Bragança. 1880, 789 p.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. **Departamento de documentos históricos**. Bragança, Prefeitura Municipal de Bragança. 1898, 789 p.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. **Departamento de documentos históricos**. Bragança, Prefeitura Municipal de Bragança. 1901, 789 p.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. **Departamento de documentos históricos**. Bragança, Prefeitura Municipal de Bragança. 1935, 789 p.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. **Departamento de documentos históricos**. Bragança, Prefeitura Municipal de Bragança. 1943, 789 p.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. **Departamento de documentos históricos**. Bragança, Prefeitura Municipal de Bragança. 1910, 789 p.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL. **Departamento de documentos históricos**. Bragança, Prefeitura Municipal de Bragança. 1970, 789 p.

ATLAS DO MEIO AMBIENTE DO BRASIL – **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Brasília, 1998. 539 p.

AZEVEDO, E. **Escola e Trabalho**. SP: Hucitec, 1999: 99 p.

BATISTA, A L. **Urban Poverty in Chile, it's Extent and Diversity**. Indiana\USA: Kellog Institute, 1994. 183 p.

BARROS, H.O M. **Comunidades estuarinas do nordeste do Pará: uma caracterização sócio-econômica (MADAM)**. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Fortaleza, 1997 a. 67 p.

_____. **Agricultura Familiar e Educação Rural**. SP: Ática, 1997b. 97 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. SP: Martins Fontes, 1997. 210 p.

BERGER U, et al. **The approach of na Integrated Project on Mangrove Dynamics and Management, Journal of coastal Conservatino**, Opulus press, 1999: Uppsal 5:125-34.

BERTHA, B. **Cenários Futuros para a Amazônia**. Relatório da Comissão de Estudos Enérgicos da Eletronorte, 1988. 372 p.

BITTERCOURT, S. A; MAGALHÃES, R. E. **Fome: um drama silencioso**. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995, 290 p.

BLANDTT, L.S. **Sociedade Humana e o recurso caranguejo**. Universidade Federal do Pará. Bragança. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia. Não publicado. 1999a. 120f

_____. **Escassez do mexilhão, fatores sócio-econômicos**. Relatório de Aperfeiçoamento, Bragança, 1999b. 89 f. trabalho não publicado.

BORDENAVE, W.T; WERTHEIN, B.H. (Org.) **Educação Rural no Terceiro Mundo**, experiências e novas alternativas. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 370 p.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. SP: Cortez, 1981. 87 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado, 1934.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado, 1937.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado, 1946.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, Senado, 1967.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, MEC, 1997.

BRASIL. Lei nº 9394\96 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001.

BUESZTYN, M (Org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. SP: Brasiliense, 1993 346 p.

CABRAL, N. **O turismo como agente de formação e transformação sócio-econômica no Nordeste do Pará: o caso de Ajuruteua**. Belém. Trabalho de Conclusão de Curso UFPRE\APIPSA 1998. 560-573 f.

_____. **Legislação e Políticas Públicas para a pesca artesanal: o que existe e o que sabem os pescadores**. Belém. NAEA\UFPa. Monografia de Especialização, 1999. 54 f. Trabalho não publicado.

CALAZANS, R. **Educação e o rural**. SP: Cortez, 1981, p. 234.

CALDEIRA, C. **Menores no meio rural**. Rio de Janeiro: CBPC\INEP, 1960. 189 p.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971. 119 p.

CEPAL. **La participación popular como um requisito de una política de desarrollo regional**. Seminario sobre aspectos sociales del desarrollo regional. Proyecto de Informe, Santiago de Chile, 1969: 89 p.

CERVENI, F; FAUSTO, E. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano nos anos 80**. UNICEF\FLACSO\CIBIA, SP: Cortez, 1991, p. 234.

CHAYANOV, M. L. **La organizacion de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Neva Vision, 1974, 234 p.

CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA. **Diagnóstico Rural participativo do Município de Bragança**. Bragança, 2001. 73 p.

CRESPO, A A. **Estatística**. São Paulo: Ática, 1990. 133 p.

CTCA. **Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente**. Relatório Anual de Trabalho. 1995. 51 p.

CUNHA, F. **Conflito entre sistemas de grupos de tiradores de caranguejo na bacia do Caeté**. Bragança. Relatório de Iniciação Científica, 2000. 99 f. Trabalho não publicado.

DAL-ROSSO, S; REZENDE, M.L.S. **Comerás o pão com o suor do teu rosto: as condições do emprego do menor trabalhador**. SP: Thesaurus, 1986, 130 p.

DANE, L. **Las Estadísticas Sociales en Colombia**. Bogotá: CEPAL, 1993. 99 p.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental**, princípios e práticas. SP: Gaia, 1992. 121 p.

DIEGUES, S'A . **Povos e mares: leituras em sócio antropologia marítimas**. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas em áreas úmidas brasileiras – USP, 1995. 269 p. Tese de Doutorado. Trabalho não publicado.

DIELE, K. **Life history and population structure of the exploited mangrove crab *Ucides cordatus cordatus* (L.) (Decapoda: Brachyura) in the Caeté estuary, Horth Brazil**. Bremen, de: ZMT, Fahrenheitstr, 1999. 103 p. Tese de Doutorado. Trabalho não publicado.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro. IBGE, 1957. 14v.

ELETRONORTE. **Centrais Elétricas do Norte do Brasil**. Relatório Final da Comissão de Estudos Energéticos. Amazônia: cenários sócio-econômicos e projeção de demanda de energia elétrica no horizonte 2010. 1988, 209 p.

FILGUEIRA, C. H. **Heterogeneity and urban poverty Uruguay**. Montivideu: la impress, 1994. 231 p.

FILHO, A A. **Pontos da História da Amazônia**. Belém: editora UFPA, 1999. 97 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. Folha cotidiana. **Bolsa escola deixa de atender 2,3 milhões**. SP: 12 de abril de 2002.

FOSTER, G. M. Peasant society and the image of limited good. In POTTER, J. M; DIAZ, N; FOSTER, G. M. (Org). **Peasant society**, Boston: Little, Brown and Company, 1967. 253 p.

FRANCO, R. M. et al. (Org.) **Desenvolvimento e Meio ambiente no Brasil**. Porto Alegre: Palloti, 1998. 321 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 163 p.

_____. **Educação e Mudança**. SP: Cortez, 1989. 98 p.

FURTADO, L e GLASER, M. **Economy, Ecosystem and Society: mangrove and people in the Caeté Bay, North Brazil**. Paper fur die Development Stidies Association Annual Conference, Norwich Grobritannien, 1997. 36 p.

GIANOTTI, D. **A origem da dialética do trabalho**. SP: Difel, 1966. p 174.

GLASER, M; et al. **Censo Estatístico Comunitário Rural**. Belém: 1996. 67 p.
(Programa MADAM – manejo e dinâmica de manguezal).

HORTA, J. S. B. **Tecnologia e planejamento educacional no Brasil**. SP: Cortez, 1982.
119 p.

_____. **Recenso Estatístico Comunitário Rural**. Belém: 2000. 53 p. (Programa
MADAM – manejo e dinâmica de manguezal). Trabalho não publicado.

GLASER, M. **Multidisciplinary training approach**. In Building Marine Research
Capacity in Tropical Countries Proceedings of MARUM Workshop on Tropical Marine na
Coastal Reseach 14-15 January, 199, 70-73 (Bremen Germany), 1999.

_____. **Sustentabilidade no manejo do caranguejo (*Ucides cordatus*) na Costa do
Pará (estuário do Caeté), Norte do Brasil**. Relatório para a Conferencia Anual da
Associação de Estudos para o Desenvolvimento (AED), Universidade de Bath, U.K, 1998.

_____. **Pincer Moviments: sustainability and the mangrove**. Crab ID21 online collection
No 33 available at: id21, ac. Uk, 1997.

GLASER, M e GRASSO, M. **Fisheress of a Mangrove Estuary: Dynamics and
Dependencies between Economy and Ecosystem in the Caeté Bay, North-East Pará, Brazil**.
In Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, série Antropologia, 1999a.

_____. Multiple Assessment Methodologies for Management: The Example of Caeté
Bay, Mangroves, Para State, North Brazil. In **INTERCOAST**, University of Rhode
Island, 1999b.

HEREDIA, B. M. A; GARCIA, A. **A morada da terra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
1979. 164 p.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Relatório do Censo Bragança.
2001. 34 p.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A **Pesquisa em educação**, abordagens qualitativas. SP: EPU, 1986. 96 p. (temas básicos de educação e ensino)

MADAM. PROGRAMA MANEJO E DINÂMICA DE MANGUEZAL. **Projeto**. University de Bremen, Germany/Universidade Federal do Pará, Brasil. Belém, 1995: 105 p. (Projeto Geral).

MANESCHY, M. C. **Notícias sobre os conflitos na apropriação do mar paraense**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, 1990. 9 p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'ana. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Vol. I, II, III.

MARTINS, A. **Bragança**: produção e comercialização do caranguejo. 1998. 87 p. Relatório de Aperfeiçoamento. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.

MARTINS, J. S. **O tempo na fronteira**: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Revista Sociológica. USP, 8 (1): 25-70, Maio, 1996.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 235 p.

_____. (Org.). **O massacre dos inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1993. 231 p.

_____. a valorização da escola e do trabalho no meio rural. In: MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975. 196 p, 83-98 p.

MARTINS, M.L.A. **A participação do menor como força de trabalho na agricultura**. In: Anais da IV Reunião Nacional sobre Mão-de-obra na Agricultura. Botucatu, UNESP, 1978. 453-462 p.

MATOS, M. O. S. **Viagem do trem do passado**: História da Estrada de Ferro Bragança-Belém. 1992. 145 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Universidade Federal do Pará, Bragança. Trabalho não publicado.

MAUÉS, F. T. **As trocas simbólicas e a produtividade familiar**. SP: Ática, 1998. 98 p.

MDA. Disponível: site Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (25 set. 1995). URL: <http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br/pronera.index.html>. Consultado em 13 de janeiro. 2001

MEC. Disponível: site Ministério da Educação (05 outubro 1997) URL: <http://www.mec.gov.br/index.html>. Consultado em 13 jun. 1996.

MELLO, G. N. **Escola e Trabalho**. São Paulo: Brasiliense; 1991: 130 p.

MILLER, L. M. **Condições de trabalho de crianças e adolescentes urbanos**. Anais do III Encontro Nacional de Estudos de Trabalho, ABET, São Paulo, 1998, 98 p.

MISSÃO CRIANÇA. Disponível: site Missão Criança. (02 de março de 1992). URL: <http://www.missaocrianca.org.br/>. Consultado em 22 de fevereiro de 2002.

MOLINA, C.M et all. (Org.) **Por educação básica do campo**. UnB: Brasília, 1999. 99 p.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança de uma área rural. São Paulo: HUCITEC, 1978. 111 p.

MST. Disponível: site Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (12 de novembro de 1998). URL: <http://www.mst.gov.br>. Consultado em 14 de fevereiro de 2002.

NASCIMENTO, S. Valores da Bolsa Escola. Jornal de Brasília, 13 de janeiro de 1993.

NETO, L. B. **Sem terra aprende e ensina**. Campinas-SP: Autores Associados, Col. Polêmicas do nosso tempo, 1999. 88 p.

NEVES, D. P. **A perversão do trabalho infantil**, lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói-RJ: Intertexto, 1999. 241 p.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1992. 134 p.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Lectures sobre la exclusión social**. Santiago: Impress CEPAL, 1996. 163 p.

OLIVEIRA, R. **Zoneamento econômico e ecológico**. 2000. 96 f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, Bragança. Trabalho não publicado.

_____. **Uma demarcação tradicional do uso do espaço da comunidade de Caratatuca**. 1998. 79 f. Relatório de Iniciação Científica. Universidade Federal do Pará, PIBIC, Bragança. Trabalho não publicado.

PAIXÃO, H. **Mulher chefe de família**, estratégias de sobrevivência no manguezal. 1997. 69 p. Relatório de Iniciação Científica. Universidade Federal do Pará, CNPq. Bragança.

PASSETTI, E. O menor do Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **história da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: contexto, 1996. 146-175 p.

PETTY, M. **Educação Rural**. SP: Cortez, 1985. 123 p.

PIERSON, D. **Cruzes das almas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. 164 p.

PIMENTA, R. S. **Crise e infância no Brasil: o impacto das políticas de ajustamento econômico**. Unicef/NIPE/USP, São Paulo, 2000, 164 p.

PORRO, A. Os povos indígenas da Amazônia à chegada dos europeus. In HOORNAERT, E (org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. 11-48 p.

PRADO, C. Jr. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. SP: Brasiliense, 1998. 298 p

PROST, G. **História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem**. Belém, SEDUC, 1998a. 119 p.

_____. **História do Pará: do período da Borracha aos dias atuais**. Belém: SEDUC, 1998b. 145 p.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1973. 165 p.

_____. Prefácio. In: ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Sazah, 1983. 9-12 p.

RAMOS, A. **Água e Lama**: Zoneamento econômico-ecológico tradicional na Vila de Caratateua. 1999. 101 p. Universidade Federal do Pará, Bragança. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Trabalho não publicado.

REIS, A C.F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; SUFRAMA, 1982. 79 p.

RIBEIRO, J. B. M. **Manguezal de Bragança**, impactos ambientais. 1998. 63 p. Relatório de Aperfeiçoamento. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. Trabalho não publicado.

RIBEIRO, F. **A dura vida de quem ainda não cresceu**. Folha do amanhã, Campos de Goytacazes, 5 fev. 1997. 7 p.

ROCHA, A. **História da Construção da Rodovia Bragança-Ajuruteua**. In: Novas perspectivas sobre a produção social na agricultura do Nordeste. UFPRE\APIPSA, 1999, 560-573 p.

ROCHA, S. **Renda e indicadores sociais como critérios complementares**. Rio de Janeiro: Sahah, 1990. 109 p.

ROMÃO, J. E. **Poder local e educação**. São Paulo: Cortez, 1992. 79 p.

SANTANA, G. Tem criança no manguezal. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 34, n.º 134, 8-10, março de 1997.

SANTOS, C. **A luta da mulher rural pela cidadania**, o caso do Acarajó, Bragança - PA. 1992. 143 p. Universidade Federal do Pará. Bragança. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências. Trabalho não publicado.

SANTOS, J. V. T. **Os colonos do vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 234 p.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Escolarização no meio rural**: condições sócio-econômicas e pedagógicas do seu desenvolvimento. CENP, São

Paulo, 1983. 596 p.

SEDUC. Disponível: site Secretaria de Estado de Educação (25 set. 1995). URL: <http://www.prodepa.seduc.gov.br>. Consultado em 13 de janeiro. 2002

SHANIN, T. Introdução. In **Peasants and peasant societies, selected readings**. New York: Penguin Books, 1979. 206 p.

SILVA, M. **Coletores e extratores no litoral de Bragança**: uma contribuição das formas de utilização das áreas do manguezal. 1997. 104 p. Relatório de Aperfeiçoamento. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. Trabalho não publicado.

SIMOES, J. G. **O pensamento vivo de Marx**. 6. ed. SP: Marti Glaret, 1998: 187 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS. **Sub-Projeto Água e mangue PDVA**. Relatório Semestral (período compreendido: outubro de 2000 a abril de 2001), Bragança, 2001, (s.p).

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Librairie Armand, 1990. 106 p.

TOLOSA, H. **Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80**. SP: Nobel, 1991. 111 p.

TRIVINOS, A N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. SP: Atlas, 1987. 123 p.

UBIRATAM, R. **Saga do Caeté**. Belém: Cejup, 2000. 233.

UFPA. Disponível: site Universidade Federal do Pará (03 de março de 1997). URL: <http://www.ufpa.br>. Consultado em 13 de janeiro de 2002.

UNICEF. **A infância brasileira nos anos 90**. Brasília: Coronário, 1998. 170 p.

WORLD-BANK. **Brazil: apoverity assessment**. Washington DC\USA: Report, 1995. 347 p.

VIANNA, A. Notícias históricas. *In O Pará em 1900*. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto da Silva, MDCCCC, 1992. 185-280 p.

BIBLIOGRAFIA

ALBALADEJO C; VEIGA, I. **Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento. Em pauta:** Revista Núcleo de Estudo sobre Agricultura Familiar, n.º 02, ano 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Informação e Documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho**, ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas-SP: Cortez, 1995. 155 p.

_____. **Os sentidos do trabalho**, ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. SP: BoiTempo. 1999. 258 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**, lembranças do velho. 2. ed. SP: T.A Queiroz – EDUSP, 1987. 125 p. (Biblioteca de Letras e Ciências Humanas, série 1º - Estudos Brasileiros; vol. 1)

CHAYANOV, A. **La organizacion de la Unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985. 321 p.

CHIZZOTTI, A **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. SP: Cortez, 1995. 291 p. (Biblioteca da educação, série 1, escola; vol. 16).

LARAIA, R.B. **Cultura um conceito antropológico**. 4. ed., SP: Zahah, 1996. 91 p.

LE GOFF, J. **História e memória**. 3. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1994. 234 p.

LIETE, S. C. **Escola Rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez. 1999. 143 p. (Col. Questões de nossa época).

PRADO, C. Jr. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. SP: Brasiliense, 1998. 298 p.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**, crescer sem destruir. SP: Vértice, 1996. 275 p.

UNCED, Cúpula da Terra. **Resumo da Agenda 21**. RJ: Centro de Informações das Nações Unidas (s.d.).1998. 567 p.

WARREN, I. S. **Cidadania Sem Fronteiras**, ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. 106 p.

WOLFF, R. E. **Sociedades Camponesas**. RJ: Zahar, 1970. 112 p.